UTAKO FUJINO KARIYA

MIZUHO:

**Uma colônia de imigrantes japoneses
em processo de urbanização**

ORIENTADORA:

Professora Doutora Wanda Silveira Navarra

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo, área de Geografia Humana**

São Paulo, 1986

E R R A T A

- p. 37 - onde se lê - " se levamos em conta que São Bernardo do Campo e a periferia desta..." - leia-se: " se levamos em conta que São Bernardo do Campo, Santos, ' São Paulo e periferia desta..."
- p.57 - a frase -"na volta para o país dos pais..." deve ser lida: " de se emigrar para o Japão."
- p.65 - onde está: " Associação Assistencial e Cultural Kenjin do Brasil ", leia-se: " Associação Assistencial' e Cultural Yamaguchi-Kenjin do Brasil."
- p.93 - no 1º parágrafo, entenda-se: " variante dialetal " , em vez de " dialeto ".
- p.102 - a data que aparece no 4º parágrafo refere-se à fundação da Sociedade Cooperativa de responsabilidade ' Ltda. dos Produtores de Batata em Cotia, S/A.
- p.112 - na legenda da foto nº 1 - leia-se: " reservada".
- p.130 - no último parágrafo, onde está: " A Casa Assahi ", o correto é: " Agro-comercial Casa.Asahi S.A. "
- p.138 - onde se lê: " e penetração da urbanização ", leia-se " e a penetração..."

* * *

E R R A T A

- p. 37 - onde se lê - " se levarmos em conta que São Bernardo do Campo e a periferia desta ..." - leia-se: " se levarmos em conta que São Bernardo do Campo, Santos, São Paulo e periferia desta ..."
- p. 41 - no 3º parágrafo, onde se lê - " Limita-se ao Norte e a Oeste com o Município de Diadema do Sul..." - leia - "Limita-se ao Norte e a Oeste com o Município de ' Diadema , ao Sul ..."
- p. 57 - a frase - " na volta para o país dos pais ..." deve ser lida: " de se emigrar para o Japão."
- p. 65 - onde está: "Associação Assistencial e Cultural Kenjin do Brasil ", leia-se: " Associação Assistencial' e Cultural Yamaguchi-Kenjin do Brasil."
- p. 71 - na tabela nº 1 - onde está, ano 1970, total de famílias - oscilações -103,0 % - leia-se - 10,3 %
- p. 93 - no 1º parágrafo, entenda-se: " variante dialetal", em vez de " dialete"
- p. 102 - a data que aparece no 4º parágrafo refere-se à fundação da Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda dos Produtores de Batata em Cotia S/A.
- p. 112 - na legenda da foto nº 1 - leia-se: "reservada".
- p. 130 - no último parágrafo, onde está: " A Casa Assahi", o correto é: "Agro-Comercial Casa Asahi S/A."
- p. 138 - onde se lê: " e penetração da urbanização", leia-se " e a penetração ..."

Ao meu esposo

KAZUO KARIYA

" IN MEMORIAM "

Kenji Fujino, meu pai.

*Pelas horas dedicadas às tradu-
ções e acompanhamento às pesqui-
sas de campo, tributo pequeno
do que lhe devemos!*

UTAKO FUJINO KARIYA

M I Z U H O : UMA COLÔNIA DE IMIGRANTES JAPONESES
 EM PROCESSO DE URBANIZAÇÃO.

ORIENTADORA:

Professora Doutora Wanda Silveira Navarra

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Geografia da
Faculdade de filosofia, Letras e
Ciências Humanas da UNIVERSIDADE DE
SÃO PAULO, área de Geografia Humana

São Paulo
1986

A G R A D E C I M E N T O S

A todos os membros da COLÔNIA MIZUHO que nos acolheram carinhosamente, durante a nossa pesquisa de campo.

EM ESPECIAL aos Senhores Riuchi Matsumoto, Kiyoji Inoue, Toshio Tamai, Missao Ueno, Motoji Ito, Takeshi Matsumoto, Hiroaki Obata, Tooru Hondo e Senhoras Takako Kikuta e Iku Matsumoto.

A todos que nos auxiliaram, sem medir esforços nem tempo, a nossa gratidão e reconhecimento.

Somos sinceramente gratos aos servidores das Secretarias, Departamentos e Secções da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO que nos atenderam, com solicitude, em todos os momentos em que lá estivemos, coletando dados, informações e material cartográfico.

Desejamos agradecer ao CNPq o apoio financeiro, concedido no ano de 1982.

Aos meus familiares pelo amparo e incentivo que nos deram, durante a elaboração deste trabalho, e, em especial, ao tio MASSASHI FUJINO que nos auxiliou na tradução e entendimento de expressões peculiares ao idioma japonês e também nas informações de carácter histórico, o nosso reconhecimento.

Aos amigos da USP (professores, colegas e servidores), agradecemos pela inestimável colaboração, estímulo e apoio.

Às Irmãs do INSTITUTO BEATÍSSIMA VIRGEM MARIA, o nosso agradecimento e gratidão pela atitude compreensiva e paciência demonstradas.

*MENÇÃO ESPECIAL à colega Vera Mascarenhas de Campos
e ao Hugo Yoshioka pela revisão, da
tílografia e desenhos.*

*Finalmente, desejamos agradecer, sinceramente à nos-
sa ORIENTADORA, Professora Doutora WANDA SILVEIRA '
NAVARRA, pela confiança, incentivo, dedicação , e,
principalmente, pela orientação, em todos os momen-
tos em que elaboramos este trabalho.*

* * *

COLÔNIA MIZUHO
LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
SÃO BERNARDO DO CAMPO
CARTOGRAMA-I

ESCALA

0 1 10 20 KM

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO (MIZUHO) CARTOGRAMA-2

LEGENDA
MIZUHO

ESCALA
2 1 0 1 2 3 4 5 KM

FONTE: PREFEITURA SÃO BERNARDO DO CAMPO
SETOR DE CARTOGRAFIA
ORB: UTAKO
DES: HUGO

I N D I C E

1.	Introdução	1
1.1.	O interesse do Tema	1
1.2.	A importância do Tema para a Geografia	4
2.	A Imigração Japonesa e o "Mura"	7
2.1.	O conceito de "Colônia"	7
2.2.	A origem do "Mura" no Japão	10
2.3.	Por que a implantação do "mura" ou "shokuminchi" no Brasil?	14
2.4.	A originalidade do Mizuho	21
3.	Procedimentos Metodológicos e Técnicas adotadas .	26
4.	A Colônia Mizuho	30
4.1.	O Município de São Bernardo do Campo e a Colônia Mizuho	30
4.2.	A Colônia Mizuho dentro do quadro geoecológico . de São Bernardo do Campo	41
4.3.	Dificuldades enfrentadas pelos moradores do Mizuho na II Guerra Mundial	52
5.	Os Vínculos com o País de Origem	59
5.1.	Ajuda financeira da Colônia Mizuho à Mãe-Pátria .	59
5.2.	" Yobiyosse "	61
5.3.	São Bernardo do Campo e Tokuyama - cidades-irmãs .	63
6.	A Organização Social da Colônia Mizuho	70
6.1.	A estrutura demográfica da população	70
6.2.	Nível de escolaridade, religião e hábitos de leitura	78
6.3.	Padrão de Vida	85
7.	Fatores de Coesão Social e a Vida de Relações . .	91
7.1.	A procedência dos moradores e sua influência na Colônia	93

7.2.	A cooperativa como fator de coesão grupal . . .	101
7.3.	A importância das associações e da escola para a formação sócio-cultural e coesão da comunidade.	105
7.4.	A fixação dos ex-proprietários e proprietários absenteístas nos bairros anexos ao Mizuho . . .	121
8.	A Economia e a Organização do Espaço	124
8.1.	A Malha Fundiária	124
8.2.	A evolução da economia e as atividades primárias	129
8.3.	A atividade secundária	140
8.4.	A atividade terciária e o uso do solo na área urbanizada	154
9.	A Colônia Mizuho em face do Processo de Urbanização e Industrialização da Metrôpole Paulistana	159
9.1.	A Metropolização e ação do Estado no processo urbanizador e industrializante - seus reflexos na Colônia Mizuho	161
10.	Considerações Finais	190
	Notas	198
	Bibliografia	202

* * *

1. INTRODUÇÃO

1.1. O INTERESSE DO TEMA

Nosso interesse pela imigração japonesa e pelas Colônias Nipônicas é relativamente antigo. Não sô pelos laços que nos ligam ao grupo, como descendente de japoneses que somos, mas também pela facilidade de acesso às informações junto aos moradores de uma colônia de imigrantes nipônicos.

O tema foi escolhido visando ao estudo das origens, da evolução, da organização sôcio-econômica e da integração de uma colônia japonesa na sociedade brasileira.

Foi essa a nossa idéia inicial. Assim, seria necessário escolher uma colônia que não tivesse sido objeto de estudo por parte de outros pesquisadores e que também apresentasse alguma especificidade, justificando a escolha.

Optamos pela " Colônia Mizuho ", porque o seu desenvolvimento sôcio-econômico, a partir dos anos 60, estava acima dos padrões normais de uma colônia e pelo fato de nela predominarem elementos oriundos de Yamaguchi. Desta província, originou-se nossa família paterna e isso nos favoreceria posteriormente; quando fizêssemos a pesquisa de campo, a interpretação das respostas e dados coletados, teríamos maiores facilidades devido ao domínio do linguajar re -

gional e ao fato de que alguns fundadores eram nossos antigos conhecidos.

Além disso, existe um grande interesse por parte de elementos da Colônia de que se faça um estudo histórico-geográfico das suas características. É que, apesar de várias visitas feitas ao Mizuho por estudiosos do Japão e mesmo do Brasil, os trabalhos realizados se referem às colônias em geral ou à totalidade da Colônia Japonesa — como um grupo social radicado no país. Não há, em língua portuguesa, pesquisa específica sobre o Mizuho.

Paralelo ao interesse dos integrantes da colônia, há grande empenho da Secretaria do Planejamento do Município de São Bernardo do Campo, quanto ao levantamento dos problemas dessa comunidade.

Uma vez escolhida a área e mostrada a sua importância como objeto de estudo, efetuamos nossas primeiras observações e contactos informais com alguns moradores e nos surpreendemos, ao constatar que, em pouco mais de dez anos, após a nossa última visita (1969), a urbanização havia atingido os limites do bairro Cooperativa (como é denominada a Colônia Mizuho pela Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, porque aí se instalou a primeira cooperativa do município) não tendo, porém, nele penetrado totalmente.

Por outro lado, percebemos grandes transformações quanto ao uso do solo agrícola, às atividades aí desenvolvidas e ao abandono das unidades produtivas, associado à desativação da cooperativa.

A partir dessa primeira observação, pudemos definir os nossos objetivos que serão os de determinar:

— em que grau ocorreu a preservação ou a redefinição de uma *colônia* ou *mura* típico de imigrantes japoneses e como se processou a integração dos mesmos na sociedade brasileira;

— os motivos que provocaram a desativação da cooperativa local que, outrora, foi a mola propulsora de todo o desenvolvimento econômico dessa comunidade rural;

— as causas que levaram os produtores ao abandono parcial ou total de suas atividades agrícolas e da avicultura e à procura de outras ocupações ou outras modalidades de uso da terra;

— se, atualmente, há predominância de pequenos produtores de subsistência ou de pequenos produtores de mercadorias, com suporte no trabalho familiar, ou se ainda há empresa rural tipicamente capitalista e, se há, qual é o nível de relacionamento dessas unidades com o núcleo urbano ou mesmo com a metrópole (São Paulo);

— em que medida a tomada de decisão dos proprietários fundiários de manter ou de vender suas glebas está relacionada com a lógica da especulação imobiliária, com a regulamentação do uso da terra, com altos impostos imobiliários ou outros fatores (apego à terra, às pessoas com quem conviveram durante muitos anos, ao sentimento de obrigação moral de permanecer onde seus pais pretendem residir enquanto vivos);

— numa perspectiva mais globalizante, até que ponto o processo de metropolização, inserido no sistema econômico capitalista, é responsável pela atual situação da Colônia Mizuho.

1.2. A IMPORTÂNCIA DO TEMA PARA A GEOGRAFIA

Sendo a Geografia uma ciência humana, seu objeto de estudo é o espaço geográfico, produto das relações' que se estabelecem entre o homem e a natureza.

É necessário entender esse espaço como dependente de uma estrutura social, historicamente determinado, ocorrendo num dado lugar e numa dada sociedade.

O espaço é a expressão concreta da sociedade, uma realidade objetiva, portanto, o seu uso vai depender do grau de desenvolvimento tecnológico em que vive o grupo social que aí se acha instalado. Pierre George, referindo-se' ao espaço, diz:

" (...) entretanto, o espaço só tem sentido quando ocupado, isto é, mobiliza-do para assegurar a existência das co-letividades que o ocupam. Logo, a ocupação é, na realidade, uma ação situada no tempo e capaz de se projetar no decorrer de período mais ou menos longo. Isto significa que a capacidade atual de sustento humano do espaço considerado, resulta da totalização de intervenções sucessivas, conquistas, desbravamentos, ações organizatórias, transformações — eventualmente, também de processos de degradação e de pauperiza-ção. Quanto mais antiga a primeira ocupação do solo, mais heranças o espaço' terá acumulado. O espaço aparece ao mesmo tempo como criação humana e dado

natural. Esta criação vai-se liberar cada vez mais dos dados naturais, à medida que as técnicas do espaço vão-se tornando mais refinadas. " (1)

Esse modo de considerar o espaço — como criado e organizado pelo homem e que quanto mais modernas as técnicas mais o homem consegue libertar-se de uma dominação das forças naturais — será a linha mestra do nosso trabalho.

Se o homem por meio do trabalho produz, também reproduz as condições de sua existência social. Na sociedade capitalista, o espaço geográfico é organizado visando à produção de mercadorias com o intuito primordial de maior lucro e reprodução contínua do capital.

Parece-nos, desse modo, que o tema a ser tratado terá sua importância na Geografia, a partir do momento em que um grupo de imigrantes japoneses se apropria de uma parcela do território, constituindo uma *colônia* ou *mura* e organiza um espaço, inicialmente, como agricultores de subsistência e, depois, como pequenos produtores de mercadorias, condicionados a uma economia capitalista.

Considerando que o espaço é produto do trabalho humano do ponto de vista sócio-histórico, é necessário 'que seu estudo seja feito não se tendo em vista apenas a situação presente, mas também o que interferiu na sua formação. Pensando assim, faremos uma retrospectiva dos fatos, 'ocorridos na Colônia Mizuho, pois a paisagem que hoje percebemos, é resultado das atividades econômicas e das relações sociais nela desenvolvidas ao longo de sua existência' e também produto da penetração do capitalismo no campo. Este campo, tido como um espaço agrícola até recentemente, é hoje considerado e manipulado como um espaço urbano, especi

almente industrial. Atende, assim, aos interesses de uma parcela da classe dominante e, concomitantemente, reflete o processo de metropolização das áreas periféricas de São Paulo.

Não há dúvida de que, na organização dessa porção do espaço, o papel do Estado, como agente modelador e regulador do uso do solo tem sido importante, notadamente a partir dos anos 70. Na realidade, ele vem comandando o desenvolvimento urbano, segundo suas conveniências, e utilizando-se de regulamentações de uso da terra e de altos impostos imobiliários, como instrumentos de ação.

Esse papel, exercido pelo Estado, será analisado enquanto elemento transformador da organização espacial. Vemos também como a permanência de formas estruturais anteriores se constitui em barreira ao desenvolvimento urbano desejável, ou como pode facilitá-lo.

Tentaremos investigar, no decorrer deste trabalho, até em que nível o processo de metropolização de São Paulo está afetando ou comandando a urbanização da Colônia Mizuho.

É preciso verificar também, se o extraordinário desenvolvimento econômico desse espaço, a partir de um determinado momento, se deve ao fato de a Colônia Mizuho ter-se estruturado, tendo como premissa a comunidade *mura* — com características similares às do país de origem — dotada de elevada integração social; se essa integração social persiste nos dias atuais, com a mesma intensidade, e como se manifesta a coesão grupal perante as transformações que vêm ocorrendo.

2. A IMIGRAÇÃO JAPONESA E O MURA.

2.1. O CONCEITO DE COLÔNIA.

Num estudo sobre uma *colônia* de imigrantes japoneses, não poderíamos deixar de investigar até que ponto o termo *colonização* é adequado, o que um *mura* ou *shokuminchi* é, suas origens e em que condições se processou a imigração japonesa.

Lymn T. Smith, estudando a realidade brasileira, procura explicitar os conceitos de *colonização* e *povoamento*:

" (...) colonização, tal como é usada, não se refere à introdução dos povoadores originais no Brasil, mas aos programas ou projetos de subdivisão de grandes propriedades por organizações públicas e particulares, visando a colocar famílias de agricultores nos lotes assim criados e a desenvolver atividades de ajuda, assistência e supervisão, a fim de implantar nessas áreas, comunidades de pequenos proprietários." (2)

Povoamento para o mesmo autor tem sentido mais amplo. Inclui os programas independentes ou espontâneos pelos quais o pequeno agricultor adquire o domínio da terra, aumenta a densidade da população, fazendo, ao mesmo tempo, com que numerosas glebas improdutivas ou pouco usadas — os

latifúndios no sentido brasileiro — se tornem sede de comunidades e povoados solidamente constituídos.

Essa conceituação enquadra-se no processo ocorrido na época do mercantilismo; em alguns casos mais recentes, determinado por circunstâncias específicas do momento histórico e conforme o estágio de desenvolvimento econô-mico-tecnológico.

Creemos que o processo de colonização, em qualquer sociedade humana, assume características próprias, segundo as condições da área onde se implanta, e toma formas específicas de acordo com o estágio de evolução do sistema' econômico como um todo, num determinado espaço temporal.

No que se refere à ocupação de algumas áreas por imigrantes japoneses, podemos dizer que, em determina - dos casos, se processou exatamente o tipo de *colonização de* finido por Lymn T. Smith. Seria o caso das colônias: *Espe - rança, Lorena, Assaí, Pereira Barreto, Três Alianças*, onde empresas particulares adquiriram grandes propriedades e as lotearam, formando, dessa maneira, nessas áreas, as *colôni - as*. Todavia, a *Colônia Mizuho e Hirano Shokuminchi* foram iniciativas privadas de grupos de pessoas que reuniram suas economias, compraram terras e as subdividiram, constituindo, assim, as *colônias* (os *muras* — ou os *shokuminchi* — como tradicionalmente são conhecidos).

Antes de mais nada, é preciso que deixemos ' bem claro o sentido dado neste trabalho ao termo *colônia*. ' No seio das comunidades de imigrantes no Brasil — *colônia* — tem dupla conotação. Por exemplo: *Colônia Japonesa* como de signativa do grupo social e *colônia* como indicativo de de terminada localidade onde se concentram os colonizadores ja

poneses (caso deste trabalho) e ainda entende-se *colono* como aquele que trabalha numa propriedade, em determinadas condições.

Essas colônias são denominadas pelos japoneses *mura* ou *shokuminchi*, comunidades étnicas locais, subdivididas em pequenas áreas de 10 a 20 hectares. Em geral, seus proprietários são pequenos produtores de mercadorias independentes economicamente. Reproduz-se na *colônia* a estrutura social quase similar a do próprio *mura* do Japão. Assim, apesar de economicamente independentes, os membros da comunidade mantinham relações entre si, em que havia certo controle do comportamento grupal, o que já não se percebe tão nitidamente nos dias atuais.

2.2. AS ORIGENS DO MURA NO JAPÃO.

Para melhor compreensão do *mura*, das relações e atividades desenvolvidas no interior dessas comunidades, é necessário conhecer suas origens.

Lourdes Emico Senoi (3) esclarece que a origem do *mura* remonta ao período Tokugawa (1603-1867), quando o governo procurou organizar um sistema, baseado na auto-administração dos povoados. Para isto, criou os chamados *Gonin - gumi*, onde cada cinco casas formavam um grupo. Vários desses grupos constituíam um *mura*, com um chefe, por meio do qual as ordens oficiais eram transmitidas. Cada grupo era responsável pela ação de seus integrantes e, em casos mais graves (como rebeliões ou impossibilidade de pagar o tributo anual), todo o *mura* era responsável. Isso fez surgir um forte sentimento de união entre os camponeses da comunidade.

Havia um espírito de cooperação em um *mura*, manifestado por intermédio de:

- responsabilidade rotativa por grupos, ou o sistema de *Kumi*. Cada grupo era responsabilizado por escala de uma série de tarefas a serem realizadas no *mura*;
- cooperação cívica que consistia em ajudar no reparo de caminhos, canais etc.;
- cooperação de ajuda - *tetsudai* - cada um auxiliava o vizinho em casos de emergência, na reforma da casa, na época de plantio e

colheita; as mulheres ajudavam as famílias, quando elas tinham que dar uma festa etc.; *tanomoshi*, um similar do consórcio, sô que o produto em questão é o dinheiro. O primeiro beneficiário é aquele que está mais necessitado, seguindo-se os outros; ocorre geralmente em forma de sorteio ou lance.

Posteriormente, com a restauração Meiji (1867-1912), o sistema político-administrativo é mudado. Cada *mura* existente é transformado em aldeia e certo número delas forma o atual *mura*.

O *mura* possui um escritório administrativo, 'chamado *Yakuba* que poderia ser comparado a uma pequena prefeitura, e é administrado por pessoa eleita pelos camponeses, o *Son-cho* (4). O *mura* não tem função política, tem apenas a função administrativa.

No início, a população de cada *mura* procurava resolver os problemas de irrigação, drenagens, reparos de canais etc. em conjunto. Atualmente, os consertos e melhoramentos são providenciados pela administração do *mura* e o camponês sô tem que arcar com a sua parcela de despesas.

Lentamente, todas as formas de cooperação foram-se enfraquecendo à medida que se processava a modernização, principalmente a mecanização.

O moderno cooperativismo foi introduzido no Japão nos fins do século passado, mas a sua importância aumentou, após a Primeira Guerra Mundial, quando foram implantadas as primeiras Cooperativas Agrícolas - *Nogyô Sangyo Kumiai* — tomando como modelo as cooperativas rurais da Alema-

nha, objetivando a venda, o transporte dos produtos, os créditos e a propagação de técnicas novas. Seu chefe era eleito pelos representantes de cada mura; sua função principal era receber e transmitir as ordens do governo que controlava o plantio e a produção do campo.

Já para o Prof. Hiroshi Saito, os *muras* no Japão

" (...) são antes de tudo, grupos de localidade, comunidades rurais como em qualquer país e constituem, ao mesmo tempo, grupos sociais, integrados por meio de organizações específicas nas quais se sente a influência de consanguinidade. Apesar de terem sofrido várias modificações, os *muras* continuam sendo as unidades que mantêm, em menor ou maior grau, uma integração social." (5)

Quanto ao termo *Shokuminchi*, usado pelos japoneses no Brasil, como um sinônimo de *mura*, aproxima-se muito do significado dado ao termo *colônia* neste trabalho: '*shoku* - implantação ou fixação; *min* - população, pessoas, e - *chi* - terra, assim *shokuminchi* quer dizer - a fixação de grupos de pessoas em determinada localidade (terra).

Essa terminologia foi criada pelos imigrantes japoneses para identificar os núcleos coloniais, formados por eles fora de seu país de origem. Exemplo: *Hirano Shokuminchi*, *Esperança Shokuminchi*, *Mizuho Shokuminchi*. Nestas comunidades, procuravam-se reproduzir as formas associativas de um *mura* com algumas modificações ou adaptações necessárias, porque estavam inseridas na sociedade brasileira e tal fato exigia dispositivos que regulassem a relação com essa sociedade.

Além do que, no Brasil, a base física dessas colônias se apoiava em glebas de 10 a 20 hectares, consideradas áreas pequenas, quando, no Japão, são bem menores.

No *mura* japonês havia (conforme o Prof. Saito) influência de consaguinidade e, aqui, como os imigrantes não possuíam a solidariedade social em termos de '*ie*' , '*dozoku*' (6) e outros laços de parentesco, criaram relações' fictícias de parentesco com outros japoneses, tendo como base o fato de serem originários da mesma província, de terem vindo no mesmo navio imigrante, de terem trabalhado na mesma fazenda de café, ou, ainda, por seguirem a mesma religião, ' como é o caso da *Colônia Esperança* (o catolicismo que, no Japão, tem poucos adeptos].

Quanto à *Colônia Mizuho*, os fatores: a maioria dos fundadores eram originários da província de Yamaguchi, e outros haviam trabalhado na mesma localidade, serviram eficazmente na formação de um grupo coeso, com os mesmos ideais de procurar um local para a fundação e de construir ' um *shokuminchi*, com quase todas as características de um mura do período Tokugawa. Algumas adaptações foram necessárias, como a implantação do *Sangyo Kumiai*, do moderno cooperativismo, introduzido em 1909 (7).

2.3. POR QUE A IMPLANTAÇÃO DO MURA ou SHOKUMINCHI NO
BRASIL?

No Japão, até 1867, o sistema de herança adotado previa uma divisão da propriedade em partes iguais para todos os filhos do sexo masculino. Este fato tinha sido responsável pelo aparecimento de propriedades muito reduzidas. Muitas vezes, as parcelas eram tão pequenas que se tornavam insuficientes para nutrir uma família.

No fim do século passado, diante de uma situação insustentável, houve uma modificação: apenas o primogênito passou a ter direitos sobre os bens de família. Tal medida impediu o agravamento da situação que era o esfacelamento dos minifúndios. Além disso, embora a Revolução Meiji (1867) significasse o fim do regime feudal, as relações de produção feudal, de proprietários *versus* arrendatários prevaleceram, concorrendo cada vez mais para o aumento de desempregados e lavradores paupérrimos.

Os pesados tributos e outras medidas tomadas pelo governo contribuíram para que, por volta de 1890, muitos pequenos proprietários acabassem por perder suas terras, concorrendo definitivamente para a desintegração do campesinato no Japão.

A superpopulação, a exigüidade de terras cultiváveis, os pesados tributos, o endividamento, a alienação das propriedades das mãos dos lavradores-proprietários para

as da classe abastada, a freqüente falta de recursos nas áreas rurais, o precário e insuficiente desenvolvimento das manufaturas urbanas (as fábricas estatais não estavam capacitadas para absorver a mão-de-obra liberada) incentivaram os desempregados , os filhos não-sucessores e agricultores pobres a emigrarem para outros países. Assim, as condições existentes não lhes permitiam alcançar *status* social e político desejável em suas comunidades natais, onde as oportunidades locais de ascensão eram bastante limitadas.

No entanto, o grosso das levas emigratórias era formado pela população excedente da estrutura minifundiária, acoplada ao sistema de divisão de herança. Se a média de filhos por família rural era de três, o primogênito herdava a propriedade, enquanto para os outros dois e demais agricultores pobres restavam algumas alternativas, no caso de desejarem permanecer em suas comunidades:

1. - ser adotado como sucessor de alguma família ou casar-se com a herdeira cuja família não tivesse tido nenhum filho do sexo masculino;
2. - aceitar a condição da 'família dependente' recebendo uma parte da propriedade para o cultivo;
3. - tornar-se arrendatário;
4. - conseguir um emprego como assalariado ou dedicar-se aos trabalhos sazonais;
5. - ou permanecer na família como solteiro.

Diante dessa situação, a emigração japonesa teve início logo após a Revolução Meiji (1867) com o deslocamento de trabalhadores para as ilhas do Hawaï, depois para os Estados

Unidos , em seguida, para o Peru, o Canadá e, posteriormente, para o Brasil, a partir de 1908.

A maioria desses imigrantes, com raras exceções, deixou a pátria com a intenção de retornar após alcançar rapidamente o sucesso. Conseguir alguma poupança e, em seguida, regressar aos seus vilarejos de origem, era o sonho de quase todos eles. Não consideravam nem de longe, a possibilidade de uma permanência definitiva. Tal fato — imigração temporária — mais a propaganda efetuada pelos países interessados, decidiram muitos japoneses a deixar o país. Em contrapartida, determinaram o caráter, a mentalidade, a lenta assimilação e integração desses imigrantes, principalmente das primeiras levas que partiram.

No Brasil, existia certa restrição quanto a se introduzir japoneses, porque eram considerados inassimiláveis e portadores de costumes e idéias estranhas.

Um rápido esclarecimento sobre a origem dessas restrições se faz necessário.

Nos países para onde os japoneses imigraram inicialmente, estes enfrentaram péssimas condições de trabalho, em locais desfavoráveis; eram tratados como trabalhadores quase em regime escravista e tiveram de lutar contra as moléstias e a pobreza. Mas, acima de tudo, havia o esforço para a emancipação, o desejo do sucesso rápido para o retorno ao país de origem. A existência de uma apreciável diferença de nível salarial em relação ao do Japão, possibilitava a que esses planos se concretizassem.

Assim, os imigrantes japoneses, principalmente nos Estados Unidos e Canadá, sendo trabalhadores dedicados e com propósitos definidos, não desenvolveram espírito de coo-

peração entre os elementos pertencentes à mesma classe, mas procuraram perseguir interesses imediatos, individualistas, chegando, às vezes, a tomar atitudes prejudiciais à própria classe dos trabalhadores. Como, por exemplo, trabalho aos domingos e feriados ou dias santos e outros atos semelhantes. Tal comportamento em muitas ocasiões fomentou movimentos antinipônicos.

Desse modo, a partir de 1907, os japoneses foram impedidos pela "*Gentleman's Agreement*" de entrarem nesses países, pois, no entender deles, esses imigrantes competiam com a mão-de-obra nacional, eram inassimiláveis, portadores de alguns vícios, costumes e idéias condenadas pelos estadunidenses e, também, com o aumento da comunidade, poderiam dominar, com o tempo, toda a costa oeste dos Estados Unidos.

Com as portas fechadas à imigração, nos países tradicionalmente imigrantistas, os japoneses passaram a se interessar pelo Brasil, que atravessava uma situação inversa: falta de mão-de-obra nas fazendas de café, instabilidade de colonos de outras nacionalidades e a necessidade de que a oferta excedesse à procura, a fim de que os salários baixassem e a substituição fosse feita com facilidade. Tudo isso levou o governo brasileiro a concordar com a introdução de nipônicos no Estado de São Paulo, sofrendo, por isso, críticas por parte dos países que lhes estavam fechando as portas.

Os propósitos dos imigrantes japoneses aqui no Brasil eram os mesmos: uma rápida ascensão econômica e retorno ao país de origem. A situação aqui se apresentava, no entanto, muito diferente. Os salários eram equivalentes

aos que eram pagos no Japão, cinco vezes menores que no Ha-
waí e a distância entre o Brasil e o Japão, cinco vezes mai
or. Então, perguntava-se, qual a vantagem de êmigrar para o
 Brasil? Uma delas era a possibilidade de ascensão, na esca-
 la dentro da agricultura, isto é, tudo indicava que, mesmo
 aos imigrantes sem nenhum recurso, era assegurada a oportu-
 nidade de se tornarem pequenos proprietários autônomos. A-
 lém disso, a êmigração para áreas agrícolas era possível me
diante a cobertura financeira do poder público. Essas eram
 as condições que distinguiram fundamentalmente a êmigração'
 para os Estados Unidos da êmigração para o Brasil.

Apesar de ter ocorrido em 1895, a assinatura
 do Tratado de Amizade entre Brasil e Japão, abrindo possibi-
 lidades para a imigração, somente em 1908 foi introduzida a
 primeira leva de imigrantes pela Kokoku Shokumin Kaisha com
 781 pessoas, totalizando 168 famílias, a bordo do navio Ka-
 sato Maru.

O governo do Estado de São Paulo subvencio-
 nou parte do transporte dos imigrantes que deviam vir com -
 pondo famílias de menos de três elementos de 15 a 50 anos.'
 Mas, em 1914, a concessão de subsídios foi suspensa e, con-
 seqüentemente, o contrato anulado. No entanto, em 1917, no
vo contrato, com subsídios, foi assinado com o governo de
 São Paulo, graças ao esforço das empresas de imigração.

Em 1924, o Parlamento japonês aprovou a con-
 cessão de subsídios integral da passagem marítima para os ê
migrantes. A partir desse momento, ou precisamente de 1925,
 o Brasil passa a representar para o Japão não somente o ûni
co país receptor de imigrantes, como também mercado em
 potencial para os seus investimentos e fornecedor de matê-
 ria-prima para a sua indústria em expansão, de forma preci-

pua, a têxtil. Portanto, a intervenção do governo japonês, subsidiando e orientando o movimento emigratório para o Brasil, imprimiu ao fenômeno todas as características de uma colonização politicamente planejada.

No entanto, os primeiros imigrantes japoneses (os que chegaram entre 1908 e 1925) foram encaminhados, na sua totalidade, para as fazendas de café. Poucos foram aqueles diretamente fixados em áreas adquiridas por empresas especializadas em imigração com intuito de formar núcleos coloniais. Somente após o término dos contratos, ou de terem trabalhado em algumas fazendas, começaram a adquirir terras das Companhias de loteamento ou formaram grupos de voluntários para implantar as *colônias* ou *shokuminchis*. Posteriormente, como vimos acima, ocorreram alguns casos de imigrantes que foram trazidos para serem colocados em áreas pré-determinadas pelas empresas especializadas, constituindo as *colônias* ou *muras*.

Na verdade, para a agricultura do Brasil, não era indispensável a pré-existência da comunidade regional — *mura*, nos moldes japoneses, pois o sistema econômico determina o local de produção e dá todas as condições para que ela seja desenvolvida, com bases no estabelecimento agrícola, que não se relaciona com outros estabelecimentos e que só se liga diretamente ao seu mercado. Entretanto, o imigrante japonês devido à formação social, adquirida nas origens, sente necessidade, e é de fundamental importância para ele, colocar a agricultura dentro de uma comunidade regional — sentir-se antes de mais nada, membro componente da mesma, parte integrante do *mura* — estruturada com a sua cooperativa, suas associações, sua escola, sua igreja e com as demais funções que dizem respeito ao incremento da produção, comercialização e

melhora do padrão de vida.

Aqui é válido lembrar um trecho do autor Tetsundo Tsukamoto:

" A tendência à formação de grupos mais ou menos exclusivos é comum entre os imigrantes de diferentes nacionalidades, sendo, todavia, mais acentuada entre os japoneses. A vida, nos núcleos coloniais, cercada de grandes dificuldades, foi em grande parte atenuada pelos laços de solidariedade grupal ou sentimentos de filiação grupal que advinham da convivência com parentes consanguíneos, conterrâneos, ou ainda, com elementos da mesma nacionalidade. " (8)

2.4. A ORIGINALIDADE DO MIZUHO.

O sentimento de caráter comunitário, com surgimento de associações para regulamentar as relações inter - grupais, é levado tão a sério, que comenta Maeyama — *dois japoneses juntos fazem uma associação e três fundam um jornal.*" (9)

No caso da Colônia Mizuho, não eram dois, mas dez japoneses que formaram um *mura* com a sua cooperativa e aos poucos (nos anos seguintes) foram-se juntando a eles a amigos e parentes, aumentando a população da colônia e também a sua área.

Posteriormente, por meio da introdução de fa mílias e de jovens 'importados' do Japão dos quais muitos se acabaram casando com as filhas dos proprietários 'importadores', ou ainda por meio do casamento entre membros das diferentes famílias, a ampliação de relações, não tanto de consangüinidade *ie*, *dozoku*, mas de parentesco indireto, concretizou-se, em grande escala, como pudemos constatar em nossa pesquisa de campo.

Algumas colônias, no entanto, foram formadas por imigrantes arregimentados no Japão por companhias particulares especializadas e orientadas para uma determinada localidade. Eram geralmente pessoas originárias da mesma província, como: as Três Alianças (primeira Aliança - província de Shinaro; segunda Aliança - província de Tottori e ter

ceira Aliança - de Toyama }, enquanto a Colônia de Várzea em Mato Grosso do Sul é de Yamaguchi.

A Colônia de Lorena, no Norte paranaense, foi formada por elementos moradores de Cafelândia (independentemente da província de origem) e acrescida de outras famílias provenientes do NO Paulista, amigos convidados pelos primeiros. Todos foram atraídos pela possibilidade de passar da condição de colonos a de proprietários, dada a viabilidade de aquisição de terras, concedida pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, facilitando o pagamento em até cinco anos.' A mesma empresa formou a Colônia Esperança, com a ajuda de um líder-missionário japonês e de um padre católico que percorreram algumas áreas do Estado de São Paulo, convidando japoneses católicos para participarem dessa empreitada. Em decorrência desse fato, ocorreu certo isolamento dos japoneses dessa comunidade em relação às outras comunidades da mesma etnia, devido ao caráter religioso — a maior porcentagem dos japoneses tendem para o budismo — e também porque as atividades sociais aí desenvolvidas favoreciam o namoro e casamento entre os jovens, que recebiam o apoio paterno pela formação étnico-religiosa comuns, segundo Yoshie Yamashita ' (10).

Como vemos, esses núcleos de japoneses são do tipo 'japonês', mas não são a reconstituição pura e simples' do *mura*, como o Prof. Saito observa (11),

" (...) Isso porque, diferentemente do *mura* no Japão, além de todas essas variações de fatores de coesão, há o fato de estarem entrosados com a sociedade dominante, a brasileira, e contam com dispositivos que regulamentam as relações com essa socieda-

de. A comunidade étnica dos imigrantes dispõe de funções duplas: as que controlam as relações internas do grupo e as que determinam as relações entre o grupo e o 'mundo de fora'."

Como a colônia Mizuho é também conhecida pelo designativo de Bairro Cooperativa, sentimos a necessidade de, ainda que rapidamente, fazer uma comparação das características de um *mura* com as de um bairro rural brasileiro.

O Mizuho recebeu o nome de Bairro Cooperativa, porque foram os moradores dessa Colônia que fundaram e puseram em funcionamento a primeira cooperativa em São Bernardo do Campo (dentro dos limites da Colônia).

Para nossa comparação entre bairro rural e *mu*ra, baseamos-nos no conceito de bairro da Professora Doutora' Liliana Lagaña Fernandes (12).

Os bairros rurais surgiram, inicialmente, a medida que se foi formando um povoamento que, apesar da dispersão, possuía casas próximas o suficiente para que houvesse 'contactos entre os vizinhos, constituindo assim um 'grupo de vizinhança', consolidado por meio de relações de auxílio mūtuo, de compadrio, de parentesco, da utilização da mesma venda ou da mesma escola, ou, ainda, o empenho de todos na construção de uma capela. Economicamente, esses bairros baseavam-se numa agricultura de subsistência (feijão, arroz, milho, 'mandioca) e na venda de excedentes ao mercado local.

Desse modo, a formação dos *muras* ou *shokumin-chis* ou *colônias* de imigrantes japoneses difere , como vimos, dos bairros rurais tradicionais, aproximando-se mais dos padrões de 'núcleos coloniais' citados pela autora:

" *núcleos coloniais — são originários*

de colonização dirigida, oficial ou particular, ou agrupamentos espontâneos, ' constituídos especialmente por contingentes provenientes das fazendas de café ou resultantes de seu retalhamento , formando pequenas propriedades. " (13).

Se a sua origem difere daquela dos bairros rurais e se assemelha aos de 'núcleos coloniais', já as relações sociais que ocorrem dentro do *mura* apresentam similaridades com as de bairros rurais, na medida que se considera a existência de: escola, igreja, associações, espírito de solidariedade que se manifesta no *mutirão*, sentimento de localidade, forte sentimento de grupo, reforçado com os laços religiosos, de parentesco, de acordo com Liliana Lagaña Fernandes. (14).

A Colônia Mizuho substituiu, na época da sua organização, os laços de parentesco e compadrio por relações fictícias de parentesco, como o fato de terem trabalhado na mesma fazenda de café ou, principalmente, de terem nascido ' na mesma província. Isto nos remete à observação feita por Fernando Salgado, ao estudar Bastos —

" (...) a formação de núcleos coloniais, etnicamente homogêneos se deve à facilidade do imigrante de se aclimatar à nova Pátria dentro de uma colônia de patrícios, aprendendo e acostumando-se aos poucos, com a nova vida agrária. " (15).

Além disso, as associações das colônias de imigrantes japoneses, formando grupos funcionais, baseados em idade e sexo, controlam as relações internas da comunidade, fortalecendo a coesão do grupo e as condições necessárias à manutenção do mesmo. Paralelamente, procuram também regular

as atividades econômicas do *mura*.

Diferentemente dos bairros caipiras que se baseavam numa agricultura de subsistência e uma pequena comercialização de excedentes, as colônias em questão, via de regra, formavam-se de pequenos produtores de mercadorias, principalmente de algodão, de café ou de arroz, dependendo das condições edáficas e econômicas do momento histórico em que se estavam organizando.

A Colônia Mizuho constituiu-se em uma das poucas exceções quanto ao tipo de produto inicial, devido às condições financeiras dos proprietários, dos recursos naturais existentes e da proximidade aos dois centros urbanos: São Paulo e Santos. Os moradores iniciaram suas atividades com a produção de carvão, utilizando o recurso disponível — a mata, e também porque era preciso limpar a área para plantio de legumes, verduras e frutas, como pretendiam. Assim, passaram de agricultores de subsistência para pequenos produtores de mercadorias (legumes e frutas) até mais ou menos nos anos 50 e, a partir daí, para a atividade avícola de modo intensivo. Atividade que contribuiu efetivamente para a elevação do padrão de vida dos moradores.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS

A escolha de um método não deve ser arbitrária, mas deve levar em consideração a natureza do objeto a que vai ser aplicado e o fim que se tem em mente..

A diversidade da natureza dos fenômenos que compõem a área em estudo nos levou a utilizar, não somente um, mas diversos métodos e técnicas, entre os quais:

1. A análise geográfica que nos permitiu compreender a realidade que é visível em um dado momento, ao tomarmos como ponto de partida a formação geo-econômica de área considerada. A través da observação e pesquisa das formas a parentes, procuramos entender o significado e o processo que está por trás delas. Pierre George sintetiza muito bem o que deve ser a visão do geógrafo, quando diz:

" Como as coletividades humanas não vivem em contacto com cada um dos elementos ' de seu quadro de existência, mas com todos ao mesmo tempo, deve-se fazer balanço do que representa globalmente este espaço para os homens que aí vivem, partindo da análise de todas as peças e de todos os processos que constituem este espaço e seu dinamismo. " (16)

Partindo, assim, da análise geográfica de todos os fatores e, para tanto, recorrendo à ajuda de outras disciplinas, passamos do processo de descrição dos fenômenos verificados, inventariados e analisados para a comparação com outras situações, a fim de detectar o que é original no conjunto de relações — dentro do assunto estudado — para finalmente chegar à interpretação e à síntese dos fatos geográficos.

2. Por meio da História, podemos estudar a evolução da vida social, política, econômica, cultural e moral de uma comunidade. Portanto, recorreremos ao método histórico:

2.1. pesquisa de documentos — consiste em reunir os documentos capazes de proporcionar o conhecimento dos fatos passados. Os documentos foram coletados junto aos fundadores e moradores do Mizuho, na Biblioteca Pública de São Bernardo do Campo, no Banco de Dados da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, na seção da Receita da Secretaria das Finanças da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo do Riacho Grande, na Casa da Lavoura.

2.2. Crítica dos documentos — determinamos a exatidão, a autenticidade e a importância do material reunido, com a crítica das fontes e do testemunho propriamente dito.

2.3. Descrição do passado — recompusemos os fatos históricos com os documentos, com os

depoimentos dos moradores e outros informantes, depois de termos relacionado o material.

3. Utilizando a pesquisa de campo, que é técnica geográfica por excelência, via entrevistas, aplicação de questionários aos moradores e ex-moradores da Colônia Mizuho, foi possível constatar os fatos que ocorreram na área em enfoque, sua implicação e repercussão nas transformações verificadas.

Nossa pesquisa de campo, efetuada no período de 1980 a 1981, foi atualizada em 1985 e até abril de 1986, porque ocorreram grandes modificações, principalmente, vendas de propriedades e instalações de novas empresas no período em que estivemos afastados deste estudo.

4. As técnicas estatísticas permitiram-nos conhecer as características estruturais do bairro com o levantamento dos dados sócio-econômicos.

5. As técnicas cartográficas tiveram como finalidade registrar e representar os dados coletados em: tabelas, perfis topográficos, gráficos e cartogramas, estabelecendo as possíveis relações existentes e suas implicações para uma análise final.

6. Finalmente, na técnica de visualização, utilizamos as fotos tiradas durante a pesquisa de campo e as fotos históricas, retiradas

dos Cadernos Históricos (A Imigração Japonesa em São Bernardo do Campo, de Adenir Medici) e dos arquivos particulares de alguns fundadores.

4. A COLÔNIA MIZUHO

4.1. O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E A COLÔNIA MIZUHO.

O Grande ABC de hoje era o São Bernardo do Campo do século passado e do começo deste século. Rebaixado a distrito em 1938, recuperou sua autonomia somente em 1944, quando foi separado de Santo André.

Para melhor compreensão deste fato, resumimos aqui o histórico, fornecido pelo Banco de Dados da Secretaria de Planejamento de São Bernardo do Campo.

O aglomerado de portugueses, índios e mamelucos, no planalto, em território da Capitania de São Vicente, próximo à taba do cacique Tibiriçã, originou uma vila, para a qual João Ramalho solicitou a oficialização.

A 08 de abril de 1553, foi levantado o pelourinho, símbolo dos foros da vila, que, no ato, recebeu o nome de Vila de Santo André da Borda do Campo.

Os padres jesuítas que já haviam fundado um colégio na Vila de São Vicente, instalaram um outro na Vila de João Ramalho — o Colégio de São Paulo — onde foi rezada a primeira missa a 25 de janeiro de 1554.

Em poucos anos, formou-se um aglomerado em torno do Colégio de São Paulo e, estando a vila ameaçada pelos ataques constantes dos índios, o pelourinho foi transfe

rindo para o pátio do Colégio, em 1560, sendo extinta a Vila de Santo André, originando-se, assim, a Vila de São Paulo de Piratininga.

Apesar disso, as terras do planalto continuaram habitadas por detentores de sesmarias, por monges beneditinos na sua fazenda São Bernardo e muitas outras.

Só em 1812, consegue São Bernardo do Campo ser elevado à freguesia (distrito) e, finalmente, em 02 de maio de 1890, é desmembrado de São Paulo — constituindo o Município de São Bernardo do Campo, com sede no local da primitiva Vila de Santo André da Borda do Campo.

Já neste século (1938), São Bernardo do Campo foi rebaixado de sede de Município a simples distrito, pelo então interventor federal Sr. Ademar de Barros.

Foram necessários seis anos para que São Bernardo do Campo recuperasse sua autonomia definitivamente. Nesse mesmo ano (1944), ocorreu a emancipação do demais municípios do ABC (Santo André, e São Caetano até então distritos do município de São Bernardo do Campo).

A Colônia Mizuho foi fundada no Município de São Bernardo do Campo três anos antes de seu rebaixamento à categoria de distrito, de início, nos 60 alqueires de terras adquiridas do imigrante italiano Ângelo Boralli por dez imigrantes japoneses.

Elaboramos uma síntese do que foi o início dessa comunidade, baseados nas informações obtidas junto aos

fundadores que ainda lá residem e, nas publicações dos 20º, 30º e 40º aniversários da fundação do Mizuho.

Seis colonos de uma fazenda de café do Município de Sertãozinho: — Senhores Matsumoto, Inoue, Nakagawa, Oichi e Massu — adquiriram terras na Colônia Romanópolis e transferiram-se para lá com seus familiares. Como eram muito unidos, foram apelidados de *Loquen-yá* (seis famílias). Aí esperavam encontrar um grupo de imigrantes, coeso, bem estruturado, mas isso não aconteceu. Ocorriam muitos atritos entre os elementos da comunidade. Decepcionados, ficaram nesse local apenas por um ano e mudaram-se para Itaim Paulista, na condição de arrendatários. Permaneceram em Romanópolis apenas as famílias Massu e Nakagawa.

Durante três anos, reuniram economias e procuraram um local que fosse apropriado para instalar uma colônia como sonhavam — do tipo cooperativa — com as características e funções de um *mura* japonês.

Após muita procura, optaram por uma gleba de 60 alqueires, na zona rural de São Bernardo do Campo, terras pertencentes a Ângelo Boralli, imigrante italiano, que aí plantava vinha, chá, hortaliças e fabricava vinho para o seu consumo. Utilizava somente uma pequena parcela da propriedade.

Dos fundadores da Colônia, um total de dez japoneses, a metade era proveniente da mesma província (Yamaguchi) e os outros se conheceram no navio que os trouxe ou na fazenda de café, onde trabalharam como colonos. Estes foram os fatores decisivos para que houvesse uma forte coesão no grupo.

Os pioneiros eram os seguintes: Senhores Riu

chi Matsumoto, Kiyoji Inoue, Toshio Tamai, Gumpei Ito, Fukutaro Ida, Ichimitsu Shintomi, Yoshiharu Adachi, Hidekichi Suga, Kogen Takagi e Katsuo Sasaki. A média de idade dos chefes de família girava em torno dos trinta anos; isto fazia com que o grupo apresentasse um dinamismo e uma força de vontade capazes de vencer todas as dificuldades que surtissem (Foto nº 1).

Os 60 alqueires custaram, na ocasião, sessenta contos de réis, pagáveis em três parcelas; os que possuíam maiores recursos emprestaram aos menos favorecidos: Os senhores Matsumoto, Inoue, Ito e Ida ficaram com áreas maiores e o restante foi subdividido em partes iguais, sorteadas entre os demais membros do grupo.

Algumas famílias chegaram de Itaim Paulista, aos 07 de maio de 1935, um lindo dia de outono, e a paisagem lembrava a do Japão (como recordam alguns pioneiros). Instalaram-se na residência do antigo proprietário. Logo após, planejaram e dividiram as tarefas para os dias seguintes, considerando a formação profissional, a capacidade ou as limitações de cada indivíduo do grupo. (Foto nº 2).

Assim, o Senhor Shintomi, como tinha feito um curso de topografia no Japão, comandaria uma equipe composta dos senhores: Tamai, Matsumoto, Ito, Inoue e Ida para abrir picadas, estradas ou ampliar algumas já existentes e mapear o terreno para a divisão dos lotes. O Senhor Takagi seria o motorista do caminhão da cooperativa (17) e nas horas disponíveis ajudaria a turma encarregada das estradas. Os Senhores Adati e Sasaki seriam os cozinheiros do grupo, revezando-se nessa tarefa.

No dia seguinte, foram todos a São Paulo pa

ra efetuar o registro provisório da compra, no cartório.

A seguir, efetuaram o mapeamento da divisão das terras e o sorteio. Os lotes foram separados a partir do vale existente. No momento da divisão, os proprietários, de comum acordo, decidiram reservar um alqueire, na entrada da Colônia, onde, posteriormente, seriam erguidas: escola, igreja, instalações para as associações e quadras esportivas.

Nota-se, nesse gesto, a prioridade dada pelos japoneses aos assuntos educacionais e sociais.

Concluídas as estradas de ligação, cada família procurou obter todo o material necessário — madeiras retiradas da mata, telhas, bambus — para a construção das futuras residências.

As casas foram construídas por todos, num sistema de mutirão. Enquanto durou a construção das casas, reuniam-se mais ou menos vinte adultos para o trabalho pesado. Todos faziam as refeições juntos e, à noite, alguns liam, outros jogavam o *gô* (jogo similar ao de damas), *shio-gui* (similar ao xadrez), ou, então, conversavam sobre assuntos diversos, enquanto as crianças dançavam e cantavam no terreiro.

A planta da casa, geralmente retangular, de dimensões acanhadas, tinha três cômodos básicos: a sala, o quarto e a cozinha, podendo, vez por outra, conter mais um quarto. Era a típica habitação do pequeno trabalhador rural de poucos recursos, feita de barrote, difundida em todo o território nacional. Diferente da moradia da zona rural do Japão, que era toda de tábuas de madeira e papel. Os imigrantes japoneses, aqui, utilizaram os troncos de árvores

ou bambus, revestidos de barrotes. Isto por falta de recursos para obter as tábuas ou porque já haviam assimilado os costumes dos brasileiros, principalmente das fazendas de café, onde trabalharam — em média de 10 a 15 anos — como colonos ou arrendatários.

O mobiliário de primeira necessidade era composto de uma mesa de madeira com bancos toscos e a cama, com pés de troncos de árvores e tábuas, forrada com colchão de palha.

Em julho, as casas estavam terminadas e as dez famílias instaladas, desocupando a sede principal do ex-proprietário. Por algum tempo, ela foi ainda utilizada para as reuniões dos moradores da Colônia Mizuho — que significa abundância, fartura (18) — nome escolhido para o recém-formado *mura*.

Como na área havia uma grande reserva florestal, era preciso derrubar a mata para o cultivo do solo, os japoneses procuraram aprender a técnica de produzir o carvão. Fizeram várias experiências com tipos de fornos, optando por aquele do tipo japonês — de tijolos, com teto arredondado e escavado no chão, medindo mais ou menos três metros de comprimento por dois metros de largura e um e meio metro de altura — onde as achas de lenha eram colocadas de pé. Dessa forma, a primeira atividade econômica da Colônia foi o extrativismo vegetal com o fabrico de carvão para a venda.

Para a comercialização do carvão, combinaram um sistema de rodízio, no qual cada proprietário teria um dia para ir a São Paulo ou a Santos a fim de negociar a sua produção. Assim, ninguém seria prejudicado. Nota-se aqui o espírito de solidariedade entre os componentes do *mura*.

Nas áreas onde eram efetuadas as derrubadas, plantaram tomate e hortaliças para o consumo e o excedente era vendido na cidade, caracterizando, desse modo, a função de agricultores de subsistência.

As vigas, para a instalação ou construção de moradias, anexos ou estacas para tomates, poderiam ser retiradas de qualquer propriedade. Este espírito de cooperação com que todos trabalhavam para o bem comum, sem que, em nenhum momento, tivesse ocorrido qualquer desentendimento entre os participantes, mostra a força de coesão que unia esse grupo. Por este fato e outros que serão relatados, posteriormente, a Colônia Mizuho ficou conhecida, entre os japoneses, como uma das mais coesas e duradouras dentre as muitas, constituídas no território nacional.

No dia 19 de setembro do mesmo ano (1935), foi efetuada a 1.^a festa da Colônia (*Undokai*), na sede da ex-fazenda, pois ainda não tinham construído a sede definitiva, no local por eles reservado para tal finalidade. Convidaram amigos, conhecidos de São Paulo e também os italianos dos bairros vizinhos. A festa constou de jogos poli-esportivos (*undokai*), danças, cantos que se propagaram por toda a noite. Esta atividade social teve uma receptividade tão grande que se repetiu todos os anos, chegando, em 1985, a atingir a quinquagésima vez. Revela-se, nessas ocasiões, novamente o espírito de solidariedade, desenvolvido no grupo, com a participação de toda a comunidade, durante os preparativos e na limpeza, após as reuniões (Foto nº 3).

Passados dois anos, em 1937, foram construídas: a primeira escola de língua japonesa e a sede da associação. Nesse mesmo ano, mais terras foram adquiridas de imigrantes italianos em duas etapas: primeiramente, por uma le

va de dez famílias, e na segunda, por três famílias, procedentes de outras áreas do Estado de São Paulo.

Na primeira leva de 1937, vieram as famílias dos Senhores: Saiti Kimoto, Hissao Nakahara, Nobuo Miyamoto, Iomoto Fujita, Yoshinori Morikawa, Yutaro Nakagawa, Shigeaki Kawamoto, Massanori Hiraguti, Mamoru Kawano e Itiro Ueda. Na segunda leva, ainda em 1937: Kessuke Fujinaga, Hidenori Hideguti e Hidenori Kossughi.

Em 1938, chegaram: Taneo Massumoto, Kiyomassa Massumoto, Tetsuo Hironaka, Yutaka Yaghibashi, Minossuke Anami (Foto nº 4).

Os Senhores: Sussumu Arassaki, Shinossuke Yamaguchi, Shissaki Yokoya e Koiti Hashimoto adquiriram terras em 1939.

De 1939 a 1947, não foi efetuada nenhuma aquisição de terras para ser anexada à Colônia. Isto é compreensível, se levarmos em conta que São Bernardo do Campo e a periferia desta, foram as áreas, onde os imigrantes japoneses enfrentaram os problemas mais sérios em consequência da II Guerra Mundial.

Só em 1948, chegaram mais duas famílias, as dos Senhores: Tanetsume Kataghiri e Toragi Oka.

Em 1951, vieram as famílias de: Kusuma, Fukio e Shigue Kamiya e Kanefussa Irie. O último do grupo a se estabelecer na Colônia chegou em 1954: Senhor Yoshiharu Muramatsu.

Desse modo, a Colônia, em 1955, estendia-se por uma área de mais ou menos duzentos alqueires (484 ha), que pertenciam somente aos imigrantes japoneses cujo número

totalizava 39 proprietários moradores, 7 proprietários absenteístas (Senhores Zempati Ando, Shizuo Hossoe, Teiti Suzuki, Ianeo Kawai, Ioku Sassaki, Mariuti e Goiti Suga) e 14 famílias, algumas de arrendatários, parceiros ou assalariados.

Cabe aqui uma nota - os senhores Keiji Kimura e Tokiji Inoue chegaram à Colônia em 1935. O primeiro com a família do senhor Riuchi Matsumoto por ser seu boônhado e o segundo, irmão do senhor Kiyoji Inoue.

* * *

1950. Alguns dos fundadores da Colônia Mizuho: Em pé (da esquerda para a direita): Tokiji Inoue, Toshio Tamai e Kiyoji Inoue; sentados (da esquerda para a direita): Keiji Kimura, Riuichi Matsumoto; Gumpei Ito e dña. Hisa Suga

Foto nº 1

Foto nº 2: Residência do Sr. Ângelo Boralli, onde os fundadores do Mizuho se instalaram até a construção de suas mo radias.

Foto nº 3

Foto nº 4: Moradores da Colônia Mizuho, reunidos nos fins dos anos 30.

4.2. A COLÔNIA MIZUHO DENTRO DO QUADRO GEOECOLÓGICO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Nosso universo de pesquisa faz parte de uma micro-região do Município de São Bernardo do Campo e, por isso, não pudemos obter dados de ordem física que fossem exclusiva - mente da área em estudo, exceto a carta topográfica SF- 23 -YC -VI-2-SE-E (231) da GEGRAN e a carta geológica da Região da Grande São Paulo da Emplasa.

São Bernardo do Campo localiza-se entre os pa ralelos $23^{\circ}38'30''$ e $23^{\circ}57'57''$, latitude Sul, e os meridianos $46^{\circ}25'38''$ e $46^{\circ}36'42''$, longitude Oeste, de Greenwich. Limita - -se ao Norte e a Oeste com o Município de São Paulo; a Nordes - te, com São Caetano do Sul; a Noroeste, com Diadema; a Leste, com Santo André, e, ao Sul, com São Vicente e Cubatão (carto - grama nº 3).

A Colônia Mizuho situa-se geograficamente a Oeste da área urbana do Município de São Bernardo do Campo — distando 7 km aproximadamente do centro da cidade — e a SE do Município de São Paulo. A via Anchieta passa a 4 km da Colônia e a rodovia dos Imigrantes toca os seus limites desde SSW, SW, WSW, W, WNW até NW (cartograma nº 4). Limita-se ao Norte e a Oeste com o Município de Diadema do Sul, com o Bairro dos Alva rengas, e a Leste com o bairro Alves Dias.

Resumindo os Subsídios Estatísticos da Prefei - tura Municipal de São Bernardo do Campo — 1975/76 — e inter-

pretando as cartas topográfica e geológica, podemos dizer: ' São Bernardo do Campo localiza-se na porção Sul da Bacia de São Paulo, constituída por sedimentos recentes e sedimentos' da formação São Paulo, assentados sobre rochas metamórficas' e graníticas intrusivas que formam o embasamento pré-cambriano.

A bacia sedimentar de São Paulo está situada no Planalto Paulistano que apresenta um relevo suave, com morros e espigões de pequenas altitudes, variando de 715 a 900 metros.

A idade da Bacia de São Paulo poderia ser fixada entre o terciário e o quaternário. Quanto a sua formação, Vitor Leinz apresenta a hipótese de que a região teria feito parte da área de drenagem do primitivo Rio Paraíba e que, posteriormente, perturbações tectônicas poderiam ter seccionado seu curso, transformando-o em lago e, em alguns momentos, em rios temporários. Essa bacia teria sido preenchida por sedimentos e um dreno teria sido aberto rumo ao Rio Tietê atual. Rui Osório Freitas, no entanto, acredita numa origem tipicamente tectônica.

Analisando-se a carta geológica da Região Metropolitana da Grande São Paulo, observamos na região da Colônia Mizuho: a - ocorrência de sedimentação recente ao longo do vale do Ribeirão dos Couros e seus afluentes; b - mancha de argilas, areias e cascalhos da Formação São Paulo e da Formação Caçapava (Grupo Taubaté), incluindo depósitos' elúvio-coluviais correlatos ao longo do vale do Ribeirão dos Couros, no sentido N a SW; c - envolvendo essa mancha - ocupando a área central, SW e W do Mura - os micaxistos e /ou meta-arenitos de médio grau metamórfico, incluindo também xistos miloníticos em zonas de movimentação tectônica; d —

finalmente, os granitos e granodioritos normais ou em parte' gnaíssicos equigranulares ou porfiróides na porção E a SW, a acompanhando o vale do Ribeirão dos Alvarengas.

Com base na carta topográfica (nº 5), elaboramos três perfis da Colônia (figura nº 1) que nos mos tram um relevo levemente ondulado, com a cota mínima de 760m e a máxima de 841m, perfazendo uma diferença altimétrica mã xima de 81m, o que permite um aproveitamento quase integral das propriedades (Fotos nº 5 e 6).

Podemos notar uma maior movimentação no perfil A-B, enquanto nos perfis C-D e E-F percebem-se os vales mais abertos e interflúvios de topos tabuliformes. Os cursos dos ribeirões e córregos apresentam os vales em V, simêtri - cos, em alguns casos, e, em outros, assimétricos.

O Município de São Bernardo do Campo é drena do por três bacias hidrográficas: a primeira é a do Rio Cuba tão; a segunda, a do Rio Tamanduateí e, por último, a do Sis tema Billings (formada por cursos d'água procedentes da re gião dos " Mares de Morros ").

A bacia do Tamanduateí interessa-nos, especi almente, porque é nela que desemboca o Ribeirão dos Couros — via Córrego dos Meninos — que corre nos limites da Colônia' Mizuho (cartograma nº 6) com o Município de Diadema, se guindo direção NW-N. Os seus dois afluentes, nessa área, a apresentam os vales mais ou menos abertos, enquanto o tercei ro afluente encontra-se encaixado no topo de uma pequena co lina e ainda não se caracteriza como um verdadeiro vale (per fil A-B).

Já o sistema Billings é receptor do Ribeirão dos Alvarengas que passa próximo aos limites da Colônia,

captando as águas de quatro córregos que têm suas nascentes nos interflúvios, localizados no Mizuho. É justamente nesses interflúvios que se apresentam os topos amplos e aplainados — servindo de divisor de águas do Sistema Billings e da Bacia do Rio Tamanduateí — onde passa a linha demarcatória das leis estaduais 898/75 e 1172/76 de proteção aos mananciais hídricos (cartograma nº 5).

No que tange ao clima, São Bernardo do Campo, por localizar-se muito próximo a uma das regiões mais pluviosas do Brasil — a Serra do Mar — teve sua taxa normal pluviométrica, no período de 1941 a 1970, em torno de 1300 a 1400mm. No entanto, os dados meteorológicos de 1978 a 1980, mostram uma diminuição dos índices, passando a mêdia anual para 965mm e 2,64mm/dia . Este fato foi observado na prática e comentado pelos moradores da Colônia, principalmente pelos pioneiros.

Nota-se maior pluviosidade (20 a 30mm/hora) no período de outubro a março. Destaca-se o fato de que a maior parte das precipitações — acima de 90% — são garoas' (menores que 1mm/hora) ou chuvas leves (menores que 10mm/hora) em todos os meses do ano. E a umidade relativa do ar, apresenta uma média anual de 81%.

A temperatura máxima é de 36° C, a mínima, ' de 0,5° C, com média anual de 19° C.

Como a ocupação humana regional, inicialmente, caracterizou-se pelo processo de explorar a vegetação natural, ocorreu devastação generalizada da mata de origem. Restam, em algumas regiões, como a da Serra do Mar, as vertentes da Bacia do Sistema Billings e a NW, remanescentes da cobertura vegetal primitiva (Fotos nº 7 e 8).

COLÔNIA MIZUHO- GRANDE SÃO PAULO, MUNICÍPIOS E SUB-REGIÕES
CARTOGRAMA-3

LEGENDA

SUB-PAGES

— MURCILOS

FORTE EMPLEA
ONE Union F Party
DES High Position

ESCALA

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

(BAIRRO MIZUHO)

CARTOGRAMA-4

FONTE: PREFEITURA SÃO BERNARDO DO CAMPO
SETOR DE CARTOGRAFIA
ORG: UTAKO
DES: HUGO

ESCALA
0 1 2 3 4 5
KM

Nº5

CARTA TOPOGRÁFICA

COLONIA MIZUHO

SÃO BERNARDO DO CAMPO

CONVENÇÕES

- Limite da área de proteção aos mananciais
- Limite da Colonia Mizuho
- Divisa municipal
- Estrada de 1ª classe
- Estrada de 2ª classe
- Ponte
- Corte
- Aterro
- Rio, córrego e ribeirão
- Represa
- Lagoa
- Equidistância das curvas de nível 5m

LOCALIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Fonte: Folha Topográfica SF23-YC-VI-2-SE-E (231) GEGRA / ESC. 1:10 000

Org. - UTAKO FUJINO KARIYA

Des. Hêlio Rodrigues/86

COLÔNIA MIZUHO-PERFIS TOPOGRÁFICOS

FIGURA - I

EV-1:4000

ET-1:10.000

COLÔNIA MIZUHO - HIDROGRAFIA CARTOGRAMA Nº 6

LEGENDA
 — Limite da Colônia
 --- Ribeirão e córrego
 [Hatched] Represa
 [Triangles] Aterro
 ESCALA
 0 100 200 300 400m
 FONTE: Folha topográfica - GEGRAM
 SF-23-YC-VI-2-SE-E (231)
 ORG: Luiz Saito Junqueira
 DES: Hugo Yoshioka

▲▲▲▲▲ LIMITE DA LCI
898/75

Foto nº 5: O relevo suavemente ondulado favoreceu a ocupação humana.

Foto nº 6: Relevo suave permitindo um aproveitamento quase integral do solo.

Foto nº 7: Ao fundo, os restos da mata primitiva e, no primeiro plano, vegetação secundária.

Foto nº 8: Reflorestamento e vegetação primitiva em volta de uma área densamente ocupada.

4.3. AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS MORADORES DO MIZUHO DURANTE A II GUERRA MUNDIAL

Durante a II Guerra Mundial, cerca de cento e noventa mil japoneses que entraram no Brasil, no período de 1908 a 1941, passaram por sérias dificuldades, provocadas, naturalmente, pela posição tomada pelo Japão no conflito e pelo fato de que os imigrantes não tinham assimilado completamente a nova cultura. Isso ocorria, porque tinham como prioridade o regresso à pátria dentro de pouco tempo. Nem mesmo os filhos de japoneses que, em média, já haviam atingido mais de vinte anos de idade, não dominavam de forma devida a língua portuguesa, principalmente os que residiam em núcleos coloniais, onde as escolas japonesas se multiplicavam. Em muitos casos, as crianças recebiam educação só nesses estabelecimentos, ou porque era desejo dos pais, ou pelo fato de que nessas localidades não existiam escolas nacionais.

Apesar do ensino da língua estrangeira para menores de 10 anos ter sido proibido em 1932, por meio de um decreto de Getúlio Vargas e, em 1939, o limite de idade ter sido elevado para catorze, eliminando praticamente o funcionamento das escolas japonesas, em alguns casos, elas continuaram a funcionar clandestinamente.

Outras medidas foram tomadas depois, como a proibição, em 1940, da publicação de periódicos e do uso da língua estrangeira; em 1942, houve o congelamento das propriedades particulares de japoneses e de súditos do Eixo, em con

seqüência do rompimento de relações do Brasil com a Alemanha, a Itália e o Japão.

Diante dessas medidas assumidas pelo governo de Getúlio Vargas e, porque alguns desses decretos eram de execução impossível, várias vezes, devido à insistência de agentes oficiais, ocorreram detenções de imigrantes japoneses que não conseguiam expressar-se em língua portuguesa, ou por outros motivos sem importância.

Ao que tudo indica, os mais perseguidos ou visados eram os que residiam nas cidades maiores como Santos e São Paulo e periferias.

A Colônia Mizuho, por estar localizada próxima à represa Billings (cartograma nº 4), foi considerada área de segurança nacional e também por estar entre Santos e São Paulo sofreu várias investidas e tentativas de desalojamento dos moradores pelos oficiais do Departamento da Ordem Política e Social (DOPS).

Cabe lembrar aqui alguns momentos e situações vividas pelos japoneses do Mizuho durante a II Guerra Mundial, segundo o relato de alguns deles ao " Diário do Grande ABC " e nas publicações do 30º e 40º aniversários de fundação da Colônia.

Vejamos o depoimento do Senhor Kiyoji Inoue (presidente da Associação por treze vezes), publicado no "Diário do Grande ABC " de 06 / 02 / 1977 - por Ademir Médici:

" Na guerra, japonês era contra brasileiro e brasileiro contra japonês. E os japoneses da Colônia em São Bernardo do Campo tinham medo dos brasileiros. Até as margens da represa Billings, aqui perto, foram consideradas área de segu

rança nacional. Os japoneses não podiam continuar vivendo lá. Então, os japoneses tiveram que sair. Mas japoneses, como eu disse, tinham medo. Era só aparecer um carro, que a turma corria para se esconder no mato. Só saíam, quando o carro ia embora. Podia ser até que quem estivesse no carro não quisesse fazer mal aos japoneses. Mas quem era bobo de arriscar. O pior é que, com isso, ninguém trabalhava e, sem trabalhar, os japoneses passavam muitas dificuldades."

Traduzindo as declarações do Senhor Riuchi ' Matsumoto na publicação do 40º aniversário da fundação da Colônia Mizuho:

- em setembro de 1942, um vizinho americano que morava no bairro ao lado (do Alvarenga - cartograma nº 7), trouxe um representante do Departamento da Ordem Política e Social (DOPS) para efetuar o despejo dos japoneses da colônia Mizuho. Estes queriam saber as razões do despejo, porque tinham consciência de não terem cometido nenhuma infração a justificar a medida, mas só foram informados de que eram ordens superiores.

Diante dessa situação, o Senhor Shintomi (o orientador da Associação dos Jovens - *Seinen - Kai*) e alguns elementos do *mura* foram à delegacia local pedir esclarecimentos e informar o acontecido. Aí foram instruídos para que avisassem, quando se repetisse fato semelhante.

Assim, quando no dia 29 de abril de 1943, chegaram três viaturas com elementos do DOPS, os japoneses foram buscar auxílio na Delegacia local, mas o delegado não pôde auxiliá-los, diante da alegação apresentada pelos elementos do DOPS de que era um assunto, não da competência da

Delegacia, mas da Segurança Nacional. Pediram documentos, fizeram interrogatórios e revistas. Por fim, resolveram deter o Senhor Shintomi que havia queimado alguns papéis referentes à Associação dos Jovens, escritos em japonês.

Como o Senhor Inoue intercedeu a favor do detido, e houve má interpretação de suas intenções, foi conduzido também para a prisão do DOPS, em São Paulo, perto da Estação da Sorocabana, aí permanecendo por duas semanas. Foi então que as famílias dos detidos e os componentes do *mura* se movimentaram e conseguiram a liberação dos dois, com a ajuda da Senhora Kimi Fujimoto, pessoa influente dentro da Colônia Japonesa.

Aos 5 de julho de 1943, pela terceira vez retornou o oficial do DOPS para evacuar os japoneses, mas o fato não se concretizou pela interferência de elementos de destaque da Colônia Japonesa, da Cooperativa Agrícola de Cotia, do Prefeito e políticos de São Bernardo do Campo. Além disso, as famílias que se localizavam próximo à represa se transferiram, temporariamente, para *Yon-Kumi* (4.^a secção) da Colônia Mizuho, área mais distante e escondida. E continuaram trabalhando nas suas terras, quando era possível e, às vezes, até à noite, enfrentando, assim, grandes dificuldades, o que ocorreu também com outros imigrantes dessa etnia.

Numa dessas visitas efetuadas pelas autoridades do DOPS, todos os rádios foram confiscados, ficando os japoneses sem nenhuma possibilidade de receber notícias do seu país.

Ao terminar a II Guerra Mundial, com a derrota do Japão, na Colônia Mizuho não houve grandes atritos e nem divisão entre *Katigumi* (grupo vitorista) e *Makegumi* (grupo derrotista) como aconteceu em outras comunidades ja

ponesas. Isto porque o *mura* contava com a participação de ' pessoas altamente instruídas e informadas, como os Senhores: Zempati Ando e Teiiti Suzuki (autores de obras sobre imi - gração japonesa) que, por serem simpatizantes e proprietários absentistas no Mizuho, proferiram palestras para me- lhor orientar e informar os moradores sobre a derrota sofri- da pelo Japão, conscientizando-os para que não tomassem de- cisões precipitadas.

Alguns elementos do *mura* ouviram a notícia ' da rendição japonesa, por meio da transmissão radiofônica, ' no escritório do Senhor Yassuda (fundador de uma sociedade que agrupou muitos moradores do Mizuho), pois todos os rã- dios tinham sido apreendidos pelos elementos do DOPS. Mas, ' ainda persistindo as dúvidas, os jovens do *mura* foram divi- didos em três turmas e enviados a São Paulo para confirmar ' em que condições o Japão havia perdido a guerra.

Durante um mês, não conseguiram trabalhar es- perando a notícia e reunindo-se em determinados lugares da Colônia.

Passado esse período de dúvidas e de grandes desilusões, conformados, voltaram ao trabalho, sendo que mais ou menos 99% da população aceitou a idéia da derrota ' japonesa.

A partir desse momento, aos poucos, aquela ' mentalidade de imigrante temporário foi-se diluindo a pon- to de chegar, em 1957 (segundo pesquisa efetuada pelos pro- fessores Izumi e Saito), a 85% a porcentagem dos que preten- diam permanecer definitivamente no Brasil, contra 90% de i- migrantes que, antes da Guerra, pretendiam retornar ao Ja- pão. O fato dos filhos de imigrantes japoneses, nascidos '

no Brasil (nisseis), não pensarem da mesma forma, isto é, na volta para o país dos pais, influenciou, em parte, a geração anterior, dissuadindo-a a deixar de lado a intenção ' de regresso ao país onde nasceram.

SÃO BERNARDO DO CAMPO
DIVISÃO DOS BAIRROS (URBANA E RURAL)
CARTOGRAMA-7

FONTE: SUBSÍDIOS ESTATÍSTICOS-P.M.S.B.C. 1976
 ORG: UTAKO
 DES: HUGO

5. OS VÍNCULOS COM O PAÍS DE ORIGEM.

5.1. Apoio financeiro concedido pela Colônia Mizuho aos flagelados japoneses da II Guerra Mundial e às pesquisas científicas no Japão.

Em " Assimilação e Integração dos Japoneses ' no Brasil ", de Hiroshi Saito e Takashi Maeyama — Y. Kumasa ba e H. Saito — os autores informam que, em junho de 1947, ' teve início a reconciliação das duas facções (*Katigumi* = *vitoristas* e *Makegumi* = *derrotistas*), por meio da organização de uma campanha de solidariedade aos flagelados da guerra no Japão, com remessa de alimentos e roupas. Nessa tarefa, tiveram oportunidade de atuar juntos os elementos pertencentes ' aos dois grupos (19).

Os líderes da comunidade acreditam ter sido ' esse o método mais eficaz para aliviar a tensão existente entre os vitoristas e derrotistas.

Na Colônia Mizuho, não foi a divisão da comunidade em grupos oponentes a geradora do ato coletivo e unânime de enviar ajuda aos flagelados da guerra. Foi atitude ' que ocorreu espontaneamente.

A partir de novembro do mesmo ano em que terminou o conflito (1945), os moradores do Mizuho passaram a enviar, todos os anos, até 1955, para o Japão, 1% do total ' do valor da venda anual dos produtos da Colônia, totalizando duzentos contos de réis (segundo o que se publica no 40º a-

niversário da fundação da Colônia Mizuho], valor bastante significativo para aquela época.

Sabemos que muitos imigrantes enviaram ajuda financeira a seus parentes, após a guerra, mas desconhecemos caso como esse da Colônia Mizuho — o auxílio prestado por uma comunidade e que persistiu num período mais ou menos prolongado (dez anos). Acreditamos que, se houve outros casos, os moradores da Colônia Mizuho foram, provavelmente, os pioneiros.

Outro fato que nos chamou a atenção foi o envio de ajuda aos cientistas pesquisadores. No primeiro momento, os moradores do Mizuho enviaram 100.000 (cem mil) yens — equivalentes, naquela época, a dez contos de réis — e depois, por meio de um jornal japonês, " Mainichi Shimbun ", remeteram vinte contos de réis para o Professor Hideki Yagawa (mais tarde Prêmio Nobel de Física). Este e outras personalidades ilustres do Japão, como: os professores Sumiki Yasube, Yasuichi Izumika e Seiichi Izumi da Universidade de Tóquio; o Governador da Província de Yamaguchi, Senhor Tooru Hirai; o Cônsul Geral do Japão, Senhor Kensuke Fujinaga e outros efetuaram visitas de cortesia à Colônia Mizuho (Fotos n.os 1, 2, 3 e 4).

Essa deferência, por parte de pessoas eminentes do Japão ou da Colônia Japonesa, relativa ao Mizuho, revela o prestígio de que essa comunidade goza, especialmente, na Província de Yamaguchi e entre os imigrantes nipônicos de São Paulo.

5.2. Y O B I Y O S S E

A palavra *yobiyosse*, em japonês, significa i soladamente — *yobi* = chamar ou convidar e *yosse* = reunir, ' juntar, trazer ou aproximar. Portanto, *yobiyosse* significa - ria mais ou menos: convidadô a reunir-se.

Nas publicações comemorativas do 20º e 30º a niversários da Colônia Mizuho, há referências a rapazes ou famílias *yobiyosse* que chegaram à Colônia na década de 50.

Na estatística de 1955 (20º aniversário do Mizuho), aparecem quatorze famílias e/ou rapazes e a de 1965 menciona vinte e oito casos, totalizando setenta e oito pessoas que vieram para o Mizuho. Não há nenhuma indicação , separando o número de famílias ou de rapazes solteiros que ' vieram sozinhos.

Este fato ocorreu, porque um dos fundadores ' da Colônia, o Senhor Riuchi Matsumoto, presidente da Associa ção dos Provincianos de Yamaguchi, foi informado de que exis tiam moços solteiros pretendendo emigrar para o Brasil e tam bém havia muitos mineiros desempregados. A maioria dos minei ros procedia das minas de carvão dos municípios de Ube e Ono da (província de Yamaguchi) e da província de Fukuoka. As minas estavam despedindo seus trabalhadores para encerrar as atividades. Matsumoto entrou em contacto com as autoridades ' japonesas e providenciou a vinda desses elementos.

Com as viagens subsidiadas pelo governo japo nês, esses novos imigrantes foram chegando aos poucos: paren

tes, conhecidos e outros, totalmente desconhecidos, porém pre valecendo, em termos numéricos, os oriundos de Yamaguchi. Fo ram alojados em propriedades de japoneses que se ofereceram pa ra acolhê-los, servindo inicialmente de mão-de-obra, na avi - cultura ou na lavoura. A princípio, esses novos imigrantes re ceberam o pagamento pelos serviços prestados como diaristas ; mais tarde, tornaram-se parceiros, arrendatários e, em alguns casos, proprietários. Muitos dos jovens solteiros, vindos co mo *yobiyosse*, acabaram contraindo matrimônio com as filhas de moradores do *mura* ou com as de proprietários das glebas onde trabalhavam e fixaram-se na Colônia. A pesquisa de campo de 1986 revelou que seis famílias, formadas nessas condições, ainda permanecem e/ou continuam participando das atividades do *mura*.

Nesse gesto de solidariedade com seus patri - cios, podemos notar que os imigrantes japoneses — apesar de terem-se fixado definitivamente no Brasil — já despojados da idéia de imigrantes temporários, ainda estão ligados sentimen - tal e espiritualmente à terra natal.

5.3. SÃO BERNARDO DO CAMPO e TOKUYAMA, CIDADES-IRMÃS

Após a II Guerra Mundial, os japoneses começaram a sentir cada vez mais a necessidade de paz, fortalecimento da amizade e colaboração entre os povos. Para estreitar esses laços, criaram acordos entre cidades do Japão e do Brasil, que apresentassem afinidades ou predominância de imigrantes de determinada Província num município brasileiro, ou, ainda, porque as funções urbanas, a localização geográfica fossem similares. Os objetivos seriam os de manter intercâmbio cultural, de técnicos de esportes ou de outras especialidades.

Assim, na década de 60, a primeira cidade brasileira a firmar o acordo de cidade-irmã foi Pelotas (RS) com o Município de Tamassu (na Província de Ishikawa). A seguir, vários outros casos ocorreram, como: São Bernardo com Tokuyama; Santos com Shimonosseki e Nagasaki; Maringá com Kakogawa; Curitiba com Himeji; São Vicente com Nara e outras, totalizando trinta e seis cidades-irmãs.

A partir de 1970, iniciaram-se os acordos de Estados-irmãos, com os mesmos objetivos das cidades-irmãs. O pioneiro foi o Estado do Paraná com Hiogo, seguido por Minas Gerais com Yamanashi; São Paulo com quatro províncias (Mie , Gunmma, Tokushima e Toyama); Pará com Tiba; Rio Grande do Sul com Shiga; Santa Catarina com Aomori e, recentemente, Mato Grosso do Sul com Okinawa.

Para compreender melhor como surgiu a idéia

de fazer da cidade de São Bernardo do Campo e Tokuyama, cidades-irmãs, transcrevemos o depoimento do Senhor Riuchi Matsu moto, no "Jornal Paulista" de 04/05/80:

" Viajei ao Japão, em companhia de minha esposa, em maio de 1956, pela primeira vez depois de ter emigrado para o Bra sil, a fim de visitar minha terra na tal, na Província de Yamaguchi e ren der culto aos meus pais e ancestrais ' lá sepultados.

Na ocasião, visitamos a cidade de Hiro shima que sofreu o ataque atômico, du rante a II Guerra Mundial e, ai, ren demos culto aos mortos pelo bombardeio. Podia-se ver, ainda nessa época, os vestígios da tragédia, o que me indu - ziu a pensar em uma paz mundial dura - doura.

Alguns anos após essa viagem, já no meu sítio, na Colônia Mizuho, em São Bernardo do Campo, minha segunda pá tria, recebi um jornal em idioma japo nês, em que encontrei um artigo sobre cidades-irmãs que prestariam serviços ' à paz mundial.

Éis o texto: ' Cidades-irmãs são aque - las ligadas por força oriunda dos seus cidadãos e servem para a paz mundial , aprofundando o espírito de amizade e a mor mútuos, através de incremento do intercâmbio cultural e econômico entre as cidades. '

Pensei, então, na formação de cidades - irmãs aqui. Visitei, um dia, o Senhor Altino Pinotti, Prefeito de São Bernar do do Campo, e explanei a idêia da for mação de cidades-irmãs para a paz mun dial, recordando-lhe as trágicas conse quências da guerra, como no caso de Hî roshima. Na ocasião, sugeri a formação

de cidades-irmãs entre São Bernardo do Campo, de um lado, e, de outro, uma das cidades da Província de Yamaguchi, tendo em vista que a maioria dos sítios antes da Colônia Mizuho procedia dessa província.

O Senhor Prefeito, católico militante, apoiou minha idéia e prometeu levar o assunto à apreciação da Câmara Municipal, pois o assunto seria da alçada da mesma, segundo ele.

Posteriormente, recebi do Senhor Prefeito notícia da aprovação pela Câmara e o pedido para escolher uma cidade da Província de Yamaguchi.

Assim, ficou estabelecido o plano. Sendo, porém, o negócio de cidades-irmãs' um ato público, pensei que o assunto não poderia ser tratado particularmente. Como eu havia ocupado por duas vezes a presidência da Associação dos Províncianos de Yamaguchi no Brasil (hoje Associação Assistencial e Cultural - Kenjin do Brasil), entreguei' à Associação a incumbência da escolha' da cidade para firmar o acordo. O presidente da Associação era, então, o Senhor Kiyoji Inoue. A Associação decidiu sugerir a cidade de Tokuyama, com a explicação de que a cidade era um grande centro industrial e próspera economicamente.

Levei esta escolha ao conhecimento do Senhor Prefeito e solicitei-lhe enviar um ofício ao prefeito de Tokuyama. Chegou de Tokuyama uma missiva no sentido de que responderia ao ofício, após estudos acurados, pois o assunto era surpreendente, não sendo de conhecimento' prévio para Tokuyama.

Assentado o entendimento, o plano de e

fetivação do acordo apresentado pela cidade de Tokuyama era de que , em um primeiro momento, o prefeito de São Bernardo do Campo visitaria a cidade de Tokuyama para firmar acordo e, em seguida, o prefeito de Tokuyama viria a São Bernardo do Campo.

O Prefeito, Senhor Pinotti, no momento, não estava em condições de viajar para o exterior.

Enquanto isso, terminou o período de mandato do Senhor Pinotti que foi sucedido pelo Senhor Geraldo Faria Rodrigues e o assunto de cidades-irmãs foi, também, transmitido para o novo prefeito, cabendo a este o ato de assinar o acordo entre São Bernardo do Campo e Tokuyama.

A missão da cidade de São Bernardo do Campo que foi a Tokuyama era integrada' pelo prefeito Senhor Geraldo Faria Rodrigues, vereadores e funcionários da prefeitura, num total de quinze membros. No aeroporto local, além do pessoal da prefeitura de Tokuyama, compareceram para receber a comitiva de São Bernardo do Campo os senhores: Kuyoji Inoue (presidente da Associação Assistencial e Cultural de Yamaguchi Kenjin do Brasil), Mineo Inoue (vice-presidente), este expositor Matsumoto, e as bolsistas brasileiras nesta Província, senhoritas: Maeda e Kimoto.

A cerimônia de assinatura do acordo realizou-se no dia 23/04/1974, servindo de intérprete do Senhor Prefeito de São Bernardo do Campo o Senhor Walter Tamura.

Posteriormente, da parte da cidade de Tokuyama, visitaram a cidade de São Bernardo os senhores: Sakahiko Komura, pre

feito de Tokuyama; Yoshiaki Iokura, presidente da Câmara de Indústria e Comércio de Tokuyama; Iomoyuki Iamano, secretário do prefeito; médico do Hospital ' de Tokuyama e assim firmou-se o acordo ' de intercâmbio entre as duas cidades ' aos 26 de novembro de 1974." (Fotos ' n.os: 5 e 6)

Este depoimento mostra-nos a grande receptividade e influência que a Colônia Mizuho exerce junto às autoridades e comunidade de São Bernardo do Campo e também no seio da Colônia Japonesa. Tal fato é o resultado da atuação coerente e digna de respeito dos membros do *mura* , além do desempenho dessa comunidade para a economia de São Bernardo do Campo.

Como resultado do acordo, foram efetuados intercâmbios de redações de crianças e quadros de arte (pinturas) de adultos e, a nível de até I Grau da Colônia Mizuho e São Bernardo do Campo. Algumas cidades efetuaram trocas de técnicos (do Brasil, técnicos de futebol e do Japão, de outras especialidades).

Foto
nº 1.

18.07.1958. *Prêmio Nobel professor Hideki Yagawa, visita a colônia Mizuho*

Foto
nº 2.

01.08.1950. *Professor Sumiki Yasuke, da Universidade de Tóquio, visita a colônia Mizuho. Na foto, entre outros, Kiyoshi Ando, Naokichi Shintomi, Kiyoshi Yamamoto (professor), Sumiki Yasuke (professor), Riichi Matsumoto, Shizuo Hozoe, Kiyoji Inoue, Shichiro Okada, Toshio Tamai, Tomojiro Yasuda e Jiutaro Nakagawa.*

Foto
nº 3.

09.11.52. *Professor Yasuichi Izumika, da Universidade de Tóquio, visita o Mizuho. Na foto, entre outros, Heizo Nakano, Yochizume Muramatsu, Hiroshi Anami, Toraji Oka, Kazuo Kimoto, Koichi Hashimoto, Kiyoji Inoue, Toshio Tamai, Eiji Kikuchi, Toshio Yamaguchi, Tokiji Inoue, Tetsuke Uematsu, Naokichi Shintomi, Kiyoshi Ando, Yasuichi Izumi, Teiichi Suzuki, Riichi Matsumoto, Kensuke Fujinaga, Hisao Nakahara e Yayoi Oishi*

1977. Visita do governador da
Província de Yamaguchi-Japão a
colônia de Mizuho, sr. Tooru Hirai

Foto nº 4

Novembro de 1981. Prefeito Makoto Ogawa, de Tokuyama, visita São Bernardo do
Campo. Recepcionado pelas autoridades locais, vai à colônia Mizuho, onde participa do
hasteamento das bandeiras e almoça na Associação Cultural do Alvarenga.

Foto nº 5

1983. O relacionamento entre São Bernardo e Tokuyama prossegue amistoso com a nova
administração são-bernardense. Em abril, o prefeito Aron Galante recepcionou Iwao Asada,
irmão do presidente da Câmara Municipal de Tokuyama, Michio Asada, quando os laços
de amizade entre as duas cidades foram ressaltados.

Foto nº 6

6. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COLÔNIA MIZUHO

6.1. A ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO

Para o estudo da Colônia utilizamos os dados que aparecem nas publicações comemorativas dos 20º, 30º e 40º aniversários da fundação do *mura* e os levantamentos efetuados durante a pesquisa de campo, nos períodos de 1980 a 1982, e de 1985 a abril de 1986.

Os japoneses do Mizuho consideram integrantes do *mura* todas as pessoas que participam das atividades da Colônia, independentemente do local de residência. Assim, vários ex-moradores (proprietários ou não) que se localizam nos bairros circunvizinhos, e que possuem terras no bairro Alvarenga, anexo à Cooperativa (que são associados e atuam ativamente na vida do *mura*) são incluídos e contados nas suas estatísticas, como elementos da comunidade. Em decorrência desse fato, para os imigrantes nipônicos, os limites do Mizuho extrapolam os limites do Bairro Cooperativa. Tanto é verdade que, até os fins dos anos 70, o Mizuho (Cooperativa mais as duas propriedades de japoneses com terras no bairro Alvarenga) era dividido em cinco secções. A partir de 80, devido às vendas de muitas propriedades e fixação dos ex-proprietários nos bairros circunvizinhos (cartograma nº 7) — Alves Dias e principalmente Assunção — o *mura* foi redistribuído novamente em cinco secções, quatro dentro dos limites e a quinta secção pertencente às famílias que residem fora.

A tabela nº 1 e a figura nº 2 mostram, claramente, um aumento considerável de famílias proprietárias (140%), nos dois primeiros anos após a fundação e, a seguir, um crescimento lento até os anos 55. Nessa época, teve início o aumento das famílias proprietárias (15,8%) de 1955 a 1965, sem contar as famílias 'anexas' (de parceiros, arrendatários e *yobi-yosse*) — com 200% de aumento — induzido pela euforia de altos lucros, obtidos pela avicultura na década de 60. Outrossim, é preciso deixar bem claro que, nesses 200% de acréscimo das famílias 'anexas', estão incluídos os *yobi-yosse* que, como dissemos noutro capítulo, foram trazidos do Japão pelos proprietários da Colônia, com o intuito de ajudá-los a emigrar e também servir de mão-de-obra, resolvendo, assim, os problemas de ambas as partes. (Tabela nº1).

Percebe-se na tabela nº 1 que o número de proprietários aumentou até os anos 75, caindo bruscamente para a metade em 1986. O aumento verificado nesse período deve-se aos desmembramentos de famílias, por casamentos de alguns filhos de proprietários, e não por entrada de novas famílias. E a evasão de proprietários, após 1975, deve-se à venda de terras em face da decadência da avicultura, aos altos impostos, à especulação imobiliária e ao desinteresse dos filhos em dar continuidade à atividade agrícola.

Em contrapartida, a diminuição das famílias agregadas teve início nos fins da década de 60, quando várias unidades produtivas (avícolas) foram desativadas, total ou parcialmente, seguida de vendas de propriedades.

Pode-se observar pela pirâmide de idade (figura 3 e tabela nº 2 — a seguir) que a população da Colônia não apresenta uma evolução regular. Nota-se, tanto na

Nota-se também que os mais idosos procuram permanecer na Colônia, pois estão arraigados às suas terras' e sentem-se orgulhosos de sua condição de pioneiros.

Da tabela nº 3 (na próxima página), retinamos a média de pessoas por família, sendo que, em 1965 e 1970 era de 6,7 pessoas por família; em 1975, 6,3 pessoas, enquanto em 1986 baixou para 5,5 pessoas. Isto é explicado por três fatos: os filhos não são mais encarados como mão-de-obra; falecimento de alguns idosos e menos prole para que se possa dar maior conforto e assistência educacional.

Os japoneses natos apresentaram uma redução de 39,2% em 1965 para 26,7% em 1986 e seus filhos e netos cresceram de 60% para 72,8%.

Quanto ao sexo, os homens predominaram até os anos 75, perdendo a hegemonia em 1986, quando as mulheres alcançaram o índice de 51,6%.

Ainda a tabela nº 3 nos mostra um aumento de 8,5% de casados no período de 1965 a 1986 e uma redução igual de solteiros, nesse mesmo intervalo de tempo.

Já o número de eleitores ampliou-se consideravelmente, passando de 28,2% em 1965 para 52,6% em 1986, em consequência da maioridade dos filhos e netos dos moradores do *mura*.

NOTA: A fonte de consulta da TABELA Nº 3, a seguir, é:

Publicações comemorativas dos 20º, 30º e 40º aniversários de Fundação da Colônia - PESQUISA DE CAMPO - 1986.

COLÔNIA MIZUHO - COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO - 1965 a 1986

T A B E L A Nº 3

	1965		1970		1975		1986					
	RESIDENTES		RESIDENTES		RESIDENTES		RESIDENTES		Nº RESIDENTES		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
FAMÍLIAS	116	—	104	—	86	—	41	—	27	—	68	—
HABITANTES	786	—	705	—	549	—	241	—	137	—	378	—
JAPONESES	308	39,2	—	—	168	30,6	71	29,5	30	21,9	101	26,7
JAPONESES NASCIDOS NO BRASIL	472	60,0	—	—	371	67,6	169	70,1	106	77,3	275	72,8
OUTROS	6	0,8	—	—	10	1,8	1	0,4	1	0,8	2	0,5
HOMENS	402	51,1	360	51,0	279	50,8	119	49,4	64	46,7	183	48,4
MULHERES	384	48,9	345	49,0	270	49,2	122	50,6	73	53,3	195	51,6
CASADOS	295	37,5	263	37,3	226	41,1	110	45,6	64	46,7	174	46,0
SOLTEIROS	491	62,5	442	62,7	323	58,9	131	54,4	73	53,3	204	54,0
CHEFES DE FAMÍLIA - JAPONESES	—	—	85	81,7	51	59,3	28	68,3	15	55,6	43	63,2
CHEFES DE FAM. NASC. NO BRASIL	—	—	19	18,3	35	40,7	13	31,7	12	44,4	25	36,8
ELEITORES	—	—	199	28,2	189	34,4	128	53,1	71	51,8	199	52,6
NÃO ELEITORES	—	—	506	71,8	360	65,6	113	46,9	66	48,2	179	47,4

COLÔNIA MIZUHO - FAMÍLIAS

FIGURA - 2

FONTE: Publicações comemorativas 20º, 30º, 40º aniversários de fundação da Colônia
Pesquisa de campo até Abril de 1988

ORÇ: Utsako F. Koriya

DES: Hugo Yoshioka

COLÔNIA MIZUHO- PIRÂMIDE DE IDADE

FIGURA-3

FONTE: Pesquisa de campo
ORB: Utako F. Kariya
DES: Hugo Yoshioka

O nível da escolaridade no *mura* elevou-se rapidamente, como podemos notar na figura nº 4 e na tabela nº 4. Em 1965, 56,3% da população tinha concluído ou cursava o primário; 19,5%, o ginásio; 17,0%, o segundo grau e 3,6%, o curso superior. Após cinco anos, as pessoas que cursavam ou já tinham terminado uma faculdade perfaziam 4,7% da população.

Foi, sem dúvida, a década dos 80 a que apresentou maior percentual de formados em universidades ou de pessoas que as estavam cursando, 19,6%. Além disso, existem dois professores universitários e um médico, frequentando curso de pós-graduação.

Até atingir este nível de escolaridade, a população do Mizuho, principalmente os primeiros estudantes, enfrentaram grandes dificuldades, como podemos perceber pelo depoimento de um antigo morador da Colônia (Senhor Kooji Inoue, nascido há 48 anos no Mizuho), no " Diário do Grande ABC ", de 19 / 05 / 85:

" Naquele tempo, colegial só tinha lá em São Paulo. Então íamos até São Bernardo do Campo de bicicleta e de lá pegávamos o ônibus para a cidade. O caminho de São Bernardo ' do Campo para cá era só de barro e nos dias de chuva, voltávamos a pé, carregando a bicicleta nas costas, por causa da lama. A aula terminava cinco e meia e só chegávamos aqui às oito e meia da noite. Era muito sacrifício."

Em última instância, podemos concluir ' que esse alto índice de escolaridade da população, por outro lado, desestimulou os jovens a dar continuidade às atividades desenvolvidas pelos pais no setor primário. Muitos já e-

C O L Ô N I A M I Z U H O - R E L I G I Ã O D O S M O R A D O R E S

T A B E L A N º 5

R E L I G I Ã O	1 9 6 5		1 9 7 0		1 9 7 5		1 9 8 6					
	RESIDENTES		RESIDENTES		RESIDENTES		RESIDENTES		Ñ RESIDENTES		T O T A L	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
BUDISTAS	390	49,7	340	48,3	213	38,8	111	46,0	66	48,2	177	46,8
CATÓLICOS	130	16,5	172	24,4	161	29,3	44	18,3	30	21,9	74	19,6
PROTESTANTES	11	1,4	4	0,5	5	0,9	-	-	-	-	-	-
NÃO DECLARADOS E / OU	255	32,4	189	26,8	170	31,0	86	35,7	41	29,9	127	33,6
HABITANTES	786	100,0	705	100,0	549	100,0	241	100,0	137	100,0	378	100,0
FONTE: Publicações comemorativas dos 20º, 30º e 40º aniversários da fundação da Colônia - PESQUISA DE CAMPO - 1986.												

xercem suas profissões nos centros urbanos (São Paulo, São Bernardo do Campo e outros).

RELIGIÃO

Nos primeiros anos após a fundação da Colônia, havia grande homogeneidade étnica e religiosa, já que todos os imigrantes japoneses e seus descendentes professavam, de modo geral, a religião budista. No decorrer dos anos, o quadro foi-se alterando.

Só podemos acompanhar estas transformações a partir de 1965, ano em que aparecem os primeiros dados sobre a religião dos moradores do *mura* (tabela nº 5). O budismo continua sendo a religião predominante, tanto em termos numéricos como percentuais, seguido pelo catolicismo. Eram poucos os protestantes nos dados de 1965, 1970 e 1975 e nenhum em 1986. A partir dos anos 60, podemos notar que os não declarados e outras religiões perfazem quase um terço da comunidade.

Um outro fato observado é que, apesar de ter crescido o número de descendentes de japoneses, nascidos no Brasil (nisseis, sanseis e yonseis), os mesmos tenderam para a religião seguida pelos pais e avós. Desse modo, em 1986, os budistas ainda representam 46,8% da população.

HÁBITOS DE LEITURA

No que tange aos hábitos de leitura, só obtivemos dados concretos a partir de 1965. Esses dados osci

C O L Ô N I A M I Z U H O - E V O L U Ç Ã O D O S H Á B I T O S D E

L E I T U R A

TABELA Nº 6

L E I T U R A S	1 9 6 5		1 9 7 0		1 9 7 5		1 9 8 6					
	RESIDENTES		RESIDENTES		RESIDENTES		RESIDENTES		Ñ RESIDENTES		T O T A L	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
JORNAIS - EM JAPONÊS	77	66,0	65	62,5	59	68,6	22	53,7	14	51,9	36	53,0
JORNAIS - EM PORTUGUÊS	8	6,8	18	17,3	11	16,2	4	9,8	5	18,5	9	13,2
LIVROS E REVISTAS EM JAPONÊS	93	80,2	56	53,8	83	96,5	8	19,5	5	18,5	13	19,1
FAMÍLIAS	116	-	104	-	86	-	41	-	27	-	68	-
FONTE: Publicações comemorativas dos 20º, 30º e 40º aniversários da Fundação da Colônia - PESQUISA DE CAMPO - 1986.												

laram ao sabor das flutuações da população e das possibilidades financeiras (principalmente quanto aos livros e revistas importados que são onerosos). Pode-se dizer que, apesar de serem importantes para os japoneses, não são produtos de primeira necessidade. Outros fatores modificadores dos hábitos de leitura são o aumento de pessoas que dominam a língua portuguesa — substituindo as leituras em idioma japonês pelo nacional — e o desaparecimento de moradores mais idosos.

Portanto, analisando-se a tabela nº 6, concluimos que o maior consumo dos jornais, livros e revistas em japonês foi no ano de 1975; 68,6% das famílias liam jornais em língua japonesa; 96,5% adquiria livros e revistas importados do Japão; enquanto 16,2% lê também jornais brasileiros.

Na pesquisa de campo, realizada em 1986, verificamos que as tendências são outras, pois 53,0% das famílias continuam comprando jornais editados em japonês; 13,2%, em português, e somente 19,1% compram livros e revistas importados do Japão. Esta redução no adquirir livros e revistas japoneses era de se esperar, levando-se em consideração o aumento das taxas alfandegárias, a diminuição do poder aquisitivo de alguns moradores do *mura* e o desinteresse de alguns 'sanseis' (terceira geração) e 'yonseis' (quarta geração). O poder aquisitivo de algumas famílias se retraiu, em alguns casos, devido à desativação das atividades primárias e conseqüente transferência de impostos rurais (INCRA) para impostos urbanos (IPTU), onerando os pequenos proprietários.

COLÔNIA MIZUHO-ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO
FIGURA-4

FONTE: Pesquisa de campo-1986
Publicações 30º, 40º aniversários de fundação da Colônia Mizuho
ORB: Utoho F. Koriya
DES: Hugo Yoshioka

6.3. PADRÃO DE VIDA

A vida dos moradores do Mizuho, no início, foi pontilhada de grandes dificuldades. Chegaram ao local, em um caminhão pertencente à cooperativa, construíram casas típicas do interior (de barro), com pouco mobiliário, praticamente sem nenhum conforto.

Trabalharam de sol a sol para pagar as terras adquiridas e para a sobrevivência da família. Foram carvoeiros, enquanto limpavam a área; mais tarde, agricultores de subsistência; posteriormente, pequenos produtores de mercadorias e, somente com a avicultura, conheceram um período de prosperidade.

Enquanto agricultores de subsistência, saíam às ruas de São Bernardo do Campo para vender o excedente (de verduras e legumes), carregando em *tembimbo* (uma haste de madeira que sustenta, em cada extremidade, um cesto).

Quando passaram ao nível de pequenos produtores de mercadorias (produtos hortifrutícolas) a situação financeira melhorou muito. Começaram a aparecer na Colônia várias residências de alvenaria, dotadas de maior conforto e com maior número de cômodos e utilidades domésticas.

Com a avicultura, apareceram as construções da terceira ou quarta residência de proprietários bem sucedidos, seguindo linhas modernas, algumas até com lareiras, piscina e recinto à moda japonesa.

Após quinze anos de crescimento econômico, sobreveio a crise da avicultura, mas, em seguida, a especulação imobiliária reativou a economia do Mizuho. A valorização de terras durou pouco tempo para alguns, pois as leis 898/75 e 1.172/76 (de proteção aos mananciais hídricos) privilegiaram alguns e prejudicaram outros (carta topográfica nº 5). Desse modo, analisando a tabela nº 7 (a seguir), notamos que a Colônia continuou apresentando aumento no padrão de vida de seus moradores, como veremos a seguir.

Em 1965, das 116 famílias residentes, somente 35 possuíam carro de passeio; 48, geladeira; 60, fogão a gás; 32, televisão; 23, máquina lavadora de roupas e 3 possuíam telefone. A partir desse momento, percebe-se o aumento do poder aquisitivo da população, pois, em 1970, das 104 famílias, 90 possuíam carro de passeio; 79, televisão; 73, geladeira; todas as famílias, fogão a gás; 30, lavadora de roupas e 9, telefones.

Nos anos 75, 111,6% das famílias possuíam carros de passeio; 126,7%, televisão; 176,7%, geladeira; 104,6%, fogão a gás; 39,5%, telefone; 8,1%, piano, e 10,4% , vídeo-cassete. As residências passaram a ter o mínimo de 6 cômodos e o máximo de 18. (Fotos nº: 1,2,3 e 4).

O ano de 1986 apresenta dados estatísticos que denotam um alto padrão de vida dos moradores do *mura* , principalmente se considerando que é um bairro ainda com características rurais, apesar da penetração de algumas indústrias na área e os impostos de muitos serem urbanos.

Vemos, na tabela nº 7, que as famílias residentes na Colônia possuem, em média, 3 a 4 carros de passeio, mais de um televisor, telefone em quase todas as resi -

C O L Ô N I A M I Z U H O - COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DO PADRÃO DE VIDA

T A B E L A N º 7

	1 9 6 5		1 9 7 0		1 9 7 5		1 9 8 6					
	RESIDENTES		RESIDENTES		RESIDENTES		RESIDENTES		Ñ RESIDENTES		T O T A L	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
-Caminhão	42	36,2	53	51,0	35	40,7	10	24,4	-	-	-	-
-Trator	24	20,7	35	33,7	31	36,0	21	51,2	6	22,2	27	39,7
-Carro de Passeio	35	30,2	90	86,5	96	111,6	60	146,3	37	137,0	97	142,6
-Moto	3	2,6	-	-	-	-	3	7,3	6	22,2	9	13,2
-Bicicleta	72	62,0	51	49,0	26	30,2	28	68,3	21	77,8	49	72,0
-Televisor	32	27,6	79	76,0	109	126,7	61	148,8	41	151,8	102	150,0
-Rádio	114	98,3	181	174,0	152	176,7	92	224,4	73	270,4	165	242,6
-Geladeira	48	41,4	73	70,2	81	94,2	60	146,3	31	114,8	91	133,8
-Fogão a gás	60	51,7	104	100,0	90	104,6	46	112,2	30	111,1	76	111,8
-Lavadora	23	19,8	30	28,8	45	52,3	28	68,3	26	96,3	54	79,4
-Máquina Fotográfica	-	-	70	67,3	83	96,5	44	107,3	23	85,3	67	98,5
-Telefone	3	2,6	9	8,7	34	39,5	37	90,2	24	88,9	61	89,7
-Piano	-	-	-	-	7	8,1	7	17,0	4	14,8	11	16,2
-Vídeo-Cassete	-	-	-	-	9	10,4	15	36,6	12	44,4	27	39,7
F A M Í L I A	116	-	104	-	86	-	41	-	27	-	68	-

FONTE: Publicações de comemoração dos 20º, 30º e 40º aniversários da Fundação da Colônia - PESQUISA DE CAMPO - 1986 (abr.)

dências (exceto 4), e mais de um terço delas possui vídeo-cassete (produto que sō as famílias de poder aquisitivo razoável poderão ter, pois sua manutenção é onerosa).

Concluindo, podemos afirmar que a Colônia Mizuho apresentou, a partir de 1970, e apresenta, nos dias ' de hoje, um padrão de vida acima dos índices normais para uma comunidade que se pode dizer rural. Como já tivemos a oportunidade de mencionar, apesar de estar classificada como zona urbana, os melhoramentos, isto é, a infra-estrutura (pavimentação, água encanada, esgoto e iluminação pública) não foi ainda implantada.

Foto nº 1: Algumas residências da Colônia Mizuho mostram elevado padrão de vida de seus moradores.

Foto nº 2.

Foto nº 3: Fotos de algumas residências da Colônia
Mizuho.

Foto nº 4.

7. FATORES DE COESÃO SOCIAL E A VIDA DE RELAÇÕES

Como já vimos, os bairros rurais surgiram inicialmente à medida que se foi formando um povoamento que, apesar de disperso, era próximo o suficiente para haver contactos entre os vizinhos, constituindo, assim, um " grupo de vizinhança ", consolidado por meio de relações de auxílio mútuo, de compadrio, de parentesco, da utilização da mesma venda, da mesma escola, ou, ainda, do empenho de todos na construção de uma capela.

Os dez primeiros fundadores da Colônia Mizuho, no entanto, organizaram-se, inicialmente, num grupo com relações fictícias de parentesco; este laço foi substituído pelo local de nascimento (Província de Yamaguchi), pelo fato de terem trabalhado na mesma fazenda de café (como colonos ou arrendatários), antes de procurarem terras e implantar um *shokumînchî* (Colônia), estruturado nos moldes de um *mura* japonês, com algumas modificações. No Japão, o *mura* era implantado, onde já havia um *habitat* concentrado, enquanto o Mizuho se formou a partir de um grupo prê-constituído para depois haver a implantação do *mura*.

A origem da Colônia Mizuho diferiu, portanto, da formação dos bairros rurais, existentes no Brasil. ' Todavia, muitos dos fatores de coesão social e da vida de relações que ocorrem num bairro rural encontram-se no Mizuho. A existência de auxílio mútuo, parentesco (quando come

çaram os casamentos entre os filhos dos fundadores e/ou novos moradores], sentimento de localidade etc., característicos dos bairros rurais, aparecem também no Mizuho.

No conjunto, provavelmente, os fatores ' que promoveram a coesão social e o sucesso do *mura* foram: a procedência dos moradores, a cooperativa, as associações, a escola e o espírito comunitário.

7.1. A PROCEDÊNCIA DOS MORADORES e SUA INFLUÊNCIA NA COLÔNIA

O Mízuho apresentou e apresenta ainda ' grande concentração de elementos originários da província de Yamaguchi (tabela nº 8 , cartograma nº 8, figura nº 5), ficando conhecido por isso como a Colônia dos Yamaguchi-kenjins. Tal fato, naturalmente, contribuiu para o maior entrosamento entre seus integrantes, desde a comunicação (dialeto), costumes, hábitos, até as decisões sobre os assuntos do *mura*.

Como pode ser notado na tabela nº 8, na data da sua fundação, mais da metade (55%) dos chefes de família eram originários de Yamaguchi. Nos anos subseqüentes, seguiu-se lenta diminuição, em consequência da entrada de famílias de outra procedência, mas os yamaguchi-kenjins continuaram predominando.

Isso facilitou que se obtivessem bolsas de estudo para os descendentes de Yamaguchi e a concretização do acordo de cidades-irmãs entre São Bernardo do Campo e Tokuyama (cidade da província de Yamaguchi).

Analizando ainda a tabela nº 8, incluindo-se os chefes de famílias, nascidos no Brasil, teremos, em 1986, uma elevação no percentual dos originários e descendentes de Yamaguchi para 44,1%.

É óbvio que a grande homogeneidade existente no *mura*, quanto à origem dos moradores, facilitou, so

C O L O N I A M I Z U H O - ORIGEM DOS CHEFES DE FAMÍLIA MORADORES NO MURA - 1 9 3 5 a 1 9 8 6

T A B E L A Nº 8

	1 9 3 5		1 9 3 7		1 9 3 8		1 9 3 9		1 9 4 8		1 9 5 5		1 9 8 6					
	J	%	J	%	J	%	J	%	J	%	J	%	J	%	BR	%	T	%
YAMAGUCHI	6	55,0	11	46,0	14	48,0	14	42,4	14	40,0	14	36,8	9	32,1	9	69,2	18	44,0
HIROSHIMA	1	9,0	4	17,0	4	14,0	5	15,2	5	14,2	4	10,6	2	7,1	1	7,7	3	7,4
OKAYAMA	2	18,0	3	12,5	3	10,5	3	9,2	4	11,3	4	10,6	-	-	-	-	-	-
KUMAMOTO	1	9,0	3	12,5	3	10,5	4	12,2	4	11,3	4	10,6	3	10,7	-	-	3	7,4
SHIGA	1	9,0	1	4,0	1	3,4	1	3,0	1	2,9	1	2,6	-	-	-	-	-	-
AITI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	10,6	-	-	1	7,7	1	2,4
IBARAKI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,6	-	-	1	2,4
NAGASAKI	-	-	1	4,0	1	3,4	1	3,0	1	2,9	1	2,6	-	-	-	-	-	-
NIIGATA	-	-	1	4,0	1	3,4	1	3,0	1	2,9	1	2,6	-	-	-	-	-	-
FUKUOKA	-	-	-	-	1	3,4	1	3,0	1	2,9	1	2,6	2	7,1	-	-	2	49,0
FUKUI	-	-	-	-	-	-	1	3,0	1	2,9	1	2,6	-	-	-	-	-	-
NAGANO	-	-	-	-	-	-	1	3,0	1	2,9	1	2,6	2	7,1	-	-	2	4,9
YAMANASHI	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,9	1	2,6	-	-	1	7,7	1	2,4

CONT. na página seguinte.

C O L O N I A M I Z U H O - O R I G E M D O S C H E F E S D E F A M Í L I A M O R A D O R E S N O M U R A - 1 9 3 5 a 1 9 8 6

T A B E L A N º 8 (c o n t i n u a ç ã o d a p á g . a n t e r i o r)

	1 9 3 5		1 9 3 7		1 9 3 8		1 9 3 9		1 9 4 8		1 9 5 5		1 9 8 6					
	J	%	J	%	J	%	J	%	J	%	J	%	J	%	BR	%	T	%
SAITAMA	-	-	-	-	1	3,4	1	3,0	1	2,9	1	2,6	-	-	-	-	-	-
TOKUSHIMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	7,1	-	-	2	4,9
TOKIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,6	-	-	1	2,4
KOTI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,6	-	-	1	2,4
HOKKAIDO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,6	-	-	1	2,4
HIOGO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,6	-	-	1	2,4
AOMORI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,6	-	-	1	2,4
AKITA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,6	-	-	1	2,4
OSAKA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7,7	1	2,4
MIYAZAKI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,6	-	-	1	2,4
	11	100,0	24	100,0	29	100,0	33	100,0	35	100,0	38	100,0	28	100,0	13	100,0	41	100,0

FONTE: Revista Comemorativa do 20º aniversário da Fundação da Colônia Mizuho - PESQUISA DE CAMPO

J = Japão
BR = Brasil
T = Total

bremaneira, a coesão grupal e a vida de relações populares. Mas outros fatores, como a data da chegada ao Brasil e a profissão dos chefes de família (no Japão) — tabela nº 9 e 10 — contribuíram também para o bom relacionamento do grupo.

Os 76,3% (tabela nº 9) dos 38 chefes de família que habitavam a Colônia em 1955 tinham chegado ao Brasil, entre 1925 e 1934. Deduzimos, a partir desses dados, que a maioria trouxe do Japão uma bagagem de conhecimentos e uma vivência semelhantes. Tiveram também um período quase igual de experiência, na agricultura brasileira, facilitando, dessa maneira, o entrosamento grupal.

C O L Ô N I A M I Z U H O

DATA DA CHEGADA NO BRASIL DOS CHEFES DE FAMÍLIA

T A B E L A Nº 9

CHEGADA NO BRASIL	CHEFES DE FAM	%
1910 - 1914	03	3,9
1915 - 1919	02	5,3
1920 - 1924	01	2,6
1925 - 1929	15	39,5
1930 - 1934	14	36,8
1935 - 1939	03	7,9
T O T A L	38	100,0
FONTE: Publ. do 20º aniversário de Fund. - 1955.		

Já pela tabela nº 10, percebemos que, 55,3% dos chefes de família eram agricultores no Japão, 03

marceneiros, 02 construtores etc. Este fato também contri -
 buiu para o sucesso da Colônia, pois a maioria deles já pos
 suíam conhecimentos dessa atividade (agricultura), apesar
 das condições climato-edáficas serem diferentes das daquele
 país de origem. Fizeram experiências com várias espécies, a
 té selecionarem os produtos mais adequados ao solo do Mizu-
 ho.

C O L Ô N I A M I Z U H O

PROFISSÃO DOS CHEFES DE FAMÍLIA NO JAPÃO

T A B E L A N º 10

PROFISSÃO NO JAPÃO	CHEFES DE FAM.	%
AGRICULTOR	21	55,3
PESCADOR	01	2,7
CONSTRUTOR	02	5,3
MARCENEIRO	03	7,8
COMERCIANTE	01	2,7
MOTORISTA	01	2,7
FUNCIONÁRIO	01	2,7
OUTROS	08	20,8
	38	100,0
FONTE: Publicação do 20º aniversário de Fundação -1955 da Colônia Mizuho.		

Os marceneiros e os construtores foram
 de grande utilidade no momento da construção das residênci-
 as, do mobiliário, da sede social e da escola.

Além desses elementos de coesão que fo

ram importantes, nos primeiros tempos do Mizuho, o fator parentesco veio mais tarde a desempenhar papel de destaque. ' Temos, no *mura* somente 9 famílias — dentre as 68 que o compõem, em 1986, — sem ligações de parentesco. Vale dizer ' que 86,7% das famílias possuem relações diretas ou indiretas de parentesco, caracterizando-se a endogamia no seio da Colônia, o que reforçou, sobremaneira, os laços de solidariedade e coesão grupal.

PROVÍNCIAS DE ORIGEM DOS CHEFES DE FAMÍLIA
(MIZUHO)
CARTOGRAMA-8

LOCAL DE NASCIMENTO DOS CHEFES DE FAMÍLIAS (Mizuho-1985)

FIGURA-5

LEGENDA

- Nascidos no Japão
- Nascidos no Brasil

ESCALA

1 Pessoa = 5,38 graus

Fonte: Pesquisa de Campo

LOCAL DE ASCENDÊNCIA DOS CHEFES DE FAMÍLIAS BRASILEIROS (Mizuho-1985)

PESSOAS

Nº PROVÍNCIA

- 1 - YAMAGUCHI
- 2 - HIROSHIMA
- 3 - NAGANO
- 4 - FUKUI
- 5 - FUKUOKA
- 6 - NAGASAKI
- 7 - AOTI
- 8 - OSAKA
- 9 - YAMANASHI

Fonte: Pesquisa de Campo

Org: Utako

Des: Hugo

7.2. A COOPERATIVA DA COLÔNIA COMO FATOR DE COESÃO GRUPAL

Voltamos a ressaltar que o imigrante japonês, vindo ao Brasil na primeira metade do século, devido à própria organização social de seu país, naquela época, sentia necessidade e era de fundamental importância para ele, 'colocar a agricultura dentro de uma comunidade regional — 'era preciso sentir-se, antes de mais nada, membro componente dela, parte integrante do *mura* — estruturado com a sua cooperativa, suas associações, sua escola.

Estes imigrantes chegavam imbuídos do 'espírito cooperativista e comunitário, vindo das gerações anteriores. Os *muras* do Japão, do período do Shogunato (até 1867), apesar de não conhecerem as cooperativas, já possuíam armazéns ou depósitos (um para o recolhimento dos tributos em espécie — arroz — para o senhor do feudo e outro para eventual distribuição nas emergências de fome e outras calamidades).

Em fins do século passado, o Japão adotou o cooperativismo rural da Alemanha, influenciado pela ação exercida pela cultura alemã na reforma política do país. Esse cooperativismo foi planejado para o desenvolvimento das novas unidades administrativas. Portanto, tinha cunho político e proteção oficial, características que ainda persistem 'no Japão.

Observando esses fatos, analisando que, na década de 30, no Japão, 90% dos *muras* existentes possuíam sua cooperativa, e que a maioria dos imigrantes, fundadores da Colônia Mizuho, chegaram ao Brasil entre 1925 e 1934, não é de estranhar que seguissem a tendência de se organizar de forma cooperativista.

Dentro desse espírito, resolveram fundar um *shokuminchî*, apoiado numa cooperativa que organizaram antes mesmo de implantar a Colônia, ainda em Itaim Paulista.

Uma vez escolhido o local e instalados na Colônia Mizuho (abundância ou terra da fartura), os imigrantes nipônicos legalizaram, junto às entidades competentes, sua cooperativa, com o designativo de "Sociedade Cooperativa de Produção São Bernardo do Campo" (em japonês "São Bernardo do Campo Sangyō Kumiai"). Suas funções diziam respeito ao incremento da produção, comercialização, transporte, difusão de novas técnicas, financiamentos etc.

Essa cooperativa teve como modelo a "Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda. dos Produtores de Batata em Cotia S.A." — atual Cooperativa Agrícola de Cotia, onde estagiou o Senhor Ruichi Matsumoto, um dos fundadores da Colônia Mizuho — foi fundada em janeiro de 1928, tendo recebido orientação técnico-financeira do consulado japonês.

Sem dúvida alguma, os objetivos da cooperativa da Colônia Mizuho não eram os mesmos da "Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda. dos Produtores de Batata em Cotia S.A.", mas os princípios de funcionamento e administração eram similares.

A " Sociedade Cooperativa de Produção São Bernardo do Campo " manteve-se em atividade, de 1935 a 1939. Em 1940, os moradores do Mizuho passaram a pertencer ' (adquirindo ações) à " Agro-Comercial Casa Asahi S.A.", ' com sede em São Paulo; ela fornecia aos seus associados artigos de maior necessidade [desde implementos agrícolas de pequeno porte, adubos, fungicidas, inseticidas, até basicamente secos e molhados]. Dentro do Mercado Municipal, essa entidade possuía um local para a venda dos produtos da Colônia. Um caminhão recolhia a produção do *mura* e transportava -a até o Mercado Municipal de São Paulo, de onde retornava ' com as mercadorias que constavam dos pedidos feitos pelos moradores à " Agro-Comercial Casa Asahi S.A.".

Com a intensificação da atividade agrícola, na Colônia, os moradores organizaram, novamente, a Cooperativa Agrícola de São Bernardo do Campo, em 1951, que se encarregou da comercialização dos ovos, frangos de corte e fornecimento de rações para aves. A " Agro-Comercial Casa Asahi S.A." ficou apenas com a incumbência de fornecer os produtos mencionados, até a década de 70, quando encerrou ' suas atividades. Em 1975, a " Cooperativa Agrícola de São Bernardo do Campo" foi desativada, a partir do momento em que cada produtor se tornou suficientemente independente para colocar seus produtos no mercado e também como consequência da crise que se abateu sobre a avicultura, paralelamente, acompanhada pela especulação imobiliária.

Concluindo-se, pode-se dizer que a " Cooperativa Agrícola de São Bernardo do Campo " e a "Agro-Comercial Casa Asahi S.A. " serviram de elo de ligação entre os associados, fortalecendo a coesão grupal, enquanto ' desempenharam suas funções. Serviram de sustentáculo à es -

trutura da comunidade regional, formada pelos pequenos produtores de mercadorias. A cooperativa, tendo como campo de atuação a comunidade regional unitária — Colônia Mizuho — no sentido locacional de que fora formada e não se incorporando à sociedade brasileira, como o fez a " Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), viu-se na contingência de encerrar suas atividades.

7.3. A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES E DA ESCOLA PARA A FORMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL E COESÃO DA COMUNIDADE

As associações das " colônias japonesas ", formando grupos funcionais, baseados em idade e sexo, controlam as relações internas da comunidade, fortalecendo a coesão do grupo e as condições necessárias a sua manutenção. Ao mesmo tempo, procuram orientar as atividades econômicas ' do *mura*.

A Colônia Mizuho, pela necessidade de preservar a tradição, os costumes orientais, entre seus descendentes, por ser preciso dar continuidade à vida de relações e cuidar da educação dos seus filhos, mantêm:

1. - duas escolas — uma que ensina a língua japonesa e outra, a língua nacional;
2. - uma igreja — onde é celebrado o culto aos antepassados;
3. - quatro associações: dos idosos, dos chefes de família, das senhoras e dos moços;
4. - uma publicação mensal com notícias do Mizuho, denominada *Guekan Mizuho*;
- 5- - museu — onde estão documentados todos os fatos relacionados com a história da Colônia.

A sede social — onde funcionam as quatro associações — as instalações da igreja, do museu, das ' escolas e as quadras de esporte estão localizadas na área

que os japoneses reservaram, na época da fundação da Colô -
nia, e que, atualmente, denomina-se Praça Tokuyama, em home -
nagem ao acordo de cidades-irmãs, firmado entre São Bernar -
do do Campo e Tokuyama (município de Yamaguchi).

AS ASSOCIAÇÕES

1. *Mizuho Bunkai Kyokai* — Associação Cultural ' de Mizuho. Reúne somente os chefes de família e tem por fina -
lidade incentivar a cultura: cuidar da educação dos filhos dos associados (ensino da língua japonesa e nacional, de mû -
sica etc.); do lazer; das comemorações dos aniversários da fundação da Colônia; e intervir em quase todas as atividades da comunidade em que é necessária a adoção de medidas coleti -
vas (Fotos nº 1,2,3,4,5,6 e 7).

Por muitos anos, a associação organiza -
va grupos de mutirão para a abertura e conservação de estra -
das vicinais e para construir as residências dos moradores ' do *mura*. Montava peças de teatro, apresentava filmes — uti -
lizando motor de caminhão — e espetáculos de mágica.

Comemoravam, em grupo, o Ano Novo e in -
falivelmente a data de aniversário do imperador — *Tentyosset -
su* — aos 29 de abril.

Aos poucos essas apresentações foram ra -
reando devido à introdução de televisores nas casas de famí -
lias. E, lentamente, o relacionamento entre os membros da co -
munidade começou a mudar. O mutirão ou ajuda mûtua, pratica -
do nas construções de unidades produtivas (instalações de

granjas) ou de residências, foi substituído por equipes especializadas. Os motivos apresentados pelos entrevistados foram de ordem técnica e econômica (como: diversificação de atividades e modernização das instalações) o que é, naturalmente, admissível. Jamais admitem ser a diluição dos laços de solidariedade entre os membros do *mura*. Alegam que os laços de amizade e relações sociais continuam intactos , manifestados nas reuniões semanais, na sede social, nas visitas, nas festas, ou nos momentos de dificuldade.

A associação possui um *Kaichô* (presidente), eleito todos os anos, que dirige, representa essa entidade em todos os momentos e também indica seus auxiliares e os *Kutyo* (chefes de secções do *mura*) para transmitir e coordenar as resoluções tomadas.

Os *Kaichôs* eleitos desde a fundação foram: Riuchi Matsumoto (10 anos); Wataru Ishii (1 ano); Kiyoji Inoue (12 anos); Motoji Ito (8 anos); Taneo Matsumoto (1 ano); Fernando Miyamoto (5 anos); Kazuo Kimoto (3 anos); Kooji Inoue (5 anos); Missao Ueno (2 anos) e Tooru Hondo (3 anos).

2. *Rogin Kurabu Mizuho Fukujiyukai* — Associação dos Idosos de Mizuho.

Cuida dos interesses das pessoas idosas, promovendo excursões, palestras e torneios de *Gate-ball* (20). Este esporte é muito difundido no Japão e na comunidade japonesa radicada no Brasil. Além dos idosos, participam elementos de todas as faixas etárias.

O atual presidente do *Rogin Kurabu* é o Senhor Kiyoji Inoue que, outrora, foi *kaichô* por doze vezes da Associação Cultural de Mizuho e da Associação dos Provin

cianos de Yamaguchi, sediada na cidade de São Paulo (Fotos nº 08 e 09).

3. *Fujinkai* — Associação das Senhoras de Mizuho.

Comemorou este ano o 25º aniversário da sua fundação. Possui atualmente sessenta associados e mantêm intercâmbio entre as donas de casa, propicia aulas de dança, arte culinária, *ikebana* (arranjos de flores), palestras de pessoas ilustres, bazares beneficentes e duas excursões a nuais para as associadas (Foto nº 10 e 11).

A Senhora Takako Kikuta é a *kaichô* (pre^sidente) da Associação neste ano de 1986.

4. *Seinen-kai de Mizuho* — Associação Cultural e Esportiva de Mizuho.

Congrega os jovens da Colônia e ocupa -se da realização de torneios poli-esportivos, excursões, *undokai* (21) e *karaokê* (22) (Fotos nº 12 e 13).

Em 1985, no terceiro domingo do mês de maio o *Seinen-kai* efetuou o quinquagésimo *undokai*, comemorando o cinquentenário da fundação do *mura*.

Todos os anos essa associação de moços' do Mizuho realizam o *undokai*, esperado ansiosamente por todos da comunidade e, nos últimos anos, principalmente pelas' crianças faveladas (que vêm em busca dos brindes e prêmios), quebrando o sentido familiar da festa de origem japonesa.

Organizar o *undokai* não é tarefa fácil; os líderes e seus auxiliares percorrem a cidade para pedir a colaboração do comércio, imprimem um livreto — onde estão ' relacionadas as provas —, preparam os equipamentos utiliza-

dos (arcos, cordas, bastões, cestos, pernas de pau, sacos, garrafas, bandeirinhas para enfeitar] e também procuram os pombos para soltar no dia da festa. A prefeitura é requisitada para armar palanques, colocar ambulância, enfermeiros, policiamentos e as autoridades são convidadas.

Além dessas atividades a *Seinen-kai* mantém equipes de: beisebol, tênis de mesa, futebol de salão, voleibol e judô. Tem, atualmente, como presidente, o jovem Kenji Fujimori.

AS ESCOLAS

Transcorridos dois anos após a fundação, em 1937, a Colônia Mizuho construiu a primeira escola de língua japonesa, tendo a sua frente a professora Sadae Takaji (normalista no Japão). A professora Ishii que havia concluído o curso normal em São Paulo incumbiu-se do ensino de língua nacional, numa escola improvisada, na varanda do Senhor Riuchi Matsumoto. Mais tarde, um prédio foi construído especialmente para esse fim (Foto nº 14).

Por aí vemos que o estudo foi um fator altamente valorizado pelos imigrantes nipônicos do *mura* que não mediram esforços para mantê-lo como um dos objetivos prioritários da comunidade. Exemplo disso foi a construção de uma escola no meio da mata, durante o período da II Guerra Mundial, para que as crianças não interrompessem os estudos.

Os descendentes da colônia, durante vã

rios anos, enfrentaram grandes dificuldades — como vimos em depoimento, anteriormente transcrito — para dar continuidade aos seus estudos, após o primário. Mas a força de vontade e a persistência dos estudantes venceram os obstáculos e, hoje em dia, constatamos o elevado nível de escolaridade da população.

A comunidade doou à Municipalidade uma área de 7.500m² para a construção de um Grupo Escolar que foi inaugurado em 1955 e, posteriormente transformado em Escola Estadual, com o nome de EEPG Mizuho. Não obstante muitos dos descendentes dos moradores terem estudado nessa unidade, atualmente apenas doze dos seus alunos pertencem à comunidade (Foto nº 15).

Quanto ao ensino da língua japonesa aos nisseis, sanseis e yonseis, nunca sofreu problemas de continuidade, como pudemos perceber. A Associação Cultural de Mizuho nunca se descuidou da educação, pois desde a sua fundação considera esse item como um dos mais importantes para a comunidade. Assim, a partir dos primeiros anos da implantação do *mura*, prepararam as instalações da escola e da moradia do professor, no local especialmente reservado para essa finalidade. O Senhor Yukitaka Tatebe é o responsável pelo ensino da língua japonesa às crianças do Mizuho (Fotos nº 16 e 17).

Podemos perceber que a comunidade não mede esforços para que seus descendentes tenham o melhor para sua formação cultural, já que a consideram como um dos fatores decisivos para se atingir um *status* mais elevado dentro da sociedade e para tanto, chegam — como o fizeram — a adquirir terras para doar à Municipalidade e, desse modo, a-

gilizar a construção da escola.

Nesses momentos e nessas decisões é que se tornam mais evidentes a existência de um forte sentimento de solidariedade e de um espírito comunitário entre os elementos do *mura*.

Foto nº 1: Primeira sede da Associação construída na Colônia Mizuho - na área reservada ' pela comunidade.

Foto nº 2: A atual sede das Associações da Colônia Mizuho.

Foto nº 3: Membros da Associação Cultural do Mizuho
(Chefes de família) - foto de 1975.

Foto nº 4: Monumento em homenagem aos fundadores do
Mizuho na Praça Tokuvama.

Foto nº 5: Prédio do Museu, onde também são celebradas as cerimônias religiosas.

Foto Nº 6: Aparecem da direita para a esquerda: a escola de língua japonesa, museu e a residência do professor.

Foto nº 7: A Comissão dos Festejos do Cinquentenário de Fundação da Colônia Mizuho. Da direita para a esquerda, os senhores: Hiroaki Obata, Takeshi Matsumoto, Tooru Hondo, Missao Ueno, atrás: Hisao Nakahara, Koji Inoue e Roberto Inoue. 1985 - Praça Tokuyama.

Foto nº 8: Integrantes do Rojin Kurabu Mizuho - Fukujyukai - 1985.

Foto nº 9: Os moradores da Colônia praticando
" Gate-ball ".

Foto nº 10: " Fujinkai " - Associação das Senhoras do
Mizuho - foto tirada por ocasião dos fes
tejos do 25º aniversário - 1986, na praça
Tokuyama.

Foto nº 11: Bazar Beneficente, promovido pela
Associação das Senhoras do Mizuho.

Foto nº 12: Integrantes do " Seinen-kai de Mizuho "
Associação Cultural e Esportiva do
Mizuho - 1975.

Foto nº 13: Algumas etapas do " Undokai ".

Foto nº 14: As primeiras instalações da escola, biblioteca e residência do professor.

Foto nº 15: Grupo Escolar, construído no terreno doado pelos moradores da Colônia.

Foto nº 16: Atual escola de língua japonesa
e biblioteca.

Foto nº 17: Residência do professor de língua
japonesa.

7.4. A FIXAÇÃO DOS EX-PROPRIETÁRIOS E PROPRIETÁRIOS ABSENTEÍSTAS NOS BAIRROS ANEXOS AO MIZUHO.

A partir de 1977, as terras que não foram atingidas pelas leis nº 898/75 e nº 1.172/76, de proteção aos mananciais hídricos — porção Centro-Norte — começaram a ser vendidas para as indústrias ou para empresas loteadoras (carta topográfica nº 5).

A alta valorização dos terrenos permitiu aos ex-proprietários adquirirem residências nos bairros vizinhos (Alves Dias e, principalmente, Assunção) (cartograma nº 9 e 7). Essas moradias possuem, no mínimo oito e no máximo dezesseis cômodos, caracterizando um padrão de vida de classe média alta (com raras exceções).

Totalizam vinte e cinco chefes de família (22 ex-proprietários e 3 proprietários absenteístas) que preferiram morar próximo ao Mizuho para continuarem mantendo vínculos de amizade com a Colônia. Foram poucos os que se desligaram totalmente do Mizuho e os que o fizeram eram, na maioria, de famílias agregadas (*yobi-yosse*, arrendatários e parceiros ou colonos).

Os proprietários absenteístas que constam nas estatísticas de 1986, em número de três, são aqueles que possuíam terras e moravam no *mura*, mas venderam-nas, e, deixando uma pequena parcela, foram para a cidade (bairro Assunção). Até a década de 50, existiam sete proprietários que nunca moraram na Colônia, mas participaram da vida do Mi

zuho. Alguns dando palestras e orientando, outros dando atendimento médico e odontológico aos membros da comunidade.

Nessas condições, a base territorial ' que se constituía no fator primordial para a existência do *mura* perde sua significação, porque os antigos proprietários continuam integrando e participando das reuniões e de todas as atividades desenvolvidas pelas associações locais. E são considerados elementos do *mura* pelos moradores da Colônia.' Portanto, os limites do *mura* extrapolam os limites físicos' do Bairro Cooperativa, considerado pela Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, como Colônia Mizuho.

Tudo isso mostra a persistência de laços de coesão grupal e sentimento de afinidade com as pessoas (com quem manteve uma intensa vida de relações). O que torna a Colônia Mizuho caso único e determina a sua originalidade entre as outras colônias, existentes no Brasil.

CARTOGRAMA-9

CARTOGRAMA-9

RODOVIA
DOS
INIGRANTES

_____ 1
_____ 2
_____ 3

Org.: UTAKO
Des.: REAL, Q.P.

8. A ECONOMIA E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

8.1. A MALHA FUNDIÁRIA

No momento da divisão dos lotes da Colônia Mizuho, os fundadores tiveram como preocupação a passagem de pelo menos um córrego, dentro de cada propriedade' (elemento importante para a agricultura).

Como já tivemos oportunidade de frisar, a diferença altimétrica dos terrenos não ultrapassa a quota dos 80m, e os japoneses praticamente puderam aproveitar integralmente suas glebas. Não houve, porém, necessidade de utilização total, pois a atividade principal — a avicultura — não exige áreas muito grandes.

Inicialmente, os lotes eram de cinco 'alqueires (12,1 ha), adquiridos de acordo com as possibilidades financeiras de cada família. Assim, alguns ficaram' com dois lotes, outros, com um e, em alguns casos, duas famílias adquiriram um lote e o subdividiram.

Com o decorrer do tempo, foram sendo compradas mais terras de imigrantes italianos e anexadas ao Mizuho, chegando a atingir 120 alqueires (290,4 ha), o dobro da área inicial (60 alqueires).

Lentamente, ocorreu a fragmentação das propriedades por meio da venda de parte dos lotes. O Jardim Uenoyama foi loteado clandestinamente, terras foram invadidas, formando a Favela Uenoyama (Vila Santa e Vila Alzira).

Outras glebas foram adquiridas pelas empresas e por particulares para fins residenciais.

Em 1986, a Colônia apresentava a seguinte situação quanto à malha fundiária (tabela nº 11 e gráfico nº 6): 26 propriedades de 0 a 5 ha, abrangendo 70,3% das propriedades rurais, mas ocupando somente 23,6% da área agrícola; 6 de 5,1 ha a 10 ha, correspondendo a 20,4% da área; 2 de 10,1 ha a 15 ha com 12,4% da área; e a maior delas (41,14 ha), sozinha, ocupando 19,6% da área agrícola do *mura*. Esses dados referem-se somente às propriedades rurais de japoneses.

C O L Ô N I A M I Z U H O - Abril - 1986
M A L H A F U N D I Á R I A
T A B E L A N º 11

Extensão HA	Número de Propriedades	% (nº)	Área ocupada %
0 a 5	26	70,3	23,6
5,1 a 10	6	16,2	20,4
10,1 a 15	2	5,4	12,4
15,1 a 20	-	-	-
20,1 a 25	1	2,7	11,8
25,1 a 30	1	2,7	12,2
30,1 a 35	-	-	-
35,1 a 40	-	-	-
40,1 a 45	1	2,7	19,6
	37	100,0	100,0

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

Podemos depreender que a malha fundiária da Colônia Mizuho apresenta alto índice de minifúndios. Não tanto pela subdivisão hereditária — pois ocorreram somente três ou quatro casos — porém mais pelas vendas parceladas de muitas propriedades. Este fato ocorreu, porque vários moradores — principalmente os mais antigos — enraizados à terra, teimam em continuar vivendo no *mura*, vendendo aos poucos, partes de suas propriedades, conforme as necessidades ou oportunidades.

A tabela nº 12 (na página seguinte) indica que as 29 propriedades de japoneses do Mizuho ocupam 29,9% do total da área do Bairro Cooperativa (4,82 km²): 0,8% pertence aos proprietários ausenteístas; 9,2%, aos japoneses que não participam do *mura*; 8,7% são terrenos de empresas implantadas; 15,9%, de empresas em implantação ou proprietárias e, finalmente, 35,5% incluem as áreas urbanizadas — Jardim Uenoyama, Vila Alzira e a favela Uenoyama — acrescentando-se as terras sem uso especificado.

C O L Ô N I A M I Z U H O - D I S T R I B U I Ç Ã O D E T E R R A S

T A B E L A N º 12

UNIDADES		ÁREA - M ²	%
29	Propriedades de japoneses residentes	1.435.809	29,9
03	Propriedades de japoneses absenteístas	41.300	0,8
03	Propriedades de japoneses residentes que não participam do <i>mura</i>	444.600	9,2
27	Terrenos de empresas implantadas até abril de 1986	421.518	8,7
30	Terrenos de empresas em implantação ou proprietárias (dados -1983)	768.077	15,9
	Área urbanizada (Jd. Uenoyama e favela Uenoyama) mais terras sem definição de uso	1.708,696	35,5
	Total da área do Bairro Cooperativa (cf. Banco de Dados da PMSBC.)	4.820.000	100,0
02	Propriedades de japoneses que pertencem ao <i>mura</i> , com terras no Bairro Alvarenga (anexo ao de Cooperativa)	190.000	

FONTES:

- * Pesquisa de Campo - 1986
- * Serviço de Fiscalização Imobiliária (Riacho Grande)
- * Secção de Pesquisa e Banco de Dados

COLÔNIA MIZUHO-MALHA FUNDIÁRIA - ABRIL 1986

FIGURA-6

FONTE: Pesquisa de campo - Abril 1986

ORÇ: Utae F. Kariya
DES: Hugo Yoshioka

8.2. A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA E A ATIVIDADE PRIMÁRIA

Como já foi mencionado, a Colônia Mizuho iniciou sua vida econômica, baseada no cooperativismo. Para melhor compreender a organização de uma cooperativa, o Senhor Riuchi Matsumoto — um dos dez fundadores do *mura* — passou seis meses estagiando na Cooperativa de Cotia, com o objetivo de fundar um *mura*, baseado nos moldes cooperativistas.

A primeira atividade, com fins lucrativos, foi o fabrico de carvão, resultado da necessidade de limpar a área para o cultivo de verduras, legumes e frutas, como pretendiam. Vendiam o carvão em Santos e São Paulo, levando-o em carros de boi.

Uma vez a área livre das árvores, começaram a plantar: tomate, limão, uva, pêssego, ameixa, nêspera, verduras e legumes. Efetuaram várias experiências, pois os imigrantes não conheciam as qualidades do solo e, por isso, obtiveram alguns sucessos e também alguns malogros.

Na entrevista com alguns fundadores, discutiu-se o fato de que, devido à proximidade da represa Billings, havia muita umidade e nebulosidade, faltando a insolação, o que prejudicava o cultivo da vinha. A produção das parreiras do Mizuho era a metade das de Jundiaí. Chegaram a ir até Louveira para adquirir mudas de uva niagara (rosada), mas optaram pela branca. Cultivaram uva durante dez anos e depois passaram para o pêssego.

Perceberam que, a partir de 1945, a garoa diminuiu muito, por isso, resolveram cultivar biwa (nêspera), eucaliptos, curi (castanha), ponkan e cogumelos. ' Muitas famílias possuíam gado leiteiro e produziam: queijo , manteiga e leite para o consumo próprio; o excedente do leite era vendido na cidade.

Anteriormente, por volta dos anos 42, iniciaram a avicultura em pequena escala, com o intuito de obter adubo para as culturas e algum dinheiro para o mura. Es tiveram no bairro do Caxingui (São Paulo), na Granja do Se nhor Hattori, para adquirirem experiência e chegaram até a escolher Hakoshoku Legorn — raça branca — mas, devido a al guns problemas e ao início da II Guerra Mundial, a avicultu ra foi um malogro.

A comunidade, porém, não fraquejou; ao contrário, continuou com os produtos hortifrutícolas, mantendo-se como pequenos produtores de mercadorias por mais algum tempo.

Os agricultores dependiam da Cooperati va do mura — São Bernardo do Campo Sangyō Kumiai e Casa As sahi Nogyo Kabushī Kaisha — não só para transportar e co mercializar os produtos cultivados, como também para trazer' as suas compras (alimentos, adubos, implementos agrícolas). Bastava colocar no pátio a produção e os pedidos das mercado rias de que necessitavam. Os caminhões da cooperativa passa vam diariamente para receber e fazer as entregas. A Casa As sahi possuía sua sede na Rua Itapura de Miranda — no bairro do Mercado, em São Paulo — e uma filial, dentro do Mercado' Municipal de São Paulo. Todos os membros do Mizuho participa ram dessa sociedade até o seu fechamento.

Nos anos 50, recomeçaram com a avicultura — desta vez acertaram — e durante mais de 15 anos foi a principal atividade econômica do *mura*, responsável pelo seu grande desenvolvimento econômico.

A partir desse momento, com a avicultura, as residências foram reconstruídas, seguindo os padrões modernos de construção, confortáveis, amplas, algumas com lareiras, vários cômodos, até piscinas; carros do ano, nas garagens, telefones e pianos. A alta lucratividade da avicultura proporcionou grande aumento do padrão de vida de toda a Colônia.

No auge da avicultura, ela representou 80% das atividades do *mura* e, atualmente (1986), somente 17,0%. A Colônia chegou a ter 57 granjas e hoje, somente 7 .

Pela tabela nº 13 (na página seguinte), verificamos que o apogeu da avicultura, em termos de número de unidades produtivas, da produção de ovos e de frangos de corte, ocorreu no período de 1965 a 1975.

Em 1970, as 57 granjas existentes produziram 152.772 caixas — de 30 dúzias — de ovos e 290.250 frangos de corte. Foi quando os interesses dos moradores do Mizuho se concentraram na avicultura, diminuindo as áreas de cultivo das hortaliças, legumes e frutas. No ano de 1975, a pesar da redução do número de granjas (28), a produção continuou quase inalterada: 142.230 caixas de ovos e 292.250 frangos de corte, graças à seleção de raças e as inovações técnicas, em algumas unidades. Além disso, as granjas desativadas foram as de pequeno porte, o que não afetou muito os números estatísticos, compensados pelo aumento da produtividade das aves de boa linhagem, como: Hy-Line; Dekarb; Kimber

C O L Ô N I A M I Z U H O - UNIDADES PRODUTIVAS - PRODUÇÃO - ÁREAS CULTIVADAS -

T A B E L A Nº 13

	1 9 5 5	1 9 6 5	1 9 7 0	1 9 7 5	1 9 8 5
Número de granjas	-	-	57	28	.07
Caixas de 30 dúzias de ovos p/ano	-	116.772	152.772	142.230	38.025
Aves poedeiras	20.000	224.400	290.250	292.250	-
Área (m ²) - frutas	200.580	-	122.000	-	43.000
Área (m ²) - milho	-	-	-	-	12.000
Área (m ²) - hortaliças e Legumes	124.000	170.356	150.800	295.500	398.900
Área (m ²) - pastagem	64.000	-	-	-	80.000
Área (m ²) - cultivo de flores	-	-	15.500	30.000	30.200

FONTE: Publicação comemorativa dos 20º, 30º e 40º aniversários
de Fundação da Colônia Mizuho.

e Shever.

Simultaneamente ao fechamento dessas pequenas granjas, os proprietários voltavam à atividade horti-frutícola, elevando para 295.500m² a área cultivada em 1975. Ressurgiram também as áreas de pastagens e de cultivo de milho.

As sete granjas existentes produziram, em 1985, 38.025 caixas de ovos; a área de frutas ocupou 43.000 m²; o milho, 12.000m²; as hortaliças e legumes, 398.900m²; as flores, 30.200m² e as pastagens, 80.000m².

As causas do fechamento das granjas foram várias: entre outras, ocorriam oscilações dos preços dos ovos, enquanto o preço da ração estava sempre em constante elevação; a concorrência das multinacionais; a falta de inovação tecnológica; as incursões dos favelados da vizinhança — chegaram até a montar um sistema de alarme em conjunto, mas não surtiu efeito — que levavam os ovos e as galinhas; o desinteresse dos descendentes pela atividade avícola e também, em vários casos, a especulação imobiliária.

Em 1981, algumas granjas estavam perdendo 10 mil cruzeiros ou mais por dia, com a mortandade das galinhas que atingia de 10 a 15 cabeças ao dia. A reposição das aves estava custando aos granjeiros CR\$250,00, o que os levou à desativação de muitas unidades produtivas.

Os japoneses do *mura*, até hoje, gratos — como é da índole do povo — celebram, todos os anos, no mês de novembro, uma cerimônia religiosa de agradecimento pelo sucesso alcançado na atividade agrícola e oram pelas aves sacrificadas. Demonstram, além disso, um profundo respeito ao trabalho e à natureza.

Retrocedendo um pouco, devemos lembrar que as atividades da Cooperativa de São Bernardo do Campo foram encerradas, na década de 70, porque muitos feirantes, quitandeiros e supermercados começaram a adquirir os produtos diretamente da Colônia. Também os agricultores, com o fortalecimento econômico, tornaram-se independentes, colocando os seus produtos no mercado que lhes conviesse.

Desse modo, a razão de ser da cooperativa deixou de existir, provocando seu encerramento.

Atualmente, na Colônia, as atividades ligadas à terra são mínimas; as que persistem são daqueles proprietários que procuram, por meio delas, evitar a taxaçoão do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), ou para não ficarem totalmente inativos.

A tabela nº 14 (na página seguinte) mostra-nos a evoluçoão dos chefes de família, relativo à propriedade da terra. Os proprietários eram, em 1955, 38; em 1965, 44; em 1970, 53; em 1975, 57, e, em 10 anos (1986) restaram somente 29 proprietários. Podemos perceber também grande número de famílias agregadas, entre 1965 e 1970 (auge da avicultura) e diminuindo sensivelmente, no ano de 1975, ao ocorrer o fechamento das granjas e a dispensa dos empregados.

Nota-se o desaparecimento dos *yobiyoosse*, nos dados estatísticos de 1975. Isso se deve à saída da maioria dessas famílias do *mura* e ao fato de que alguns jovens *yobiyoosse* se casaram, transformando-se em proprietários.

A partir de 1977, teve início a saída de famílias — devido à venda das propriedades — e a instalação dessas pessoas nos bairros de Alves Dias ou Assunção (anexos ao *mura*). Atualmente (1986), são 22 famílias nes -

C O L Ô N I A M I Z U H O - C H E F E S D E F A M Í L I A: P R O P R I E T Á R I O S E N Ã O P R O P R I E T Á R I O S

T A B E L A Nº 14

	1 9 5 5		1 9 6 5		1 9 7 0		1 9 7 5		1 9 8 6					
	RESIDENTES		RESIDENTES		RESIDENTES		RESIDENTES		RESIDENTES		N Ñ RESIDENTES		T O T A L	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Proprietários	38	61,2	44	38,0	53	51,0	57	66,3	29	70,8	-	-	29	42,6
Proprietários Absent.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	11,1	3	4,4
Ex-propriet. ñ res.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	81,5	22	32,3
Arrendatários	10	16,2	23	19,8	16	15,4	16	18,6	11	26,8	-	-	11	16,2
Parceiros	-	-	16	13,8	10	9,6	13	15,1	-	-	-	-	-	-
Colonos	-	-	05	4,3	09	8,6	-	-	-	-	-	-	-	-
yobiyosse - Assal.	14	22,6	28	24,1	16	15,4	-	-	01	2,4	-	-	01	1,5
Participante ñ res.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	7,4	02	3,0
TOTAL - FAMÍLIAS	62	100,0	116	100,0	104	100,0	86	100,0	41	100,0	27	100,0	68	100,0

FONTE: Publicações comemorativas dos 20º, 30º e 40º aniversários da Fundação da Colônia - PESQUISA DE CAMPO - abr. -86

sas condições e a esse número pode ser acrescido o das 3 que eram proprietárias e agora são absenteístas. Duas famílias, que participam das atividades sociais e recreativas do Mizuho, nunca foram moradoras e nem tiveram nenhuma relação em termos produtivos com a Colônia.

Conseqüentemente, o *mura* conta com 68 famílias participantes e, no entanto, somente 41 famílias de japoneses residem efetivamente no Mizuho.

A distribuição dos chefes de família, segundo a ocupação principal (tabela nº 15) apresenta o seguinte quadro, a partir de 1970: 33,6% eram agricultores; 54,8% granjeiros; 5,8% comerciantes e, em menor porcentagem, microempresários, padres, um criador de coelhos e assalariados.

A partir de 1975, observa-se mudança significativa no quadro ocupacional. Aumenta a porcentagem dos agricultores para 44,3% e diminui a de avicultores que cai para 22,7% e duplica o número de comerciantes.

Em 1986, se considerarmos também os ex-proprietários (integrantes do *mura*), houve grande crescimento da porcentagem dos comerciantes (32,5%), dos aposentados (16,1%) que vivem de renda e a porcentagem dos microempresários (7,3%) em detrimento dos agricultores (22,0%) e dos granjeiros (10,3%).

É importante acrescentar que, nos dados de 1970 e 1975, não aparece nenhum professor (de língua japonesa), apesar de sempre ter existido este profissional na Colônia. É que até 1983 o cargo era ocupado por uma professora e, nas estatísticas do *mura*, foi levado em conta somente a ocupação do marido (assalariado).

C O L Ô N I A M I Z U H O -

C H E F E S D E F A M I L I A : segundo ocupação

T A B E L A N º 15

	1 9 7 0		1 9 7 5		1 9 8 6					
	RESIDENTES		RESIDENTES		RESIDENTES		Ñ RESIDENTES		T O T A L	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Agricultor	35	33,6	38	44,3	15	36,7	-	-	15	22,0
Granjeiro	57	54,8	28	32,7	07	17,0	-	-	07	10,3
Comerciante	06	5,8	12	14,0	06	14,6	16	59,3	22	32,5
Assalariado	01	1,0	01	1,1	03	7,3	02	7,4	05	7,3
Criador de Coelhos	01	1,0	01	1,1	-	-	-	-	-	-
Padre	02	1,9	02	2,3	01	2,4	-	-	01	1,5
Oficina Mecânica	-	-	01	1,1	-	-	-	-	-	-
Restaurante	-	-	01	1,1	-	-	-	-	-	-
Professor	-	-	-	-	02	4,9	-	-	02	3,0
Microempresário	02	1,9	02	2,3	05	12,2	-	-	05	7,3
Aposentados (renda)	-	-	-	-	02	4,9	09	33,3	11	16,1
	104	100,0	86	100,0	41	100,0	27	100,0	68	100,0

FONTE: Publicação do 40º aniversário da Colônia Mizuho - PESQUISA DE CAMPO

Com esses elementos, podemos antever o desaparecimento das atividades primárias, na Colônia Mizuho, (principalmente na porção Centro-Norte, área altamente valorizada, porque não foi atingida pela lei estadual nº 898/75 de proteção aos mananciais hídricos) e penetração da urbanização e industrialização (Fotos nº 1 e 2).

No entanto, não acreditamos que o *mura* ve nha a desaparecer totalmente, pois muitos dos descendentes (dos fundadores) estão arraigados à terra e à vida de re lações aí desenvolvida. Portanto, permanecerão na área ainda que seja somente para residir e participar das atividades das associações. Isso poderá ocorrer principalmente com os moradores da porção Centro-Sul, abrangida pela lei de prote ção aos mananciais hídricos.

Foto nº 1: Arrendatário horticultor, utilizando um mini-trator.

Foto nº 2: Aspectos de uma granja desativada.

8.3. ATIVIDADE SECUNDÁRIA

A Colônia Mizuho, microrregião de São Bernardo do Campo, localizada entre as duas principais rodovias (Anchieta e Imigrantes) que ligam a maior área metropolitana (São Paulo) com o mais movimentado porto do Brasil (Santos), não poderia deixar de sofrer as influências da intensa urbanização e industrialização que se processa nas áreas periféricas da metrópole paulistana.

Isso nos remete a uma rápida visada' no Município de São Bernardo do Campo, entrosado no contexto mais amplo da economia metropolitana e nacional.

O Município de São Bernardo do Campo localiza-se, na sub-região Sudeste da Grande São Paulo (cartograma nº 3), juntamente com Santo André, São Caetano' do Sul, Diadema, Mauã, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Todos, exceto o último, se destacaram pela importância da atividade industrial. Essa porção da periferia paulistana destinou-se, principalmente, a partir da década de 50, a duas formas essenciais de uso do solo — a do uso industrial e a do uso residencial — intensificado a partir de 1960.

Vem de longe a tendência à concentração industrial no ABC, especificamente em São Bernardo do Campo, mesmo antes de se implantar a indústria automobilística.

São Bernardo do Campo iniciou sua a-

tividade econômica, baseada na indústria extrativa vegetal (lenha e madeira); portanto, seria de esperar-se que a primeira instalação industrial fosse ligada a esse setor ' produtivo. De fato, em 1881, foi montada uma serraria que mais tarde se transformou em fábrica de móveis. Daí saíram os primeiros marceneiros que atenderam à indústria moveleira cujo desenvolvimento foi constante até a II Guerra Mundial. Após esse período, ocorreu um crescimento mais rápido, seguido da expansão do ramo têxtil e do aparecimento ' da indústria de auto-peças.

O Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, em meados da década de 1950, deu grande impulso ao processo de concentração industrial em São Paulo, atingindo o ABC e, em particular, São Bernardo do Campo. A intensa participação do Estado e do capital estrangeiro modificaram a estrutura industrial brasileira.

Instalou-se a indústria pesada e de bens de produção, com forte participação do Estado, e o Capital estrangeiro introduziu, por intermédio de grandes investimentos, o setor de bens de consumo duráveis.

O ABC que há mais ou menos uma década já se encontrava em franco desenvolvimento industrial ' se viu, repentinamente, injetado de enormes investimentos ' que aceleraram esse crescimento, muito mais notável em São Bernardo do Campo do que em qualquer outro município.

São Bernardo do Campo foi beneficiado por duas realizações de âmbito nacional: a Via Anchieta e a Meta Automobilística . Desse modo, São Bernardo do Campo ocupa o segundo lugar, dentre os municípios da Grande ' São Paulo, em termos de maiores valores referentes à ativi

dade industrial.

Nesse quadro é que se encontra inserida a Colônia Mizuho. Assim, sem dúvida, estará sempre sujeita às influências do processo de metropolização das áreas periféricas de São Paulo.

Dessa forma, a partir da década de 1970, a Colônia foi atingida por várias leis e decretos que definem ou regulamentam o uso do solo, acompanhados pela especulação imobiliária.

Em 1978, existiam somente quatro indústrias instaladas na Colônia (tabela nº 16 e cartograma nº 10), praticamente dobrando o seu número em dois anos. O maior crescimento deu-se entre 1980 a 1984, passando de sete a dezoito indústrias, com 157,14% de aumento. Finalmente, o desenvolvimento de 1984 a 1986 foi em torno de 50,0% (Fotos nº 3,4,5,6,7,8).

O setor que possui maior número de unidades produtivas (estabelecimentos), dentro do *mura*, é o de mobiliário, abrangendo 25,9% (tabela nº 17 e figura nº 7). Aquele que ocupa maior porcentagem de efetivo humano e da área construída é o da mecânica — 31,8% de pessoal e 28,2% de terrenos com construção — seguidos em segundo lugar pela metalurgia, com cinco estabelecimentos, o de mobiliário com 256 pessoas trabalhando e o de produtos de materiais plásticos, ocupando 22,70% da área construída.

A tabela nº 18 relaciona nomes de empresas, número de estabelecimentos, área do terreno, área construída e número de pessoal, ocupado nas empresas implantadas na Colônia Mizuho, até abril de 1986.

COLÔNIA MIZUHO - INDÚSTRIAS EM FUNCIONAMENTO - 1 9 7 8 a 1 9 8 6
T A B E L A Nº 16

G Ê N E R O S	1 9 7 8		1 9 8 0		1 9 8 4		1 9 8 6	
	nº de ind.	%	nº	%	nº	%	nº	%
Produtos de Minerais não-metálicos	01	25,00	-	-	02	11,20	02	7,40
Metalurgia	-	-	01	14,30	03	16,70	05	18,60
Mecânica	-	-	01	14,30	01	5,50	02	7,40
Material Elétrico e de Comunicação	01	25,00	-	-	01	5,50	01	3,70
Material de Transporte	-	-	-	-	01	5,50	01	3,70
Mobiliário	01	25,00	02	28,55	05	27,90	07	25,90
Química	01	25,00	01	14,30	02	11,20	03	11,10
Produtos de Materiais Plásticos	-	-	-	-	-	-	03	11,10
Têxtil	-	-	-	-	01	5,50	-	-
Produtos Alimentares	-	-	-	-	01	5,50	01	3,70
Diversos	-	-	02	28,55	01	5,50	01	3,70
Construção Civil	-	-	-	-	-	-	01	3,70
	04	100,00	07	100,00	18	100,00	27	100,00

FONTE: 1978 - 1980 - BANCO DE DADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
1984 - 1986 - PESQUISA DE CAMPO

C O L Ô N I A M I Z U H O - INDÚSTRIAS IMPLANTADAS: UNIDADES - PESSOAL - ÁREA CONSTRUÍDA

T A B E L A Nº 17

ABRIL - 1986

G E N E R O S	UNIDADES		PESSOAL		ÁREA CONSTRUÍDA	
	nº	%	nº	%	M ²	%
Produtos Minerais não-metálicos	02	7,40	31	2,00	3.933,0	5,65
Metalurgia	05	18,60	107	6,90	7.039,0	10,10
Mecânica	02	4,40	490	31,80	19.597,5	28,20
Material Elétrico e de Comunicação	01	3,70	80	5,20	4.046,6	5,80
Material de Transporte	01	3,70	89	5,80	1.403,0	2,00
Mobiliário	07	25,90	256	16,60	9.483,6	13,60
Química	03	11,10	187	12,20	5.354,9	7,70
Produtos de Materiais Plásticos	03	11,10	238	15,50	15.801,6	22,70
Produtos Alimentares	01	3,70	35	2,30	1.450,0	2,10
Diversos	01	3,70	9	0,60	753,0	1,10
Construção Civil	01	3,70	17	1,10	747,8	1,05
	27	100,00	1.539	100,00	69.610,0	100,00

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

COLÔNIA MIZUHO - INDÚSTRIAS IMPLANTADAS - ABRIL / 1986

TABELA Nº 18

G Ê N E R O	nº de cartog.	E M P R E S A S	Área do terreno.M ²	Área Construída	Pes-soal.
Produtos de Minerais não-metálicos	01	Ind. Com. Mat. Construção -Flor de Ipê Ltda.	600,0	275,0	006
	02	Hondo e Filhos Ltda. Ind. e Com. de Blocos	3.658,0	3.658,0	025
Metalurgia	03	Unizinco - Industrial Ltda.	3.800,0	1.500,0	015
Metalurgia	04	Allcast Fundições Especiais Ltda.	4.836,5	1.876,9	035
Metalurgia	05	Metalúrgica Dulong Ltda.	2.500,0	1.288,0	016
Metalurgia	06	Cepa Administração e Participação Ltda.	4.962,5	2.167,0	009
Metalurgia	07	Eco - Equipamentos Ltda.	500,0	207,0	032
Mecânica	08	Johannes-Moller do Brasil - Ind. e Com. Ltda.	15.070,0	3.679,7	140
Mecânica	09	Toshiba do Brasil SA.	164.866,0	15.917,8	350
Material Elétrico e de Comunicações	10	Del Mica - Ind. e Com. Ltda.	7.102,5	4.046,6	080
Material de Transporte	11	Montauto - Montadora Nacional de Automóveis Ltda.	5.039,0	1.403,0	089
Mobiliário	12	Ind. e Com. de Móveis São Francisco Ltda.	8.934,0	846,6	017
Mobiliário	13	Poiani Traldi e Cia. Ltda.	7.000,0	4.571,2	080
Mobiliário	14	Iri Bed - Ind. e Com. de Móveis e Madeira Ltda.	4.000,0	370,0	020
Mobiliário	15	Santa Emília - Ind. e Com. de Estofados Ltda.	6.100,0	248,8	080
Mobiliário	16	União Ind. e Com. de Móveis Ltda.	48.076,0	1.736,0	009
Mobiliário	17	Jares - Ind. e Com. de Móveis	2.800,0	1.600,0	043

(Cont. na pág. seguinte)

COLÔNIA MIZUHO - I N D U S T R I A S I M P L A N T A D A S - ABRIL /1986

T A B E L A Nº 18 (Continuação da pág. anterior)

G Ê N E R O	Nº de cartogr.	E M P R E S A S	Área do Terreno M ²	Área Construída	Pes-soal.
Mobiliário	18	Móveis German	14.804,0	111,0	007
Química	19	Produtos Químicos Itamaraty Ltda.	5.000,0	3.119,5	160
Química	20	Disnel Arcoli	5.204,0	2.022,3	012
Química	21	Mundo Químico - Ind. e Com. de Prod. Químicos Ltda	24.687,3	213,1	015
Produtos de Materiais Plásticos	22	Macroplast - Ind. e Com. de Plásticos	19.027,5	5.567,8	060
Idem	23	Ind. de Plásticos Dim Mar Ltda.	4.178,3	2.505,3	058
Idem	24	Pematec - Isolantes Termo Acústicos Ltda.	13.500,0	7.728,5	120
Produtos Alimentares	25	Mitripesca - Comercial e Importação de Pescado Ltda.	10.500,0	1.450,0	035
Diversos	26	Danuclis - Ind. e Com. de Lam. Fibra de Vidros e Decoração Ltda	4.772,5	753,0	009
Construção Civil	27	Construtora Engin Ltda.	30.000,0	747,5	17
T O T A L			421.518,1	69.610,0	1.539

FONTE: Secção de Pesquisa e Banco de Dados - PESQUISA DE CAMPO.

Apoiados nesses dados e no cartograma nº 11, poderemos concluir que, caso não tivesse sido instituída a lei de proteção aos mananciais — que atingiu a metade da Colônia — o Mizuho estaria mais urbanizado e principalmente industrializado.

COLÔNIA MIZUHO
INDÚSTRIAS IMPLANTADAS ATÉ: 1978, 1980 e 1986
CARTOGRAMA Nº 10

COLÔNIA MIZUHO-EMPRESAS IMPLANTADAS, EMPRESAS EM IMPLANTAÇÃO E
TERRENOS DE EMPRESAS- 1966
CARTOGRAMA-II

COLÔNIA MIZUHO-INDÚSTRIAS IMPLANTADAS 1986

FIGURA-7

FONTE: Pesquisa de campo

ORG: Utako F. Kariya
DES: Hugo Yoshioka

Foto nº 3: Instalações da Toshiba do Brasil, implantada antes da lei de proteção aos mananciais.

Foto nº 4: Abertura de uma estrada em área onde estão sendo instaladas as indústrias.

Foto nº 5: Indústrias de pequeno porte, servidas por estradas sem asfalto.

Foto nº 6: Uma indústria de médio porte.

Foto nº 7: Indústria de blocos de cimento, instalada dentro de uma propriedade atingida pela lei de proteção aos mananciais.

Foto nº 8: Outra indústria de médio porte em área não atingida pela lei 898/75.

8.4. ATIVIDADE TERCIÁRIA E O USO DO SOLO NA ÁREA

URBANIZADA

O uso do solo na área urbanizada da Colônia Mizuho limita-se às atividades comerciais, à prestação de serviços e a fins habitacionais.

O Jardim Uenoyama surgiu de um loteamento clandestino, por volta dos anos 74, efetuado pelo proprietário do terreno, e seus moradores obtiveram a escritura definitiva, somente em 1984. Possui atualmente (agosto de 1986) água encanada, luz elétrica, esgoto, coleta de lixo e iluminação pública.

Não obstante a proximidade (área contínua ao Jardim Uenoyama), a Favela Uenoyama — subdividida em duas porções e identificada na Prefeitura pelas designações de Vila Santa e Vila Alzira — apresenta habitações precárias (construídas de tábuas e outros materiais), luz elétrica emprestada, água fornecida por torneiras coletivas (cada morador adapta uma mangueira de borracha para abastecer a sua moradia), não existe rede de esgoto e nem coleta de lixo. (Fotos nº 9, 10, 11 e 12).

Com intuito de regularizar a situação, os moradores da favela, em 1984, entraram em contacto com o proprietário do terreno, quando lhes foi apresentado o valor de CR\$ 60.000,00 por m² e não concretizaram as negociações por acharem o preço muito elevado. Entretanto, após

dois anos, pediram a interferência da CDH (Companhia de Desenvolvimento Habitacional) que avaliou em CZ\$ 181,00 (antigo CR\$ 181.000,00) o m² do mesmo terreno. Essa elevação do preço veio dificultar mais ainda a realização dos anseios dessa população carente.

Efetuada algumas entrevistas com duas empresas imobiliárias (em março deste ano - 1986), chegamos a concluir que o preço do m² da terra, na Colônia Mizuho (área não atingida pela lei de proteção aos mananciais hídricos) oscilava em torno de CZ\$100,00. Após seis meses, essas mesmas terras estão sendo adquiridas (em setembro) por CZ\$220,00.

Na Colônia Mizuho, a atividade terciária é pouco desenvolvida. Foi a partir da década de 70, quando o processo de urbanização atingiu a Colônia, que se instalaram os primeiros estabelecimentos.

Essa atividade restringe-se às áreas urbanizadas (Jardim Uenoyama, principalmente, e a Favela Uenoyama) totalizando: 10 estabelecimentos do ramo de bares, vendas em geral de bebidas e café; 01 bazar e armarinhos; 02 casas de carnes, frios, laticínios, aves e ovos; 03 de material de construção; 01 de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos; 01 banca de jornais e revistas, todos esses relacionados com o comércio. Os estabelecimentos de prestação de serviços são: 10 ligados à reparação, conservação e limpeza; 01 para colocação de pisos, azulejos, tacos etc.; 04 de serviços próprios de estacionamento, garagem, posto de gasolina, depósito e 16 prestadores de serviços (dentistas, advogados, escritórios etc.).

De modo geral, são unidades comerci

ais e de prestação de serviços de pequeno porte. Apenas um estabelecimento, muito precário (bar, onde há venda de be bidas, café e alguns comestíveis), encontra-se na Estrada Particular Sadãe Takagi, ao lado de algumas indústrias que aí se instalaram.

Os japoneses moradores do *mura* não se servem desses estabelecimentos, nenhum deles exerce atividade terciária e nem reside nesse núcleo, formado pelo Jardim Uenoyama e Favela Uenoyama (Vila Alzira e Vila San ta).

Os japoneses não utilizam os serviços desses estabelecimentos, devido aos seguintes fatores:

- todos eles possuem condução própria para procurarem locais de sua preferência;
- a proximidade de centros comerciais especializados e mais variados;
- esse núcleo está distante da maioria das propriedades dos japoneses que permaneceram no *mura*;
- e, finalizando, porque, geralmente, nesses estabelecimentos não encontram os produtos de que necessitam.

Foto nº 9: Favela Uenoyama
(Vila Alzira).

Foto nº 10: Favela Uenoyama (Vila Alzira para
a Prefeitura Municipal de São Ber
nardo do Campo.)

Foto nº 11: Área urbanizada conhecida como Jardim Uenoyama.

Foto nº 12: Jardim Uenoyama, nos fundos aparecendo as instalações da Granja Ito.

9. A COLÔNIA MIZUHO EM FACE DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO
E INDUSTRIALIZAÇÃO DA METRÓPOLE PAULISTANA

A implantação das indústrias, o loteamento de algumas propriedades, o abandono total ou parcial da avicultura, da agricultura, a desativação da cooperativa agrícola local e a especulação imobiliária são fenômenos que vêm ocorrendo na Colônia Mizuho. Eles só podem ser compreendidos, se considerarmos o fato de a Colônia ser parte integrante de uma grande área em processo de metropolização — ligada ao principal centro polarizador que é São Paulo — crescendo-se o desinteresse dos filhos e netos em dar continuidade ao trabalho de seus pais e avós e a insistência de outros em permanecer no bairro.

Não podemos esquecer que a metropolização, processada por meio da urbanização da população, do implante de indústrias, do dote de serviços e equipamentos públicos, está inserida numa economia capitalista, agindo e reagindo de acordo com os princípios do sistema. Por outro lado, a ação do Estado, seja por intermédio de leis de zoneamento e/ou de altos impostos imobiliários, procura orientar o uso da terra conforme os interesses da classe dominante, provocando, simultaneamente, intensa especulação imobiliária.

O penetrar lento, mas gradativo, do

capitalismo na agricultura brasileira, principalmente paulista, a modernização dos meios de transportes e a mecanização contribuíram para o aumento das áreas produtoras e também da produtividade, provocando uma queda significativa nos preços de alguns produtos agrícolas e da avicultura.

Alguns moradores da Colônia Mizuho alegam que os baixos preços de ovos na década de 70, e os constantes aumentos nos preços das rações provocaram o fechamento total ou parcial das granjas (a mais importante atividade do bairro, a partir dos meados da década de 50). Além disso, a perspectiva de altos lucros, com a venda de terras, e a atração que os grandes centros exercem levaram alguns elementos do *mura* a se desfazer de suas propriedades ou de partes delas.

Esses fatores externos, somados aos fatores internos, como: desinteresse dos descendentes em dar continuidade ao trabalho dos seus ascendentes; dificuldade de saldar os altos impostos imobiliários concorreram para as transformações. Enquanto a inexistência da modernização de técnicas por alguns proprietários, o apego à terra, e as relações intra-grupais significam a persistência de formas estruturais anteriores.

9.1. A METROPOLIZAÇÃO E A AÇÃO DO ESTADO NO PROCESSO URBANIZADOR E INDUSTRIALIZANTE:seus reflexos na Colônia Mizuho

Anteriormente nos referimos à urbanização e metropolização de áreas periféricas, vinculadas a um centro polarizador — São Paulo — e isso leva-nos a um breve comentário das conceituações de alguns autores sobre os fenômenos 'urbanização', 'metrópole' e 'regiões metropolitanas' para podermos analisar o que ocorreu na Colônia Mizuho.

Para Castells (23) —

" Metrópole é uma formação decorrente da urbanização contemporânea dos países avançados. Urbanização essa inserida no desenvolvimento do sistema capitalista e como um processo de organização do espaço que encontra base em dois conjuntos fundamentais:

- a - a decomposição prévia das estruturas . sociais agrárias e a emigração da população para os centros urbanos já existentes, fornecendo a Mão-de-Obra essencial à industrialização;*
- b - passagem de uma economia doméstica a uma economia manufatureira e depois a uma economia de fábricas que significa ao mesmo tempo, a concentração de trabalhadores, a criação de um mercado consumidor e a constituição de um setor industrial."*

Como os países latino-americanos apresentam

uma população urbana superior às necessidades do setor industrial, predomínio de um aglomerado maior em detrimento de outras cidades que compõem a rede urbana, acréscimo exagerado e descontrolado de alguns centros, falta de emprego e serviços para os migrantes recém-chegados, Castells afirma que

"dadas essas características, os mesmos apresentam grandes aglomerações, mas não chegam a caracterizar regiões metropolitanas do tipo existente nos países avançados." (24) (O grifo é nosso).

O autor, no entanto, relativo ao nosso país, deixa certa margem de dúvida, quando diz:

"Efetivamente, com exceção da Colômbia e, em certa medida o Brasil e o Equador, as sociedades latino-americanas se caracterizam por um sistema macrocéfalo inteiramente dominado pela principal aglomeração."

Nessas palavras podemos sentir a indecisão de Castells em classificar as nossas cidades (São Paulo e Rio de Janeiro) como centros urbanos macrocéfalos e, nem por isso, caracteriza-as como metrôpole. Talvez não do "tipo existente nos países avançados", mas, quem sabe, equivalente ou condizente com seu grau de desenvolvimento.

Vejamos, pois, o que é uma metrôpole para Castells (25): — uma formação do tipo capitalista, produto da recente urbanização, apresentando um aumento de área e densidade das aglomerações urbanas, onde pode ocorrer todo o tipo de atividades básicas com a interpenetração e difusão delas, apoiadas no progresso técnico.

Podemos concluir que o autor tem cer-

ta razão, ao afirmar que a urbanização dos países latino-americanos não é um repetir-se do processo pelo qual passaram os países desenvolvidos, e nem poderia ser. O fato dos nossos grandes centros apresentarem uma população que excede às necessidades do setor industrial, insuficiência de serviços e a não-existência de um 'continuum' na hierarquia urbana, seria suficiente para não considerá-los metrópole? Seria um assunto a ser discutido.

Se considerarmos, porém, o conceito de Hans Blumenfeld (26), tanto São Paulo como Rio de Janeiro podem ser classificadas como metrópole, pois assim define o autor:

" Metrópole é uma extensa área urbana com um denso núcleo central que acumula a função de liderança e de prover a maior parte da produção e de serviços. Não é simplesmente uma grande cidade tradicional, mas uma nova e diferente forma de agrupamento (que se dá com a intensificação de migração do campo para a cidade e uma forte tendência de migração da cidade para os subúrbios)."

Os principais componentes de uma metrópole apresentados por Blumenfeld aparecem quase na sua totalidade e nas mesmas condições, na cidade de São Paulo:

- complexo comercial central na área do centro, onde se agrupa comércio varejista diversificado, serviços comerciais, centros de operação de alto comércio, as instituições financeiras e de administração pública e profissões liberais variadas;
- manufatura e indústrias correlatas são encontradas geralmente nas áreas periféricas, por exigirem maiores espaços e por apresentarem problemas de poluição;

- parte residencial com seus serviços - percebe -
-se nítida separação das zonas residenciais, de acordo com o poder aquisitivo dos populares;
- áreas verdes - grandes áreas reservadas para futuro desenvolvimento que, devido à necessidade' de oferecer lazer à grande massa populacional ' são transformadas em lugares de recreação. Para atender a esse item que necessita de maiores espaços, considera-se 'região metropolitana' aquela que ocupa maior área do que a metrópole.

Assim, para Blumenfeld, a 'região metropolitana' inclui certo número de cidades industriais, satélites, que se utilizam dos recursos da metrópole enquanto esta vai àquelas em busca de produtos hortifrutigranjeiros, clubes de campo etc.

Além desses componentes mencionados ' por Blumenfeld, São Paulo apresenta, ainda que em menor intensidade do que as de países industrializados, difusão e interpenetração das atividades, funções e ainda descentralização, por meio de:

- meios de transporte e diferentes formas de comunicação que possibilitam as relações imediatas, intensas e ininterruptas entre diferentes áreas e atividades;
- descentralidade por meio da especialização de atividades de certas áreas:
 - a - área central que atrai e concentra as funções;
 - b - indústrias que procuram áreas periféricas, porque necessitam de espaço;

c - zona residencial que apresenta, a grosso modo, o seguinte quadro: nas áreas mais antigas e de maior densidade, famílias de baixa renda; na periferia diferenciada, aqueles que podem adquirir novas e melhores residências; nos subúrbios mais distantes, habitações construídas nos fins-de-semana para os menos favorecidos, e as favelas (que acomodam, em geral, a população desempregada ou subempregada).

Posto isso, não podemos concordar com Castells que insinua, embora sutilmente, não existir metrópoles no Brasil, se todas as características e componentes de uma metrópole se repetem em São Paulo e nas suas áreas periféricas.

E como o processo de metropolização interferiu na metamorfose da Colônia Mizuho? Isto foi a pedra de toque no decorrer de nossa pesquisa.

Uma vez que a base territorial da Colônia Mizuho se encontra inserida na região da Grande São Paulo, mais precisamente, no município de São Bernardo do Campo (cidade industrial satélite) está fora de dúvida que esteja sujeita, direta ou indiretamente, às influências do processo de extravazamento do parque industrial paulista e de sua população. Isso vai ao encontro do que diz Castells, quando afirma:

" (...) o espaço não é independente da estrutura social, é, isto sim, a expressão concreta de cada fase histórica na qual uma sociedade se especifica. Não que o espaço seja uma matéria inerte

Com efeito, se os processos dão ao espaço uma forma, uma função, uma significação social, este também influencia o desenvolvimento desses mesmos processos no decorrer do tempo, institucionalizando-os ou modificando-os." (27)

E. Milton Santos complementa:

" Esta influência do espaço é determinada, principalmente pela permanência de formas estruturais anteriores, que tanto podem se constituir em barreira ao desenvolvimento de novos processos, como podem facilitá-los. Tudo depende da atribuição que essas formas antigas adquirem a cada novo momento de organização social, de sua capacidade de adaptar-se ou resistir às novas exigências e, finalmente, do papel exercido pelo Estado em cada momento. Às vezes impondo os desejos da classe ou grupo dominante, às vezes, resolvendo os conflitos existentes ou em potenciais menos evidente, mas sempre em benefício dessa mesma classe ou grupo. " (28).

A 'permanência de formas estruturais' anteriores... estão presentes na Colônia Mizuho, que se estruturou tendo como premissa a comunidade *mura*, onde se reproduziram formas associativas que tinham como funções: a regulação de atividade econômica; fortalecimento da coesão grupal e do controle social interno. Podem ser reconhecidas:

- na forma de se organizarem, que contribuiu para o desenvolvimento das atividades produtivas em dado momento histórico, porque os japoneses se estimulavam mutuamente em relação às novas culturas e métodos novos de cultivo e o espírito de competição elevava a produção;

- na existência de pequenos produtores de mercadorias, principalmente das hortifrutigranjeiras, como é o caso da comunidade estudada, e na ação coletiva, baseada nos moldes cooperativistas, que foi bastante eficaz até os anos 75;
- na falta de atualização técnica por muitos proprietários granjeiros o que teria levado vários deles à decadência, devido à concorrência de novas áreas produtoras e à penetração de multinacionais, constituindo-se num entrave para a continuidade do desenvolvimento do *mura*.

A capacidade de se adaptar ou de resistir dessas formas estruturais anteriores reflete-se, nas tomadas de decisões de alguns moradores, pressionados pela ação do Estado, pela situação econômica em que se encontram ou mesmo pelo sentimento de localidade.

E esse Estado a que nos referimos como entidade provedora de grande parte dos serviços urbanos, de interesse tanto para as empresas como para os habitantes, desempenha importante papel, ao orientar a demanda de solos urbanos ou rurais, nas oscilações dos seus preços, estimulando que se especule o negócio dos imóveis.

Sempre que o poder público favorece uma zona qualquer da cidade ou das áreas rurais, com uma lei ou com um serviço público (água encanada, luz, escola pública, linha de ônibus, via pavimentada ou incentivos), atrai para lá moradores ou empresas e, concomitantemente, a especulação imobiliária.

Assim é de maior importância a ação do Estado (na forma de governo federal, estadual ou municí

pal), definindo ou regulamentando o uso da terra e, consequentemente, incentivando ou não aquele negócio especulativo dos imóveis.

Vejamos, a seguir, o que ocorreu em São Bernardo do Campo, atendo-nos apenas aos decretos e às leis que atingiram a Colônia Mizuho:

- Lei Estadual nº 4.504 de 30/11/64:

artigo 65 - " *O imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo da propriedade rural.* "

Este artigo veio para evitar a proliferação dos minifúndios, no entanto o

- Decreto 62.504 de 08/04/68,

- regulamenta o desmembramento do imóvel rural, em parcela de área inferior à exigida pela lei 4.504, quando essa se destinar a obras de necessidade ou utilidade pública, obras de infra-estrutura ou atividades outras de interesse para as comunidades. Justificando que:

- as obras da espécie acima referida retiram a condição de imóvel rural das áreas em que são executadas;
- a execução de tais obras virá possibilitar o efetivo desenvolvimento do meio rural, contribuindo para o seu desenvolvimento econômico e social, decreta:

Artigo 2º: " *Os desmembramentos de imóvel rural que visam à constituição de unidades com destinação diversa não estão sujeitos às disposições do artigo 65 da lei nº 4.504, desde que, comprovadamente, se destinem a um dos seguintes itens:*

- I - Desmembramentos decorrentes de desapropriação por necessidade pública;
- II - Desmembramentos de iniciativa particular que revertam em interesses de ordem pública, na zona rural:
 - a) estabelecimentos comerciais;
 - b) instalações industriais... "

Podemos notar que, por meio desse decreto, o Estado procurou orientar o uso da terra, conforme os seus interesses e da classe que detém o poder.

- Lei Municipal nº 2.093 de 28 / 12 / 73:

- esta lei destina a área do Município de São Bernardo do Campo — compreendida entre a Via Anchieta e a Via dos Imigrantes, delimitada, de um lado pelos Municípios de Diadema e São Paulo e, de outro, pela represa Billings' — prioritariamente ao desenvolvimento urbano.

" Parágrafo único — o disposto neste artigo não se aplica aos imóveis rurais que se destinam à exploração agrícola, pecuária, extrativa..."

" Artigo 2º - Os imóveis compreendidos na área a que se refere o artigo anterior, não destinados aos fins mencionados no parágrafo único, estarão sujeitos aos impostos sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana..."

Desse modo, como essa lei abrangia totalmente a Colônia Mizuho, os moradores que não pretendiam se desfazer de suas propriedades mantiveram a atividade agrícola ou avícola, ainda que em pequena escala, para não se sujeitarem ao IPTU.

- Decreto Municipal nº 3.772 de 12 /02 /74:

- Regulamenta a Lei nº 2.093 e dispõe as finalidades:

- " I - *aplicação das prioridades estabelecidas na abertura do crédito...*"
- II- *formação territorializada de pólo integrado de unidades industriais e de apoio ao desenvolvimento econômico do Município, em especial, à implantação do ' Parque Industrial dos Imigrantes ';*
- III- *ampliação das áreas destinadas à habitação, recreação ou lazer e turismo;*
- IV - *preservação do uso do solo, segundo as tendências e a vocação urbana do Município."*

A partir desse momento, ocorreu grande valorização das terras do Mizuho, porque a Via dos Imigrantes passa nos seus limites, desde Sul, Sudeste, Oeste , até Noroeste e também, porque a urbanização já havia atingido os seus limites Norte e Nordeste, iniciando as especulações e compra de terras para loteamento e implantação de indústrias. Daí surgirem o Jardim e a Favela Uenoyama (Vila Santa e Vila Alzira).

- Decreto Municipal nº 3.985 de 28 / 08 / 1974:

Aprova o Plano de Urbanização do Parque Industrial dos Imigrantes.

O Parque Industrial dos Imigrantes situa-se entre os km 20 e 26 da Rodovia dos Imigrantes; ocupa uma área de 16,5 milhões de m², junto à represa Billings. Localiza-se entre os dois principais corredores de exportação — Via Anchieta e Rodovia dos Imigrantes — do futuro anel ferroviário da Grande São Paulo, estando a meio caminho entre o Porto de Santos e São Paulo.

O Parque Industrial dos Imigrantes iniciou seu desenvolvimento em virtude da iniciativa de algu

mas indústrias pioneiras que se instalaram na região, ocasionando necessidade de infra-estrutura. Essa iniciativa induziu a municipalidade a orientar e organizar a implantação de um Parque Industrial o que possibilitaria uma sensível redução dos custos com infra-estrutura, além das vantagens que um zoneamento industrial poderia proporcionar, estimulando seu desenvolvimento.

A área, em enfoque, (Parque Industrial dos Imigrantes) abrange a Colônia Mizuho na sua totalidade. Por esse motivo, houve supervalorização das terras atingidas e uma euforia geral tomou conta dos moradores. Muitos deles foram levados a certa acomodação por conta dos altos lucros que obteriam com a venda de suas propriedades, chegando até a diminuir a intensidade das atividades agrícolas ou, em alguns casos, a paralisá-las completamente, já que a avicultura estava passando por uma séria crise.

No ano de 1975 (alguns meses após o Plano ser decretado,) foi feita uma venda considerada altamente lucrativa de uma porção da maior propriedade do *mura* para a multinacional Toshiba. Essa transação comercial chegou a ser publicada num jornal japonês, sediado em São Paulo e de alcance nacional. E algumas outras compras ocorreram, como a da Jacuzzi do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (35.000m²), que não deu entrada a nenhum projeto, devido à lei de proteção aos mananciais.

- Lei Estadual nº 898 de 18 / 12 / 1975:

Disciplina o uso do solo para a proteção dos mananciais cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo.

Foram consideradas áreas de proteção

os reservatórios: Billings; do Cabuçu; da Cantareira; do Engordador; do Guarapiranga; de Tanque Grande e os rios: Capivari; Cotia; Guaiō; Itapanhaū; Itatīnga; Jundiaī; Juqueri; Tietē; Jaguari; Biritiba e Juquīā (cartograma nº 12).

- Lei Estadual nº 1.172 de 17 / 11 / 1976:

Delimita as áreas de proteção relativa aos mananciais, cursos e reservatórios de água a que se refere a lei nº 898 / 75 e estabelece normas de restrição de uso do solo em tais áreas.

São consideradas áreas de proteção aquelas contidas entre os divisores de água do escoamento superficial, contribuinte dos mananciais, cursos e reservatórios de água, acima discriminados.

Constituem áreas de maior restrição ou faixas de 1.ª categoria: os corpos de água; a faixa de 50 metros de largura a partir da linha de contorno, correspondente ao nível de água máximo e áreas com cobertura vegetal primitiva.

Nessas áreas, somente serão permitidas atividades recreativas (pesca, natação, esportes náuticos e outros esportes ao ar livre, que não importem em instalações permanentes) e a execução de obras ou serviços indispensáveis ao uso e aproveitamento do recurso hídrico (desde que não coloquem em risco a qualidade da água).

Pertencem à 2.ª categoria as áreas classificadas, na ordem decrescente das restrições a que estarão sujeitas (classes A,B e C). Nessas faixas de 2.ª categoria, são permitidos os seguintes usos, observadas as restrições:

- residencial, com aprovação da Emplasa;
- industrial, somente as relacionadas pela Cetesb;
- comercial, com exceção do comércio atacadista;
- de serviços e institucional, com exceção de hospitais, sanatórios ou outros equipamentos de saúde pública, ressalvados os destinados ao atendimento das populações locais' e desde que não sejam especializados no tratamento de doenças transmissíveis;
- para lazer;
- hortifrutícola, os tipos e dosagens de fertilizantes e defensivos agrícolas devem ser autorizados pela Cetesb e também não é permitido o uso de aeronaves ou equipamentos que utilizam correntes de ar a altas velocidades;
- para reflorestamento e extração vegetal, observadas as 'normas de proteção e conservação do solo;
- a quota mínima permitida de terreno pela lei, por unidade residencial, comercial ou industrial é de 500m².

" *Parágrafo único* - As urbanizações, edificações e atividades existentes ou exercidas anteriormente a esta Lei, gozarão de prazo adequado para se adaptarem às suas exigências ou procederem à sua transferência para outro local e, na impossibilidade de o fazerem, poderão ser suprimidas, mediante indenização ou desapropriação."

Esta lei dividiu a Colônia Mizuho em duas porções distintas (cartograma nº 16): uma voltada para o Ribeirão dos Couros, contribuinte da Bacia do Tamanduateí — liberada para a urbanização e industrialização — e a outra, a vertente da Represa Billings — onde o uso do solo sofreu severas restrições, por estar incluída na lei nº

898/75 de proteção aos mananciais hídricos (delimitada e regulamentada pela lei 1.172).

Analisando a Carta das Áreas de Proteção de Mananciais - folha Jardim Eldorado - SF - 23-4- -VI-2-SE-E- de zoneamento de 1.^a e 2.^a categorias, destinadas à Proteção dos Mananciais, definido nas leis 898/75 e 1.174 / 76 - Gegrar, podemos perceber que a porção atingida da Colônia Mizuho apresentava: 4 manchas pertencentes à 1.^a categoria (com cobertura de vegetação primitiva), uma faixa de 61 m de largura, contornando o Jardim Thelma, considerada ' classe B da 2.^a categoria e o restante incluído como classe C da 2.^a categoria (cartograma nº 13).

Entretanto, a Resolução da Emplasa nº 021/78 de 20 / 12 / 78 — Resolve

" Considerar irregular, em face da legislação da proteção aos mananciais, toda a remoção de cobertura vegetal de 1.^a categoria constante do referido recobrimento aerofoto gramétrico, salvo exibição, pelo interessado, de autorização pertinente dos órgãos competentes, emitidos antes de 18 / 11 / 76 e comprovadamente em vigor a data do desmatamento."

Diante dessa resolução, a Emplasa (Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S. A.) efetuou a Reambulação (29) em jan./ mai./81. Conseqüentemente, a partir de maio de 1981, a Colônia Mizuho em vez de quatro áreas, pertencentes à 1.^a categoria, passou a ter somente uma (cartograma nº 14).

A parcela não atingida pela lei de proteção aos mananciais sofreu intensa valorização e especulação imobiliária, seguida de várias vendas de propriedades, enquanto a outra que, até a publicação da lei, era a mais

procurada e a que recebia melhores ofertas caiu no esquecimento dos corretores imobiliários e dos empresários, devido às severas restrições impostas para qualquer tipo de uso do solo.

A maior porção do Parque Industrial dos Imigrantes, em virtude da sua localização, nas proximidades do Reservatório Billings (área de proteção aos mananciais), teve o seu desenvolvimento freado pela legislação estadual.

Convém lembrar, contudo, que algumas áreas do Parque Industrial dos Imigrantes foram retalhadas e vendidas, antes da vigência das Leis de proteção aos mananciais e, conseqüentemente, ocorreram implantações de várias empresas também anteriores às mesmas.

Por isso, várias empresas operam efetivamente no Parque Industrial dos Imigrantes e a inexistência de um sistema de coleta e destino das águas servidas (esgotos domésticos e industriais) fez com que muitas delas instalassem equipamentos para tratamento de seus afluentes, de acordo com os critérios estabelecidos pela Cetesb.

A indústria Toshiba, após prévio tratamento de seus resíduos, reverte-os para o Ribeirão dos Couros (um dos afluentes do Rio Tamanduateí), não oferecendo, assim, risco de contaminação da Bacia Billings.

A prefeitura de São Bernardo do Campo está realizando vários estudos, na tentativa de efetuar a reversão dos afluentes domésticos da área atingida pela lei 898/75 para o Ribeirão dos Couros, seguindo o exemplo da multinacional japonesa.

E, finalmente, aos 30 / 12 /1980, foi aprovada a Lei Municipal nº 2.435 que incluiu a Colônia Mizuho dentro do Perímetro Urbano do Município de São Bernardo do Campo. Assim, o *mura* passou a pertencer à zona urbana.

Esse foi o golpe de misericórdia do ' governo municipal contra muitos proprietários que ainda pretendiam continuar vivendo na Colônia, frequentando as associações e mantendo intacta a vida de relações do Mizuho.

Com essa lei, o Estado (na figura do executivo municipal) colocou em funcionamento um dos dispositivos mais eficazes — os altos impostos imobiliários — para controlar o uso da terra e para um desejável desenvolvimento urbano.

Desta maneira, alguns proprietários ' terão que se desfazer de suas terras ou partes delas para ' não ter que arcar com elevados impostos imobiliários (IPTU).

Em pouco mais de uma década, tantas ' leis e decretos chegaram a confundir os proprietários e até elementos ligados ao setor imobiliário. Em decorrência disso (como já comentamos), a Colônia Mizuho apresenta, nesse momento: uma área totalmente urbanizada - Jardim Uenoyama e Favela Uenoyama (Vila Alzira e Vila Santa) — com construções populares; algumas atividades agrícolas; várias indústrias em funcionamento ou em implantação, principalmente no setor não atingido pela lei 898/75, e no abrangido por ela, há três indústrias, convivendo com a agricultura.

Não há dúvida de que o que Maurício ' de Almeida Abreu diz tem procedência:

" *Longe de ser um agente neutro, atuando em benefício da sociedade como um todo, o Estado teria se aliado — através do tempo' e em função dos diversos momentos históricos — a diferentes unidades do capital, expressando os seus interesses e legitimando suas ações precursoras.*" (30).

Como resultado das vacilações dos nossos governantes na tomada de decisão, relativa a quando e quais áreas deverão ser atingidas pelas leis e decretos — se bem que nenhuma lei ou decreto neste país sejam definitivos — existem proprietários, no mura, na expectativa de uma 'nova' valorização de suas terras (as localizadas dentro das áreas de proteção aos mananciais) e outros, vendendo suas propriedades altamente lucrativas (o m² está por volta de Cz\$200,00).

Sem dúvida alguma, os maiores prejudicados são aqueles proprietários que, na euforia da elevação dos preços das terras — quando foi implantado o Parque Industrial dos Imigrantes — abandonaram totalmente suas atividades agrícolas, passando a pagar altos impostos imobiliários e, posteriormente, foram atingidos pela lei 898/75. É óbvio que não conseguem compradores para suas glebas e isso levará alguns deles, num futuro bem próximo, a venderem-nas por preços irrisórios. Mas são poucos esses casos.

Por verificar esses fatos, é que concordamos com Charles Abrams (31), ao considerar os altos impostos imobiliários como um dos instrumentos mais versáteis e eficazes — mais do que as regulamentações do uso do solo — para orientar um desenvolvimento urbano desejável.

COLÔNIA MIZUHO-GRANDE SÃO PAULO- ÁREAS DE PROTEÇÃO AOS MANANCIAIS
CARTOGRAMA-12

COLÔNIA MIZUHO
ÁREA ATINGIDA PELAS LEIS: 898/75 E 1172/76
CARTOGRAMA-13

COLÔNIA MIZUHO
 ÁREAS ATINGIDAS PELAS LEIS: 898/75 E 1172/76
 APÓS RESOLUÇÃO EMPLASA Nº 021/78
 REAMBULAÇÃO - JAN/MAI/81
 CARTOGRAMA-14

FONTE: Reambulação JAN/MAI/81
 Cortes das áreas de proteção de mananciais
 GEORAN SF-23-YC-VI-2-5E-E (231)
 ORG: Utoko F. Kariya
 DES: Hugo Yoshida

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações que vêm ocorrendo , no uso do solo, na Colônia Mizuho, vêm convertendo, paulatimamente, às áreas de produção agrária em áreas urbanas.

Toda concentração espacial da indústria e dos recursos, em geral, leva a uma saturação dos meios de comunicação, de circulação das mercadorias, da mão-de-obra, de transmissão de energia, de habitação etc. e freia o maior desenvolvimento econômico de determinado espaço geográfico.

Diante desse problema, a economia capitalista procura ampliar e ordenar as áreas destinadas ao abrigo da produção industrial e da mão-de-obra necessária, estimulando e dotando as periferias da infra-estrutura necessária para tal fim.

O Estado, como entidade provedora de grande parte dos serviços urbanos, de interesse tanto para as empresas como para os habitantes, desempenha importante papel na orientação da demanda de solos urbanos ou rurais e nas oscilações de seu preço. Assim, a ação do Estado (na figura do governo federal, estadual ou municipal) define ou regulamenta o uso da terra e, conseqüentemente, incentiva ou não as atitudes especulativas imobiliárias.

A Colônia Mizuho, com sua localização privilegiada — entre a Via Anchieta e a dos Imigrantes — no Município de São Bernardo do Campo (um dos mais impor -

tantes dentre os da Grande São Paulo], ao ser atingida pelo processo urbanizador, começou a mudar o significado do seu espaço. Espaço profundamente marcado pela história, submetido que foi a um longo elaborar-se (meio século), hoje se 'reorganiza' sob o impulso de novas forças e novos agentes.

Reorganiza-se, porque é necessário atender aos objetivos do desenvolvimento industrial da Região da Grande São Paulo, como parte do desenvolvimento industrial do Estado. Estimulando o surgimento das indústrias de vocação ou espacialização metropolitana, esse desenvolvimento é, no entanto, estranho às aspirações e às tendências próprias dos moradores do *mura*.

Afirmam que a urbanização do campo é um processo reorganizativo que se apóia em investimentos públicos e privados, no setor de transportes e na difusão de equipamento funcional urbano para formar um núcleo citadino que ofereça mercado de trabalho alternativo. Se isso é verdadeiro, a Colônia Mizuho não poderia estar com três áreas nitidamente urbanas (Jardim Uenoyama, Vila Alzira e Vila Santa), concentrando populações de baixa renda e com apenas um mínimo de infra-estrutura. Outrossim, esse fato confirma os argumentos dos cientistas sociais de que o uso do solo é regulado pelos mecanismos de mercado, portanto, os maiores investimentos públicos se orientam para as áreas consideradas 'nobres'. Tais áreas estimulam o afluxo de pessoas que podem pagar a valorização, provocada pelos investimentos, o que resulta no afastamento daquelas impossibilitadas de pagar altos preços.

Desse modo, é evidente que pouco se faria para dotar o *mura* de todo equipamento funcional urba-

no, uma vez que se encontra dentro dos limites do Parque Industrial dos Imigrantes; por esse motivo, o Mizuho não é ' uma área 'nobre', mas industrial que necessita de mão-de-obra barata. Além disso, não interessa ao Estado transformar essa Colônia em área residencial diferenciada, pois suas diretrizes, em linhas gerais, são:

- manter a vitalidade do Parque Industrial da Grande São Paulo;
- promover a melhor distribuição espacial dos empregos industriais;
- garantir a oferta de empregos condizentes com o crescimento demográfico;
- estimular a renovação de indústrias obsoletas.

Por tudo isso, e também pela necessidade da indústria vir a ocupar terrenos próximos aos grandes eixos viários é que a Multinacional Toshiba adquiriu um terreno com 16,5 ha à margem da Via dos Imigrantes (dentro da Colônia Mizuho), tão logo foi decretado o Plano de Urbanização do Parque Industrial dos Imigrantes. Todavia, quando implantada, a indústria foi atingida pela lei que protege os mananciais hídricos, tendo que se adaptar às exigências da Cetesb para manter-se em funcionamento. Outra empresa de grande porte que adquiriu área próxima à primeira foi a Jacuzzi do Brasil Indústria e Comércio Ltda. que, provavelmente, devido à lei acima citada, não tomou nenhuma iniciativa quanto à construção da unidade produtiva.

Podemos perceber, portanto, que no primeiro momento da implantação do Plano de Urbanização do Parque Industrial dos Imigrantes a porção Centro-Sul da Colônia, por se encontrar mais próxima à Via dos Imigrantes ,

foi a mais valorizada e procurada. Contudo, as leis 898/75 de proteção aos mananciais hídricos e a de nº 1.172 de 17 / 11 / 76, delimitadora das áreas de proteção aos mananciais que estabeleceu as normas de restrição de uso do solo em tais áreas, mudou os rumos da especulação imobiliária, desestimulando, totalmente, os empresários, em relação à porção abrangida.

À medida que o processo de metropolização se intensifica, a porção Centro-Norte da Colônia propicia às empresas investimentos menores do que aquelas onde o uso urbano do solo já está consolidado. Assim, elas se beneficiam da proximidade de todos os serviços urbanos de que necessitam e dispõem de espaços maiores, até então ocupados por atividades primárias.

Aproveitando-se dessas facilidades, várias empresas investiram e algumas já estão em pleno funcionamento na Colônia Mizuho, especialmente na área não atingida pela lei 898/75.

Mas, em 1981, quando a devastação das áreas verdes se intensificou, e, em seu lugar começaram a surgir indústrias e algumas estradas locais foram ampliadas, renunciando a implantação de zona industrial, muitos em São Bernardo do Campo e alguns moradores da Colônia começaram a predizer o fim do Mizuho. A notícia que transcrevemos abaixo, publicada no " Diário do Grande ABC " de 07 / 06 / 81, mostra de maneira clara essa preocupação:

" Mizuho

A indústria chega e destrói.

Será o fim?

Chegará o Bairro Cooperativa aos seus 50 anos

- em 1985 - mantendo algumas características de função que, apesar de tudo, ainda podem ser observa-
das na região? Terá, o Bairro Cooperativa, também,
conhecido como colônia Mizuho, alguma reserva ver-
de daqui a cinco anos? Ou o Bairro Cooperativa, ex-
-zona rural de São Bernardo do Campo, em quatro a-
nos, será apenas mais uma área densamente habitada,
com favelas e problemas urbanos? São perguntas
ainda sem respostas. Mas que há muito preocupam
os moradores locais. O Bairro Cooperativa, na ver-
dade, está se descaracterizando há tempos, com
a explosão de loteamentos populares ao seu redor.

Em 1980, uma lei municipal - a de número 2.435, ' que transformou o bairro de zona rural para urba-
na - acabou por praticamente sentenciar o des-
tino da região.

Com isso, os antigos proprietários de áreas agri-
colas da colônia japonesa deixaram de pagar seus
impostos ao INCRA - Instituto Nacional de Co-
lonização e Reforma Agrária - muito mais baratos,
e passaram a contribuir com o IPTU - Imposto Pre-
dial e Territorial Urbano - cobrado pela Prefeitu-
ra."

Considerando essas indagações, formu-
ladas em 1981, e as dúvidas que ainda persistem, cabem algu-
mas reflexões:

- a Colônia Mizuho, criada nos moldes cooperativistas e reproduzindo a estrutura social do *mura* do Japão, dota-
da de elevado grau de integração social, onde as rela-
ções de vizinhança se manifestaram, tanto no plano eco-
nômico como no social e espiritual, apesar de ter sofri-
do transformações, não será tão facilmente destruída,
- assim é que, como verificamos, no decorrer do nosso tra-
balho, em função da lei de proteção aos mananciais e ou-
tros decretos, muitos moradores poderão - por vontade
própria, ou por força das circunstâncias - manter-se

por mais tempo em suas propriedades, consideradas por muitos também como 'reserva de valor', até que novas mudanças venham a ocorrer, por decisões governamentais, e as suas terras se transformem em objeto de especulação.

- Podemos perceber ainda, que alguns moradores (como já comentamos), a despeito de possuírem terras na área 'valorizada, insistem em não vender suas glebas. Outros ~~as~~ estão vendendo, parceladamente, e informam que ~~são~~ sairão da Colônia, quando estiverem de maneira total 'cercados de indústrias e a poluição os incomodar. Esses fatos denotam a persistência do alto grau de arraigamento à terra e a constância de vida de relações reforçada pelos vínculos de parentesco (forjados neste 'meio século de convivência).
- O fato dos ex-proprietários procurarem residir nos arredores e continuarem participando da vida da Colônia (principalmente aqueles com mais de trinta anos de idade) demonstra que a base territorial que se constituiu em fator primordial para a sua existência, quando houve a implantação do *mura*, perdeu o seu significado.
- Se os limites do *mura* extrapolam os limites físicos do bairro Cooperativa (Mizuho), não terá mais importância, se os integrantes da colônia residem ou não no *shokuminchi*, para serem considerados elementos do mesmo.
- Para manter a integridade da vida de relações do *mura*, alguns proprietários que possuem terras anexas à área 'reservada às edificações de uso comunitário, cederam '

partes de suas glebas para desviarem as estradas que a cortavam. Estas atitudes acusam a persistência, ainda nos dias atuais, de elevado grau de espírito de cooperação e solidariedade.

- O processo de ocupação da parcela não atingida pela lei 898/75 não se efetivou em maiores proporções, naturalmente, pelos motivos acima citados, pela falta de uma infra-estrutura mais adequada (asfalto, água encaçada, iluminação pública e esgoto) e também porque as grandes indústrias estão preferindo áreas mais distantes das grandes concentrações (depoimento de alguns corretores imobiliários de São Bernardo do Campo). Tudo indica que esses corretores imobiliários têm razão, pois, na Colônia Mizuho, as empresas instaladas, recentemente, são todas de pequeno e médio porte.

Essas reflexões levam-nos a ponderar que não está tão próximo o fim do *mura*. Todavia, percebe-se que o processo de metropolização está atingindo rapidamente as áreas ocupadas pelo *mura* ou *shokumînchi*. E o que está ocorrendo na Colônia Mizuho justifica a observação de Lysia Bernardes (32) -

" novas formas de povoamentos suburbanos e da aglutinação de amplas áreas periféricas às grandes cidades constituem como que uma coroa ou franja pioneira urbana, na qual se justapõem e se opõem usos urbanos e rurais."
(O grifo é nosso).

As considerações aqui apresentadas não pretendem ser de caráter definitivo e nem poderiam sê-lo, pois, nem as leis, nem os decretos o são, obedecendo

ao modelo econômico vigente. Como vimos, em pouco mais de uma década, ocorreram grandes mudanças e transformações nas diretrizes e regulamentações emanadas do poder público. Também o modo de pensar das pessoas - influenciadas por fatos diversos - poderá se direcionar para rumos totalmente diferentes do atual.

★ ★ ★

N O T A S:

- (1) GEORGE, Pierre.-

Sociologia e Geografia - Rio de Janeiro, Forense,
1969. pp. 31 e 32.

- (2) SMITH, Lymn T.-

Brasil, People and Institutions -
Louisiana State University Press.
Baton Rouge - 1963. p.391.

- (3) SENOI, Lourdes Emico.-

Sho-Mura, aspectos agrários de uma área do Japão .
São Paulo, 1973.

- (4) " *San-cho* " = prefeito do *mura*.

- (5) SAITO, Hiroshi.-

O Cooperativismo e a Comunidade
Editora - Sociologia e Política .
p.16.

- (6) *Ie* - Para o Prof. Saito, a palavra *ie* é, geralmente, ' empregada como sinônimo de " família ", significa ao mesmo tempo, a "casa" e a "família", com todo o seu *background* histórico e cultural. *Ie* tem sua continuidade através de gerações sucessivas.

Dozoku - refere-se ao agrupamento familiar, de elementos descendentes de uma mesma árvore genealógica.

- (7) SAITO, Hiroshi.- Op. cit. p.35.

- (8) TSUKAMOTO, Tetsundo.-

" Sociologia do Imigrante ".
em: Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil.
São Paulo, Editora da USP - 1973, p.24.

- (9) MAEYAMA, Takashi.-

" Religião, Parentesco e as Classes Médias dos Japoneses no Brasil Urbano ".

em: Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil.

São Paulo, Editora da USP. 1973.

(10) YAMASHITA, Yoshie.-

Colônia Esperança - Arapongas (PR), Aspectos da Organização do Espaço Agrário .

Tese de Mestrado, apresentada ao Departamento de Geografia da USP.

(11) SAITO, Hiroshi.-

" Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil ".

São Paulo, Editora da USP, 1973 - p. 206.

(12) FERNANDES, Lílíana Laganã.-

" Introdução a um estudo geográfico de bairros rurais em São Paulo " em: Boletim Paulista de Geografia, nº 55, nov/ 78 - Associação dos Geógrafos Brasileiros - A.G.B.- S.P. pp. 31 a 46.

(13) FERNANDES, Lílíana Laganã.-

Op. cit. p.42.,

(14) FERNANDES, Lílíana Laganã.-

Op. cit. p. 39.

(15) SALGADO, Fernando Carlos Fonseca.-

As Colônias de Bastos e Pedrinhas - Estudo Comparativo de Geografia Agrária .

Tese de Doutorado, apresentada à Faculdade de Filosofia de Presidente Prudente.

São Paulo, 1971.

(16) GEORGE, Pierre.-

" Problemas, Doutrina e Método ". em: Geografia Ativa. 2.^a ed.- Difusão Européia do Livro. - pp.15/16.

(17) Caminhão da cooperativa - os fundadores da Colônia Mizuho, antes mesmo da implantação do *mura*, adquiriram um

caminhão para efetuarem as suas mudanças e utilizá-lo para os serviços da comunidade.

- (18) MIZUHO - para facilitar a explicação, os japoneses do *mura* traduziram o termo como igual à "abundância" ou "terra da fartura". No entanto, sua origem remonta à formação do país (Japão). A história conta que Amaterassu Oomikami (divindade) criou o Japão e deu-lhe o nome de Mizuho que significava - país que dá arroz em abundância para alimentar a população. A história japonesa conta 2.597 anos de existência, contados a partir do primeiro imperador (Jinmu Temno - considerado humano), até aí, haviam passado cinco gerações, após Amaterassu Oomikami.
- (19) KUMASAKA, Y. e SAITO, H.-
 "Kachigumi: uma delusão coletiva entre os japoneses e seus descendentes no Brasil". em Assimilação e integração dos japoneses no Brasil.
 São Paulo, Editora da USP, 1973 - p.448.
- (20) *Gate-ball* - "Esporte da moda, no Japão, atualmente bastante difundido entre as colônias japonesas do Brasil. É uma adaptação do críquete, de origem inglesa, e consiste na competição entre duas equipes que disputam pontos, por meio de uma pequena bola, arremessada, através de um taco de madeira, que precisará passar por três arcos-barreiras para atingir o alvo, no centro do campo." Diário do Grande ABC - 19/05/1985.
- (21) *Undokai* - "... É uma festa tradicional e corriqueira no Japão. É promovida principalmente nas escolas, pois ela representa, ao mesmo tempo, um misto de esporte, ginástica, recreação, dança, divertimentos, cultura. Às vezes, são programadas até 32 provas (50m rasos, corrida de três pés, corrida de pular corda, de carregar ovo na colher, prova de pular com sacos etc.)". Diário do Grande ABC, de 22/05/83.
- (22) *Karaoke* - concurso ou festival de música japonesa. O

cantor amador utiliza-se de " Play Back ", porque ' não tem acompanhamento.

- (23) CASTELLS, Manuel.-

La Cuestión Urbana . 6.^a edición - Siglo Veintiuno de España Editores S.A. . pp. 28 a 32.

- (24) CASTELLS, Manuel.- Op. cit.- p. 53

- (25) CASTELLS, Manuel.- Op. cit. p.22.

- (26) BLUMENFELD, Hans.-

" Metrópole Moderna " em: Cidades - a urbanização da Humanidade.- São Paulo, p.52 e 70.

- (27) CASTELLS, Manuel.-

" A Questão Urbana " (Posfácio) em: Seleção de textos nº3, Associação dos Geógrafos Brasileiros, set / 1977.

- (28) SANTOS, Milton.-

" A Divisão do Trabalho Social Como Uma Pista Para a Organização Espacial e da Urbanização nos Países Subdesenvolvidos " em: 3º Encontro Nacional de Geógrafos, Fortaleza, 19 - 27 / 07 / 1978.

- (29) Reambulação - Refazer, redesenhar, alterar de acordo com a resolução baixada, etc.

- (30) ABREU, Maurício de Almeida.-

" Estado e Espaço Urbano: Uma Perspectiva Histórica " em: Anais do 4º Encontro Nacional dos Geógrafos - AGB.

- (31) ABRAMS, Charles.-

" O Uso Da Terra Nas Cidades " em: Cidades, A Urbanização Da Humanidade - Rio de Janeiro, Zahar, ' Editores.

- (32) BERNARDES, Lysia M.C.-

Sobre o Processo de Metropolização no Brasil
Revista Geográfica -I.P.G.H., R. de Janeiro, dez/1969
nº 71, p.115.

BIBLIOGRAFIA GERAL:

ABRAMS, Charles.-

- 1972 " O uso da terra nas cidades ".- Em: Cidades, A urbanização da humanidade. Rio de Janeiro Zahar, Editores.

ABREU, Adilson Avansi de.-

- 1969 " Núcleos de Colonização Estrangeira no Estado de São Paulo (notas preliminares) Em: Orientação nº4 Instituto de Geografia - U.S.P. São Paulo

ABREU, Adilson Avansi de.-

- 1971 A Colonização Agrícola Holandesa no Estado de São Paulo - Holambra I.
Tese de Mestrado , apresentada ao Departamento de Geografia - U.S.P.
Instituto de Geografia - série teses e monografias nº 6.
I.G. - U.S.P. - São Paulo.

ABREU, Maurício de Almeida.-

- 1980 " Estado e Espaço Urbano - Uma perspectiva Histórica ". Em: Anais do 4º Encontro Nacional dos Geógrafos. A.G.B. - Associação dos Geógrafos Brasileiros.

ALMEIDA, Ayrton Teixeira.-

- 1980 " O Estado Capitalista e o Uso do solo urbano ". Em: Anais do 4º Encontro Nacional dos Geógrafos. A.G.B. - Associação dos Geógrafos Brasileiros.

ANDO, Zempati.-

- 1961 " Pioneirismo e Cooperativismo - História da Cooperativa Agrícola de Cotia ". Em: O japonês em São Paulo e no Brasil - Consulado Geral do Japão - São Paulo, 1971 . p.4-40

ANDO, Zempati.-

- 1973 " Cooperativismo Nascente ". Em: Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil.
São Paulo, Editora da U.S.P.

AZEVEDO, Haroldo.-

- 1975 Subúrbios Orientais de São Paulo - FFLCH.
USP - São Paulo

BARBOSA, Newton Ataliba Madsen.-

- 1971 Subsídios Históricos de São Bernardo do Campo - Secção de Pesquisa e Banco de Dados.

BERNARDES, Lysia M.C..-

- 1969 " Sobre o Processo de Metropolização no Brasil ". Em: Revista Geográfica, I.P.G.M. - Rio de Janeiro, dez., nº71.

BLAY, Eva Alterman e outros.-

- 1979 A Luta pelo espaço . Petrópolis, Vozes, ' 2.^a edição.

BLUMENFELD, Hanz.-

- 1972 " A Metrôpole Moderna. Em: Cidades, a Urbanização da Humanidade. Rio de Janeiro, Zahar.

BROOK, Yan O.M.-

- 1967 Iniciação ao estudo da Geografia . Tradução de Waltensius Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

BUNGE, Mário.-

- La Ciencia - su método e su filosofia .
Cap. 1 e 2 - p. 7 a p. 98 - Ediciones Siglo Veinte /63.

CALAHÍ, Donatella e INDOVINIA F.-

- 1973 " Sobre o Uso Capitalista do território ",
trad. de Lílíana Laganã Fernandes e Moa-
cys Marques. Em: Archivio di Studi e Re-
gionali, ano IV nº 2, junho, p.3-20, mi-
meografado.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de e outros.-

- 1975 São Paulo 1975 - Crescimento e Pobreza .
São Paulo, Edições Loyola.

CÂNDIDO, Antônio.-

- 1979 " Os Parceiros do Rio Bonito "
São Paulo, Livraria Duas Cidades

CARDOSO, Fernando Henrique

- 1975 Notas sobre Estado e Dependência
São Paulo, Cebrap. Editora brasiliense - Ca-
dernos.

CARDOSO, Ruth Correa Leite.-

- 1973 " O Papel das Associações Juvenis dos Japone-
ses, ". Em: Assimilação e Integração dos Ja-
poneses no Brasil ". São Paulo, Editora da
U.S.P.

CASTELLS, Manuel.-

- La Cuestión Urbana - 6.^a edición - Siglo
Veintiuno de España Editores S.A,

CASTELLS, Manuel.-

- 1977 " A Questão Agrária " (Posfácio). Em: Sele-
ção de textos 3. São Paulo, A.G.B.

CASTRO, Cláudio de Moura.-

- 1978 " A Prática da Pesquisa "
Programa Eciel - Editora McGraw-Hill do
Brasil.

CEPAL.

- 1969 " Urbanização na América Latina " . Tradução

de Luiz Pereira. Em: Urbanização e Subdesenvolvimento, Zahar Editores.

CEPAL

1969 " Industrialização na América Latina ". Tradução de E. Soares Pinto. Em: Urbanização e Subdesenvolvimento. Zahar Editores.

CERON, Antônio Olívio.-

1968 " As Categorias Dimensionais de Propriedades Agrícolas Técnicas de Agrupamento." Em: Boletim Paulista de Geografia nº 45. Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo.

CERON, Antônio Olívio.-

" Tipologia da Agricultura -Questões Metodológicas e Problemas de Aplicação ao Estado de São Paulo." Em: Revista Brasileira de Geografia, Ano 32, nº 3 - IBGE.

CHINITZ, Benjamin.-

1972 " Nova York: Uma Região Metropolitana." Em: Cidades. Zahar, Editores.

COUTINHO, Luciano G. e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello.-

" O Desenvolvimento do Capitalismo avançado e a Reorganização da Economia Mundial no Pós- Guerra." Em: Estudos Cebrap nº 23. Edições Cebrap.

D'INCAO, Maria Conceição.-

1979 O Bóia Fria - Acumulação e Miséria. Petrópolis, Editora Vozes Ltda.

DALMASSO, Etienne e ROCHEFORT, Michel.-

" La consommation et les échanges." Em: Elements de Science Economique à L'Usage des Géographes, Troisième Partée.

DALMASSO. E. Guglielmo, R. et ROCHEFORT, M.

1969 Elements de Science Economique à L'Usage des Géographes. Tomo I.

Les Mecanismes économiques.- F. Halstan, Paris.

DAVIS, Kingsley.-

1972 "A Urbanização da Humanidade." Em: Cidades.
Rio de Janeiro, Editores.

DE LA CORTE, Judith.-

1976 "Abastecimento da Cidade de São Paulo em Produtos Hortifrutícolas " Em: Boletim Paulista de Geografia, nº 52 - out./1976 - AGB.

DEAN, Warren.-

A Industrialização de São Paulo.
DIFEL.

DERRUAU, Max.-

1963 Précis de Géographie Humaine.
Librarie Armand Collin
Paris.

DYCKMAN, John W.-

1972 "O transporte Urbano." Em: Cidades. Zahar, Editores.

ESTALL, R.C. e BUCHAMAN, R. Ogilvic.-

1971 Atividade Industrial e Geografia Econômica.
Zahar Editores.

FERNANDES, Lílíana Laganã.-

1971 O Bairro Rural dos Pires. Trabalho de Mestrado - Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Lílíana Laganã.-

1978 "Introdução a um estudo geográfico de bairros rurais em São Paulo." Em: Boletim Paulista de Geografia - Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB - São Paulo, nº55 - nov.

FRANK, Andrew Gunder.-

1969 "Desenvolvimento do Subdesenvolvimento Latino

-americano." - Tradução de Duarte Lago Pacheco., Em: Urbanização e Subdesenvolvimento, Zahar Editores.

GEIGER, Pedro Pindras.-

1963 Evolução da Rede Urbana Brasileira. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro.

GEORGE, Pierre.-

"Crítica geográfica do desenvolvimento Urbano." Em: Geografia Ativa. Difusão Européia do Livro e USP.

1970 " Conferências no Brasil." - Guanabara, IBGE.

GEORGE, Pierre.-

1970 "Les Méthodes de la Géographie." Coll. " Que Sais-Je?". n° 1.398. PUF. Paris.

GODART, Francis.-

1975 "Classes Sociais e modo de consumo." Em: La Pensée. n°180 - Avril - Tradução: Departamento de Geografia, USP.- Curso - Prof. Seabra.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Secretaria de Economia e Planejamento.

1979 O Exame de Políticas Econômicas Setoriais. São Paulo - janeiro.

GRAZIANO DA SILVA, José F.

1978 Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. Ed. Hucitec, São Paulo.

HANDA, Tomoo.-

1973 "Senso Estético na Vida dos Imigrantes Japoneses." Em: Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil. São Paulo, Editora da USP.

HARTSHORNE, Richard.-

- 1969 Questões sobre a natureza da Geografia. -
Tradução de Thomaz Newlands Neto. Publica-
ção nº 327 do Instituto Panamericano de
Geografia e História.

IANNI, Octávio.-

- 1977 A classe operária vai ao campo.
CEBRAP - São Paulo, Editora Brasiliense, 2ª
ed. Caderno 24.

IZUMI, Seichi.-

- 1973 " Estrutura Psicológica da Colônia Japonesa."
Em: Assimilação e Integração dos Japoneses
no Brasil.
Coleção Estudos Brasileiros nº4. Editada Vo-
zes Ltda.- Petrópolis. Editora da USP. São
Paulo.

KAGEYAMA, A.A. e GRAZIANO DA SILVA, J.F.-

- 1979 " A propósito da expansão da agricultura Pau-
lista." Em: Boletim Paulista de Geografia'
nº 56, mar./1979.

KANTSKY, Karl.-

- 1972 Questão Agrária.
Portucalense Editora.

KUMASAKA, Y. e SAITO, Hiroshi.-

- 1973 " Kachigumi: Uma De lusão Coletiva entre os
japoneses e seus Descendentes no Brasil." -
Em: Assimilação e Integração dos Japoneses'
no Brasil. São Paulo, Editora da USP.

LANGENBUCH, Juerqen R.

- 1971 A Estrutura da Grande São Paulo. - IBGE.
Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geo-
grafia.

LEFEBVRE, Henri.-

- 1969 O Direito à Cidade. Tradução de R.C.Netto,
Documentos, São Paulo.

LEITE, José Alfredo Américo.-

1978 " Metodologia de elaboração de Teses."

Editora McGraw-Hill do Brasil, Ltda.

LOPES, Juarez Rubens Brandão.-

1976 De Latifúndio à empresa, unidade e diversidade de capitalismo no campo. Cadernos 26. CEBRAP - Editora Brasiliense.

LOPES, Juarez Rubens Brandão.-

1977 " Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do Capitalismo Agrário em São Paulo." (1940-1970). Em: Estudos CEBRAP, nº22 Editora CEBRAP.

MAEYAMA, Takashi.-

1973 " Religião, Parentesco e as Classes Médias dos Japoneses no Brasil Urbano." Em: Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil. São Paulo, Editora USP.

MAEYAMA, Takashi.-

1973 " O antepassado, o Imperador e o Imigrante." Religião e Identificação de Grupo de Japoneses no Brasil Rural (1908-1950)." Em: Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil. São Paulo, Editora USP.

MARTINS, José de Souza.-

1979 O Cativo da Terra.

São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.

MARTINS, José de Souza.-

1980 Expropriação e Violência - A Questão Política no campo. São Paulo, Hucitec.

MARX, K.-

1974 Introdução à crítica da Economia Política. Tradução de José Arthur Granotti e Edgar Ma

legodi. São Paulo, Editora Abril, 1.^a ed.,
julho. Col. Os Pensadores, p.109 / 131.

MEDICI, Ademir.-

- 1983 " A Imigração Japonesa." Em: São Bernardo do Campo - Cadernos Históricos nº 3 - Prefeitura Municipal de São Bernardo Campo. Secr. de Educação, Cultura e Esportes (Hist. dos 70 anos da Imigração Japonesa em São Bernardo do Campo).

MELLO, João Manuel Cardoso.-

- 1975 " O Capitalismo Tardio." Tese de Doutorado, apresentada ao Instituto de Filosofia, e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

MENDES SOBRINHO, Otávio.-

- 1971 " Imigração Japonesa e o Desenvolvimento Agrícola do Brasil." Em: O Japonês em São Paulo e no Brasil. Centro de Estudos Nipo Brasileiros. São Paulo

MONBEIG, Pierre.-

- 1952 Pionneurs et Planteurs de São Paulo.
Armand Colin. Paris.

MONBEIG, Pierre.-

- 1957 Novos Estudos de Geografia Humana.
Difusão Européia do Livro. São Paulo.

MULLER, Nice Lecocq.-

- 1951 " Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo." Boletim nº 123. Geografia nº 7. Faculdade de Filosofia da USP. São Paulo.

NISHIKAWA, Daijiro.-

- 1973 " Aspectos Sôcio-Econômicos da Produção e Circulação de Produtos Agrícolas de Mato Grosso." Em: Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil. São Paulo, Editora da USP.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha.-

- 1973 " Considerações Gerais sobre a Imigração Japonesa;" Em: Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil. São Paulo, Editora da USP.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino.-

- 1978 " A Lógica da Especulação Imobiliária." Em: Boletim Paulista de Geografia, AGB. São Paulo, nov., nº 55.

OLIVEIRA FILHO, José Jeremias.-

- Metodologia - Reconstruções Metodológicas de Processos de Investigação Social. USP. São Paulo.

ONO, Mário.-

- 1973 " De Colono a Pequeno Produtor." Em: Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil. São Paulo, Editora da USP.

PENTEADO, Antônio Rocha.-

- 1957 " Contribuição ao Estudo da Região Suburbana de São Paulo." Em: Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

PEREIRA, Luiz.-

- 1969 Urbanização e Subdesenvolvimento. Zahar Editores.

PETRONE, Pasquale.-

- 1962 " Aspectos Geográficos da área de Colônização antiga do Estado do Espírito Santo." Publicação avulsa nº 3. Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo.

PORCARO, Rosa Maria.-

- 1977 " Industrialização e tamanho urbano." Em: Revista Brasileira de Geografia - ano 39. nº 1.

PRADO JÚNIOR, Caio.-

- 1979 " A Questão Agrária." São Paulo, Editora ' Brasiliense, 2.^a edição.

PUBLICAÇÕES COMEMORATIVAS DOS 200, 300 e 400 ANIVERSÁRIOS

- 1955 de FUNDAÇÃO DA COLÔNIA MIZUHO.
1965
1975

QUAINI, Massimo.-

- 1979 " Marxismo e Geografia." Trad. de Liliana F. Fernandes. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira.-

- 1973 " Bairros Rurais Paulistas." São Paulo, Livraria Duas Cidades.

1976 " O Campesinato Brasileiro." Ensaio sobre civilização e Grupos Rústicos no Brasil. Petrópolis, Editora Vozes Ltda. 2.^a ed.-

REIS FILHO, Nestor Goulart.-

- 1968 " Evolução Urbana do Brasil." Biblioteca Pioneira de Arte, Arquitetura e Urbanismo.

RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastrieri.-

- 1973 " O Bairro do Tanque- Atibaia (SP) - Um Exemplo de contribuição de colonização japonesa para a evolução do meio rural paulista." Tese de mestrado - Departamento de Geografia da USP.

SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi.-

- 1973 " Comunidade Rural." Em: Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil. Estudos Brasileiros. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

SAITO HIROSHI.-

- 1973 " A Margem da Contribuição de Japoneses

na Horticultura de São Paulo." Em: Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil. São Paulo, Editora da USP.

SAITO, Hiroshi.-

1973 " Mobilidade e Assimilação de Imigrantes Japoneses." Em: Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil. São Paulo, Editora USP.

SAITO, Hiroshi.-

1973 " A Aculturação de Japoneses no Brasil e Peru." Em: Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil. São Paulo, Editora da USP.

SAITO, Hiroshi.-

1964 O Cooperativismo e a Comunidade - Caso da Cooperativa Agrícola de Cotia de São Paulo. Editora de Sociologia e Política.

SAITO, Hiroshi.-

1980 A Presença Japonesa no Brasil. T.A. Queiroz, Editor- Editora da Universidade de São Paulo.

SAITO, Hiroshi.-

1971 O Japonês em São Paulo e no Brasil. Consulado Geral do Japão.

SALGADO, Fernando Carlos Fonseca.-

1971 As Colônias Bastos e Pedrinhas. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente.

SANTOS, José Vicente Tavares.-

1978 Colonos do Vinho - Estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Editora Hucitec.

SEABRA, Manoel Gonçalves.-

1971

Vargem Grande: Organização e transformações de um setor do Cinturão-Verde Paulistano. Instituto de Geografia - Universidade de São Paulo.

SEABRA, Manoel Gonçalves.-

1977 As Cooperativas Mistas do Estado de São Paulo. Instituto de Geografia - Universidade de São Paulo.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA.-

1971 Subsídios Históricos de São Bernardo do Campo - Historiador Oficial - Newton Ataliba.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA.-

Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo.

1975 Edição comemorativa do 1º Centenário da Imigração Italiana do Brasil - Seção de Pesquisas e Banco de Dados.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA.-

Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo.

1975/
1976 Subsídios Estatísticos : São Bernardo do Campo.

SENOI, Lourdes, E.-

1969 Sho-Mura: Aspectos Agrários de uma área do Japão. São Paulo. Tese de Mestrado Departamento de Geografia.

SILVA, J.F. Graziano da.-

1978 Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo Editora Hucitec.

SILVA, Sérgio.-

1979 "Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo." Em: Capital e Trabalho no Campo. 2.^a edição - Coleção Estu

dos Brasileiros 7 - Hucitec.

SILVA, Sérgio.-

1978 Expansão Cafeeira e Origens da Indústria' no Brasil - São Paulo, Editora Alfa Ome ga Ltda.

SINGER, Paul.-

1979 Economia Política do Trabalho. 2.^a edi -
ção, Editora Hucitec.

SINGER, Paul Israel.-

1979 Economia Política da Urbanização. Edito-
ra Brasiliense - 6.^a edição.

SINGER, Paul e BRANT, Vinicius Caldeira.-

1980 São Paulo - O Povo em Movimento. Editora
Vozes Ltda. CEBRAP.

SINGER, Paul.-

1980 "O uso do Solo Urbano na Economia Capita -
lista." Em: Boletim Paulista de Geografia
Associação dos Geógrafos Brasileiros.-
AGB.- nº 57, dez./1980.

SJOBERG, Gideon.-

1972 " Origem e Evolução das Cidades." Em: Cida-
des. Rio de Janeiro, Zahar, Editores.

STANIFORD, Philip.-

1973 " Nihon ni Itemo Shoganai." Em: Assimilação
e Integração dos Japoneses no Brasil. São
Paulo. Editora USP.

SUZUKI, Teiti.-

1973 " Mobilidade Geográfica de Imigrantes Japo
neses." Em: Assimilação e Integração dos
Japoneses do Brasil. São Paulo, Editora'
da USP.

TRICART, Jean.-

1980

" O Campo na Dialética da Geografia." Em: 'Reflexões sobre a Geografia. São Paulo, 'Edições A.G.B.

TSUKAMOTO, Tetsundo.-

1973 " Sociologia do Imigrante." Em: Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

VIANA, M.T.R.-

1980 " Algumas Reflexões sobre a Luta pela Terra na Cidade. " Boletim Paulista de Geografia nº 57, dez.1980. Associação dos 'Geógrafos Brasileiros. A.G.B. - São Paulo.

VIEIRA, Francisca Isabel Shuring.-

1971 " O Colono Japonês na Frente Pioneira." Em: O Japonês em São Paulo e no Brasil. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. São Paulo.

VIEIRA, Francisca Isabel Shuring.-

1973 " O Japonês na Frente de Expansão Paulista." São Paulo, Livraria Pioneira Editora - Editora da Universidade de São Paulo.

WAIBEL, Leo.-

1979 " Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil." Em: Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. 2.^a edição. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

WAKISAKA, Katsunori e ANDO, Zempati.-

1971 " Sinopse Histórico da Imigração Japonesa no Brasil." Em: O Japonês em São Paulo e no Brasil. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. São Paulo.

WAKISAKA, K. e ONO, M.-

- 1973 " Cultura, Migração e Nissei." Em: Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil de SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi. Coleção Estudos Brasileiros /3. Editora Vozes - Petrópolis. Editora da USP - São Paulo.

YAMASHITA, Yoshie.-

- 1976 Colônia Esperança - Arapongas - PR. Aspectos da Organização do Espaço Agrário. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia.

* * *

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.fflch.usp.br/>.